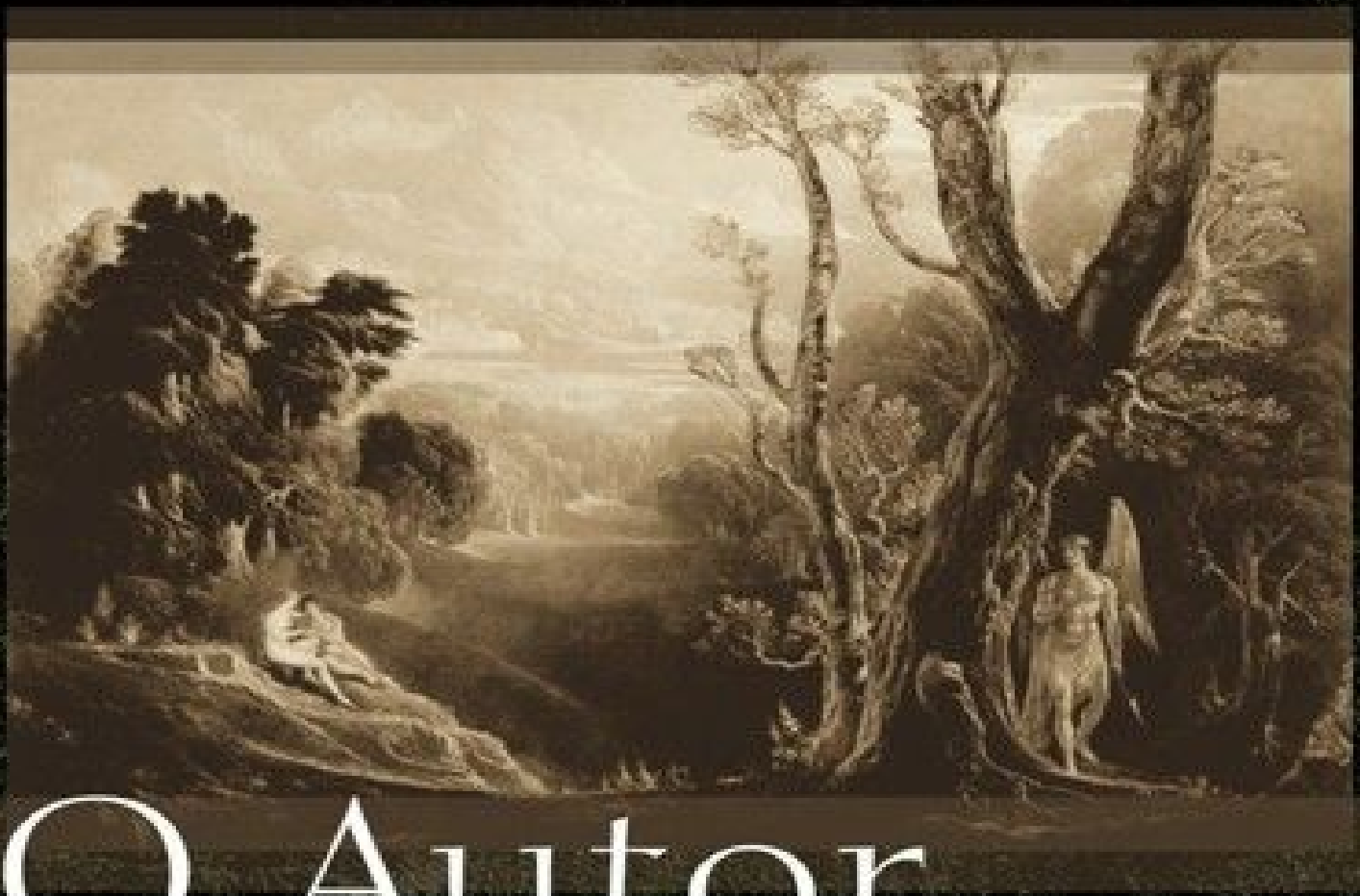


O Autor do Pecado

Vincent Cheung

O AUTOR DO PECADO

Vincent Cheung

editora monergismo
Brasília, DF

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por
Editora **M**onergismo
Caixa Postal 2416
Brasília, DF, Brasil - CEP 70.842-970
Telefone: (61) 8116-7481
www.editoramonergismo.com.br

1ª edição, 2010

1000 exemplares

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto
Revisão: Marcelo Herberts
Capa: Raniere Maciel Menezes

■

Proibida a reprodução por quaisquer meios,
salvo em breves citações, com indicação da fonte.

Todas as citações bíblicas foram extraídas da
versão *Nova Versão Internacional* (NVI),
© 2001, publicada pela Editora Vida,
salvo indicação em contrário.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cheung, Vincent

O Autor do Pecado / Vincent Cheung, tradução Felipe Sabino de Araújo Neto – Brasília, DF: Editora Monergismo, 2010.
215p..; 21cm.

Título original: *The Author of Sin*
ISBN 978-85-62478-46-8

1. Apologética 2. Teologia 3. Bíblia

CDD 230

SUMÁRIO

Versões da Bíblia
Prefácio à Edição Brasileira
Prefácio
1. O Autor do Pecado
2. O Autor de Confusão
3. Por que Deus Criou o Mal
4. Liberdade Compatibilista
6. Determinismo “Suave”
7. Determinismo, Fatalismo e Panteísmo
8. Contradições “Aparentes”
9. A “Oferta Sincera” do Evangelho
10. “Forçados a Crer”
11. Poucos são Escolhidos
12. Revelação da Graça
13. A Doutrina do Inferno
14. Mal e Ausência
15. Argumentando por Intuição
16. O Problema do Mal
17. A Preservação dos Santos
18. Ofertas Voluntárias e Liberdade Humana
20. Jeremias 32.35

Versões da Bíblia

NVI – Nova Versão Internacional
NIV – *New International Version*
KJV – *King James Version*
NLT – *New Living Translation*
NASB – *New American Standard Bible*
NTLH – Nova Tradução na Linguagem de Hoje

Prefácio à Edição Brasileira

Por causa do compromisso de Vincent Cheung com a inerrância, a infalibilidade e a suficiência da Escritura, seus escritos merecem especial atenção do estudante conscienciosо da Palavra de Deus. Suas obras trazem elucidações e exposições cruciais, bem como réplicas às objeções mais comuns ao calvinismo.

Como já declarou o eminente pregador Charles H. Spurgeon, “todos nascemos, por natureza, arminianos”. [1] Talvez isso explique por que muitos entre nós ainda guardam resquícios da visão arminiana, não obstante uma aceitação plena das doutrinas da graça da Escritura. O livro de Cheung oferece vários corretivos para os resquícios mais comuns, o que é de considerável valor aos leitores brasileiros, em vista do crescimento recente do calvinismo em *terra brasilis*.

Uma questão recorrente na presente obra é a da falsa suposição que “responsabilidade pressupõe liberdade”. Lamentavelmente, muitos calvinistas a aceitam — mesmo sem qualquer justificativa bíblica ou filosófica — ao debater com arminianos e ateus. [2] Mas de acordo com Cheung, se permitirmos somente à Escritura o papel de estabelecer os nossos pressupostos, não teremos dificuldade em defender as doutrinas da soberania divina e da responsabilidade humana, bem como qualquer outro ensino bíblico.

Gostaria de trazer a atenção do leitor ao capítulo “O Problema do Mal”, que por certo levará muitos a se regozijarem no fato que o mal de forma alguma é um problema para o cristianismo, muito menos um elemento contraditório com a existência de Deus. Indubitavelmente, a obra de Cheung representa, ao lado da explicação de Gordon H. Clark, [3] a melhor exposição cristã sobre o assunto, pois não apela a mistérios ou paradoxos, nem compromete o ensinamento bíblico.

Fazendo eco ao prefácio do autor, leitores já familiarizados com as demais obras obterão maior benefício do livro, pois muitos artigos desta coletânea são respostas a objeções e dúvidas resultantes da leitura daqueles textos. [4] Contudo, o presente material também será de inestimável valor a cristãos que só agora passam a conhecer os livros de Cheung.

Deus é Senhor sobre todas as coisas. Que esta obra possa firmar o seu coração, leitor, nesta verdade.

Felipe Sabino de Araújo Neto
16 de setembro de 2010

Prefácio

A primeira metade deste livro é uma coleção de breves artigos que tratam principalmente de soberania divina, de liberdade humana e das doutrinas da graça. Esses artigos explicam e aplicam o meu pensamento a questões e contextos particulares, e como tal, representam um suplemento apropriado ao que já escrevi previamente.

E como o livro é mais bem usado como um suplemento, sendo possível ou conveniente, eu encorajo você a ler meus escritos prévios sobre essas questões antes de avançar nestes textos. Isso vai ajudá-lo a entender melhor os artigos que seguem.

Embora eu espere que você leia todos os artigos, não é necessário fazê-lo na ordem listada; sinta-se livre para avançar diretamente aos artigos que mais lhe interessam e leia-os primeiro.

Vários desses artigos foram escritos em resposta a mensagens enviadas por leitores, e incluo usualmente uma versão editada da pergunta original a cada uma de minhas réplicas. [1] Ocultei os nomes dos inquiridores para proteger a sua privacidade. Isto não representa um problema, já que as declarações citadas não contribuem à essência real dos artigos, fornecendo apenas os contextos para apresentar as minhas respostas e explicações.

Para destacar com clareza as palavras dos inquiridores, suas declarações estão separadas em parágrafo e fonte distinta. Este artifício eliminou a necessidade de eu lembrar ao leitor que determinado artigo foi escrito em resposta a uma pergunta ou que certa porção do texto era mensagem de um leitor, pois tudo isso se tornará óbvio a qualquer leitor.

A segunda metade do livro consiste de artigos publicados previamente. Seu teor é consistente com o tema central da obra, e por isso considerei apropriado reuni-los aos demais artigos neste volume.

1. O Autor do Pecado

Apologética é fácil, mas tradições antibíblicas e suposições irracionais tornam-na muitas vezes difícil.

Quando se pergunta a cristãos reformados se Deus é o "autor do pecado", eles se apressam a dizer "Não, Deus não é o autor do pecado". E então se viram, se contorcem e rolam no chão tentando dar ao homem algum poder de "autodeterminação" [1] e algum tipo de liberdade que no entender deles tornaria o homem culpável [2] e ainda deixaria Deus com total soberania.

Por outro lado, quando uma pessoa alega que a minha visão da soberania divina faz Deus o autor do pecado, minha primeira reação costuma ser "E daí?". Cristãos que discordam de mim chegam mesmo a cantarolar estupidamente "Mas ele faz Deus o autor do pecado, ele faz Deus o autor do pecado…". Todavia, uma descrição não equivale a um argumento ou objeção, e jamais encontrei uma só explicação medianamente decente, em qualquer obra teológica ou filosófica, escrita por quem quer que seja, qualquer que seja a perspectiva, mostrando o *que há de errado* em Deus ser o autor do pecado.

A verdade é que *sendo ou não Deus o autor do pecado*, não há qualquer problema bíblico ou racional em ele ser o autor do pecado. Para que seja um problema, isso deve tornar falso algum ponto do cristianismo ou contradizer alguma passagem da Escritura. Mas se Deus é o autor do pecado, como esta verdade torna falso o cristianismo? A pessoa deve mostrar isso por um argumento desenvolvido a partir de premissas *estabelecidas* que *necessariamente* levem à conclusão de que o cristianismo seria falso se Deus fosse o autor do pecado. Qual é esse argumento? E qual é a passagem da Escritura que ele contradiz? Você pode citar a passagem que quiser, mas deverá mostrar que ela *necessariamente* se aplica à questão e torna *impossível* Deus ser o autor do pecado. Onde está essa passagem da Escritura?

Entre as muitas respostas falaciosas encontra-se o apelo a Tiago 1.13. [3] O uso deste versículo para negar que Deus seja o autor do pecado é um dos equívocos de interpretação mais deploráveis já feitos da Escritura; e como este erro é muito popular e influente, traz muito dano e produz um fardo desnecessário para aqueles que buscam defender a fé.

Considere o contexto. Em sua carta, Tiago está discutindo o desenvolvimento prático da fé cristã, enfatizando assim repetidas vezes a responsabilidade direta do cristão pela perspectiva cristã imediata. Tiago

ressalta o que o cristão deveria considerar e como deveria agir em suas batalhas como cristão — Tiago não está tratando de metafísica. Em outras palavras, ele está abordando suas questões pela perspectiva de um cristão com respeito às suas considerações e responsabilidades *imediatas*, e não com respeito a princípios metafísicos amplos.

Entretanto, quando examinamos a questão da soberania divina *vs.* liberdade humana, causa e efeito, etc., nós estamos de fato tratando de metafísica. Evidentemente, as conclusões alcançadas neste nível trazem implicações necessárias para a vida prática, e as coisas que a Bíblia ensina sobre metafísica são totalmente consistentes com as coisas que ela ensina sobre vida prática. Contudo, é verdade que enquanto a discussão se mantiver no nível metafísico, o ponto de referência será diferente; assim, a pessoa deve ser cuidadosa para não inferir invalidamente um princípio metafísico de um versículo que fala de instrução prática.

Com isso em mente, leia a passagem novamente. Ela não afirma ou nega que Deus seja o autor do pecado — de fato, ela não aborda esta questão; seus propósitos são completamente outros. Ela simplesmente lhe diz que Deus não é o tentador, o que é totalmente diferente de dizer que Deus não é o autor do pecado.

Isto é, se Deus diretamente leva você a pecar, isto faz dele o "autor" do pecado (ao menos no sentido que as pessoas usualmente usam o termo), mas o "pecador" ou "malfeitor" ainda é você. Como pecado é transgressão da lei divina, para Deus ser um pecador ou malfeitor neste caso, ele deve decretar uma lei moral que o proíba de ser o autor do pecado — de forma que ao agir realmente como autor do pecado, Deus tornar-se-ia pecador ou malfeitor.

Mas a menos que isso aconteça, Deus ser o autor do pecado não faz dele um pecador ou malfeitor. Os termos "autor", "pecador", "malfeitor" e "tentador" são relativamente precisos — ao menos o suficiente para serem distinguidos entre si —, e Deus ser o "autor" do pecado não diz nada sobre *Deus ser* também um "pecador", "malfeitor" ou "tentador". E alguém não ser malfeitor implica, por definição, *não* ter feito algo errado. Portanto, ainda que Deus seja o autor do pecado, não resulta automaticamente que haja algo de errado nisso ou que Deus seja um malfeitor.

Contudo, isso não pode afastar Deus do mal, pois ser "autor" do pecado é algo que implica um *controle muito maior* sobre o pecador e o pecado do que simplesmente tentar. Ainda que o diabo (ou a concupiscência da pessoa)

possa ser o tentador e a pessoa o pecador, é Deus quem controla direta e completamente tanto o tentador como o pecador, bem como o relacionamento entre ambos. E embora Deus mesmo não seja o tentador, ele deliberada e soberanamente envia espíritos maus para tentar (1 Reis 22.19-23) e atormentar (1 Samuel 16.14-23, 18.10, 19.9). Mas em tudo isso Deus é justo por definição.

O versículo está dizendo que quando você lida com tentação, deve tratar diretamente da cobiça que existe em você, e não simplesmente culpar Deus e então não fazer nada, ou permanecer em seu pecado. Leia todo o capítulo 1 de Tiago e veja se não é esta a ênfase óbvia. Tiago fala de alegria, fé, perseverança, incerteza, orgulho, cobiça, ira, corrupção moral e de ser praticante da Palavra. Ele está abordando as responsabilidades diretas do cristão na vida prática, estabelecendo uma relação entre elas e as características e motivações íntimas da pessoa.

No versículo 13, Tiago está instruindo o crente do modo correto de abordar uma tentação — Tiago não pretende explicar a metafísica subjacente à tentação. Em outras palavras, ele tem em vista a responsabilidade do crente quanto aos elementos íntimos na santificação, e não a causa ou princípio metafísico destas coisas. Mas a causa ou princípio metafísico é justamente o que estamos discutindo ao ponderar se Deus é o autor do pecado. Portanto, Tiago 1.13 não se aplica diretamente ao nosso assunto. Se a pessoa prefere continuar negando que Deus seja o autor do pecado, ela deve usar outro versículo.

Aqueles que citam Tiago 1 para afirmar que Deus não pode ser o autor do pecado podem eventualmente usar o versículo 17 [4] para reforçar sua interpretação do versículo 13; contudo, se o versículo 17 fosse por eles interpretado de uma forma consistente com a sua interpretação do versículo 13, isso levaria o versículo 17 a contradizer Isaías 45.7. [5] Mas se o versículo 17 for *corretamente* interpretado de modo a não contradizer Isaías 45.7, ele não pode mais reforçar a falsa interpretação do versículo 13 dessas pessoas. Um estudo mais detalhado do versículo 17 terá de esperar outra oportunidade, mas o que eu disse até aqui já torna impossível a interpretação que elas fazem do versículo 17; assim, para o nosso presente propósito, não é necessário eu me estender mais. O ponto é que nada nessa passagem de Tiago nega (ou afirma) que Deus é o autor do pecado.

O motivo e a consequência da resposta reformada popular é

reconhecidamente satisfazer os padrões humanos de equidade e justiça. Dabney, Shedd e outros reconheceram que a sua resposta busca satisfazer a intuição humana. Não fosse o fato da soberania *absoluta* de Deus ser repugnante à intuição humana pecaminosa, arruinada pelos efeitos noéticos do pecado, e o debate sobre o "autor do pecado" não teria de fato um ponto de acesso lógico nas discussões teológicas.

Por outro lado, a abordagem da Bíblia para esse tipo de questionamento e objeção não é absolver Deus, mas antes de tudo, repreender o homem por questionar e objetar.

Nossa passagem de Isaías 45 é um exemplo disso:

> "Eu sou o SENHOR, e não há nenhum outro; além de mim não há Deus… eu sou o SENHOR, e não há nenhum outro. Eu formo a luz e crio as trevas, promovo a paz [6] e causo a desgraça; eu, o SENHOR, faço todas essas coisas…" (v. 5-7)
>
> Acaso o barro pode dizer ao oleiro: "O que você está fazendo?" Será que a obra que você faz pode dizer: "Você não tem mãos?". (v.9)
>
> Ai daquele que diz a seu pai: "O que você gerou?", ou à sua mãe: "O que você deu à luz?". (v. 10)

Em outras palavras: "Eu sou o *único* Deus. Prosperidade ou desgraça, eu sou o criador de todas essas coisas — não há outro Deus para fazê-las. Você ousa me questionar sobre isso? Quem é você para objetar?".

Ainda que essa passagem não estabeleça cada detalhe de forma conclusiva, ela faz certa alusão à metafísica, ao contrário de Tiago 1.13. Ele é o *único* Deus, e isso está inseparavelmente ligado ao fato que é esse Deus uno e único que causa "*todas* essas coisas", incluindo a prosperidade e a desgraça. Ele é o criador dessas coisas. Isto representa uma negação a qualquer forma de dualismo — não há outro poder capaz de causar prosperidade ou desgraça. [7]

Em contraste com a explicação tradicional, Deus não fala: "Oh não, eu não sou o autor do pecado. Embora eu seja a causa última de todas as coisas, mantenho-me afastado de causar diretamente o mal, pois estabeleço causas secundárias e agentes livres. Assim, embora eu crie e sustente todas as coisas, os homens pecam livremente por pensar e agir conforme suas próprias disposições. As disposições más procedem de Adão. E sobre como Adão obteve suas disposições más… bem, isto simplesmente permanecerá um

mistério para você". Se for esta a resposta, por que não pularmos de uma vez para o mistério e economizar um pouco de nosso tempo?

A Bíblia jamais responde dessa forma a esse tipo de questão e objeção. Várias passagens bíblicas dizem que Deus causa todas as coisas, e a metafísica subjacente é explicada pela onipotência de Deus — a mesma onipotência que criou todas as coisas. Por outro lado, todas as passagens que as pessoas usam para negar que Deus seja o autor do pecado ou para provar o compatibilismo são apenas *descrições* de eventos e motivos, não abordando a causa metafísica desses eventos e motivos.

Em vez de dar a resposta popular, que é fraca, evasiva, incoerente e confusa, Deus francamente declara: "Sim, eu faço todas estas coisas. O que você fará a respeito? Quem é você para mesmo me questionar sobre isso?". Para o bem ou para o mal, é assim que a Bíblia responde sobre a metafísica, incluindo o relacionamento de Deus com as decisões humanas.

Então lemos em Romanos 9.19-21 (NIV):

> Algum de vocês me dirá: "Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?".
>
> Mas quem é você, ó homem, para retrucar a Deus? "Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou: 'Por que me fizeste assim?'".
>
> Não tem o oleiro o direito de fazer da mesma massa de barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso?

Novamente, isso tem certa relação com metafísica (determinismo, liberdade, etc.), já que o contexto tem a ver com eleição e reprovação, e com a criação do eleito e do não eleito, tal como o oleiro que fabrica vasos a partir do barro.

E ao contrário da resposta típica, Paulo não diz: "Oh não, você não entende. Ainda que Deus determine todas as coisas, ele tão-somente as causa através das decisões que você toma livremente conforme a sua própria natureza, que tem origem em Adão, cuja natureza mudou misteriosamente de santa para má; de forma que Deus não é o autor do pecado, e você é responsável pelos seus próprios atos e decisões".

Em vez disso, Paulo afirma que o controle de Deus *tanto* sobre o vaso "nobre" *como* sobre o vaso "desonroso" é como o controle do oleiro sobre uma massa de barro. [8] E assim como uma massa de barro não pode questionar o oleiro, a resposta de Paulo ao opositor não é "Mas você fez a si mesmo

mau” ou “Mas você pratica livremente o mal conforme a sua própria natureza”, mas sim, “Acaso pode a criatura dizer ao Criador, ‘Por que me fizeste assim?’”. [9] E Paulo não diz “Mas Deus não é o autor do pecado”, e sim, “Deus tem o direito de fazer uma pessoa justa e outra má, de salvar uma e condenar a outra. É claro que ninguém pode resistir à sua vontade! Mas quem é você para retrucar?”.

Essa é a abordagem da Bíblia. Ela repreende o opositor e ao mesmo tempo responde a objeção. Mas a resposta não nega que Deus seja a causa direta do pecado; antes, ela ousadamente afirma que Deus tem o direito de criar e fazer tudo aquilo que lhe apraz. Em vez de recuar ou sair com alguma evasiva, ela avança na direção do oponente e lhe dá uma bofetada no rosto!

Esta é a resposta de Deus. Ela é forte, direta, simples, coerente e irrefutável. Ela é perfeita.

2. O Autor de Confusão [1]

Aprendi muito com o artigo “O Autor do Pecado”.

Comecei a lê-lo e fiquei pensando: “Sim, mas o que dizer daquela passagem que ‘Deus não é o autor do pecado’? Certamente deve haver um contexto para ela. Quero vê-lo e saber como se apresenta ali a relação metafísica-prática”.

Pensei então que eu deveria ir atrás desse contexto. Uau, diga o que é ser condicionado! A coisa mais próxima parece estar na *New King James Version*, onde ela verte 1 Coríntios 14.33 como “Deus não é o autor de confusão”.

Por ler as opiniões de terceiros ao longo dos anos e ver a frase sendo repetida à exaustão como um fato, eu pensei que deveria existir uma passagem em algum lugar da Bíblia, e por alguma estranha razão nunca cogitei que deveria primeiro encontrá-la.

O ponto principal é que ela simplesmente não existe ali.

Grande artigo e perspicaz *insight*. Aprendi muito.

Obrigado pelos seus comentários.

Sim, essa questão sobre o autor do pecado é apenas tradição, nada mais.

Ainda que não devêssemos ter como foco afirmar ou negar que Deus seja o autor do pecado (pois esse não é o foco da Bíblia), mas ter um foco positivo sobre a soberania e a majestade de Deus, não há de fato nada de errado, do ponto de vista bíblico ou racional, em dizer que Deus é o autor do pecado.

A expressão tornou-se tão carregada que automaticamente soa errada ou até mesmo blasfema às pessoas; mas podemos afirmá-la de um modo reverente — isto é, podemos afirmar que Deus governa de fato todas as coisas; não de uma forma remota ou secundária, mas poderosa e direta, fazendo tudo o que lhe agrada.

Até mesmo 1 Coríntios 14.33 é facilmente explicado.

Primeiro, sabemos por diversas passagens bíblicas que Deus causa confusão às vezes, como ao agir contra os inimigos de Israel em batalha. Imediatamente, isso implica que “o autor de confusão” não pode ser interpretado de uma forma superficial, mas precisa ser verdadeiramente entendido dentro de seu contexto.

O contexto é o versículo 40, que diz: “Mas tudo deve ser feito com decência e ordem”. Este é o ponto da passagem e o contexto para o versículo 33. Repare que, seja na ordem ou na confusão, Paulo está fornecendo instruções aos coríntios, e não a Deus. Assim como Tiago, Paulo está aludindo ao comportamento que os cristãos deveriam ter, e não à metafísica subjacente a esse comportamento. Portanto, a declaração tem mais a ver com a aprovação ou desaprovação da situação por Deus do que com a causa metafísica.

Contudo, há também uma resposta direta para a declaração: mostrar que, em primeiro lugar, a palavra “autor” não consta no texto! Se consultar a sua Bíblia interlinear, você lerá assim a declaração: “não é de confusão Deus, mas de paz”. Não há na passagem qualquer alusão à palavra ou conceito de “autor”; ela foi inserida pelos tradutores.

Assim, a NIV traduz “Pois Deus não é um Deus de desordem, mas de paz”, e outras traduções, como NASB e ESV, são parecidas. É claro, aqui até as palavras “um Deus” foram inseridas, mas isso é melhor do que inserir “autor”, implicando algo que não está realmente na declaração. Uma tradução mais literal seria “Pois Deus não é de desordem, mas de paz”, que é verdadeira considerando o contexto imediato de ordem na igreja; e mesmo quando Deus decreta o mal (incluindo confusão), ele age assim de acordo com um plano ordenado e racional.

3. Por que Deus Criou o Mal

Estou apreciando os excelentes artigos, como aquele mais recente, sobre quem Deus é. A lógica clara de seus artigos e da Bíblia é revigorante.

> Um de meus amigos (que está no seminário) leu seu artigo e me perguntou: "Então por que Deus criou o pecado?".
>
> Ainda não lhe respondi, e gostaria de refletir mais a respeito. A pergunta dele é infeliz? Deveria ser "causou" em vez de "criou"?
>
> O que você acha?
>
> Obrigado por afirmar a Bíblia como o fundamento de toda a nossa aprendizagem, em vez das tradições que homens com tanta frequência ensinam. E obrigado pelo seu tempo.

Em nosso contexto, dizer "criou" ou "causou" seria simplesmente a mesma coisa, e as duas palavras se aplicariam; assim, penso que elas estão corretas.

Não estamos usando a palavra "criou" no sentido de criação original de Deus a partir do nada, mas nos referindo ao controle de Deus sobre coisas que ele já criou. Isto é, embora Deus precise causar ativamente os pensamentos e as inclinações más na criatura, e então causar ativamente as ações más correspondentes, ele não cria matéria ou substância nova ao fazer isso, pois está controlando o que ele já criou.

É verdade que uma pessoa peca de acordo com a sua natureza má; todavia, como diz Lutero, é Deus quem "cria" em cada pessoa recém-concebida uma natureza má no padrão do Adão caído, cuja queda também foi causada por Deus. E Deus deve ativamente colocar essa natureza má em movimento e fazer a pessoa agir em correspondência com ela. Lutero diz que Deus jamais permite à natureza má de Satanás e das pessoas ímpias ficar ociosa, mas que em seu poder, Deus a faz agir sempre. [1]

Lutero percebeu os absurdos bíblicos e metafísicos de se afirmar algo mais restrito do que o exposto acima; em contraste, a visão fraca (comum aos cristãos reformados de hoje) é uma evasiva sofística, irracional, desnecessária e antibíblica. Se a nossa posição é um hipercalvinismo (e não é), isso pode apenas significar que o hipercalvinismo é a visão correta e bíblica. E atribuir

a ele o falso rótulo de fatalismo não faz qualquer diferença — é a evasiva dos fracos.

Quanto ao propósito de Deus para o pecado e o mal, em primeiro lugar, ao admitirmos ousadamente a verdade bíblica de que Deus é o "autor do pecado" justo e soberano, podemos notar que mesmo nós sendo incapazes de responder *por que* ele causou o pecado e o mal, isso não representa um problema para o cristianismo, nem enfraquece o que eu disse sobre o "autor do pecado". Isto é, mesmo que não tenhamos uma resposta para a questão, não há autocontradição em nossa posição, e ela não contradiz a Escritura. Seria apenas uma questão de falta de informação, e racionalmente falando, isso é tudo o que estaria em jogo.

Dito isso, temos uma resposta para a pergunta, e ela se encontra naquela mesma passagem que examinamos em Romanos 9:

> Algum de vocês me dirá: "Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?". Mas quem é você, ó homem, para retrucar a Deus? "Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou: 'Por que me fizeste assim?'." Não tem o oleiro o direito de fazer da mesma massa de barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso?
>
> *E se Deus, querendo mostrar a sua ira e tornar conhecido o seu poder, suportou com grande paciência os vasos de sua ira — preparados para destruição? E se ele fez isto para tornar conhecidas as riquezas de sua glória aos vasos de sua misericórdia, que preparou de antemão para glória* — inclusive a nós, a quem ele também chamou, não apenas dentre os judeus, mas também dentre os gentios? (v. 19-24, NIV)

De acordo com Paulo, pelo menos uma razão (não precisa ser a única) para Deus ter criado os réprobos (isto é, "criar pecado") é fornecer um contexto para ele revelar sua ira — algo que de outra maneira o eleito jamais vai testemunhar ou experimentar. Em outras palavras, os réprobos servem para a educação e edificação do eleito. Eles conservam um mundo de lutas e tentações para o eleito, que finalmente testemunhará o derramamento da ira divina contra eles. Tudo isso serve para promover a santificação do eleito e a declaração da glória de Deus.

O que segue é extraído de minha *Teologia Sistemática*:

> Um benefício importante, ainda que negligenciado, que o amor de Deus torna disponível aos cristãos é a iluminação espiritual:

> Quem tem os meus mandamentos e lhes obedece, esse é o que me ama. Aquele que me ama será amado por meu Pai, e eu também o amarei e me revelarei a ele. (João 14.21)
>
> Já não os chamo servos, porque o servo não sabe o que o seu senhor faz. Em vez disso, eu os tenho chamado amigos, porque tudo o que ouvi de meu Pai eu lhes tornei conhecido. (João 15.15)
>
> Conhecimento teológico — isto é, conhecimento intelectual acerca de coisas espirituais — é um dos dons de Deus menos valorizados. Mas ser amigo de Deus significa ter tal conhecimento. O desprezo que muitos crentes professos têm pelos estudos doutrinários mostra que eles não amam sinceramente a Deus, por mais que prefiram pensar o contrário.
>
> Jeremias 9.23-24 diz que nossa prioridade é obter entendimento e conhecimento acerca de Deus:
>
> Assim diz o SENHOR: "Não se glorie o sábio em sua sabedoria nem o forte em sua força nem o rico em sua riqueza, mas *quem se gloriar, glorie-se nisto: em compreender-me e conhecer-me*, pois eu sou o SENHOR e ajo com lealdade, com justiça e com retidão sobre a terra, pois é dessas coisas que me agrado", declara o SENHOR. (Jeremias 9.23-24)
>
> O conhecimento de Deus é o mais valioso dos tesouros, e tudo o mais é "esterco" (Filipenses 3.8) em comparação. Ao oferecer a seus eleitos informação confiável acerca de si próprio, Deus está concedendo um dos maiores dons que ele pode lhes outorgar…
>
> Um propósito dos réprobos — "os vasos de sua ira" ou aqueles que são "preparados para destruição" — é Deus poder revelar esse aspecto de sua natureza "aos vasos de sua misericórdia, que preparou de antemão para glória" (Romanos 9.22-23). Visto que os cristãos foram "salvos da ira de Deus" (Romanos 5.9) por meio de Cristo, esse é o único atributo divino que o eleito jamais haverá de experimentar, e por isso ele deve ser demonstrado em outras pessoas. Recorde que um benefício que Deus concede ao eleito é informação ou conhecimento acerca de si próprio, e isso nos mostra até onde Deus pode ir para fazer-se conhecido ao seu povo.

Claro, algumas pessoas podem não gostar dessa explicação, mas trata-se de ensino explícito da Escritura. Tudo o que Deus faz é intrinsecamente bom e justo, e por isso, é também bom e justo ele criar os réprobos para o propósito acima. O pensamento humanista ficará horrorizado com esse

ensino, pois está mais preocupado com a dignidade e o conforto do homem do que com o propósito e a glória de Deus; mas aqueles que têm a mente de Cristo vão irromper em gratidão e reverência, afirmando que Deus é justo, e que é bom tudo o que ele faz.

4. Liberdade Compatibilista

– A –

> Sobre liberdade compatibilista… Meu entendimento disso é que temos a propensão de escolher a partir de uma vontade dirigida por Deus — seja para o bem ou para o mal, dependendo de Deus nos haver endurecido ou iluminado. Existe algo aqui que você consideraria incorreto/antibíblico?

Concordo com o que você escreveu, mas ao contrário de muitos calvinistas, eu discordo que em qualquer sentido relevante isto deva ser chamado de "liberdade".

Ao falar de liberdade em nosso contexto, estou sempre me referindo à liberdade *em relação a Deus* — e por isso a questão se torna imediatamente clara. Posso usar consistentemente a mesma definição, esteja eu tratando da natureza de Deus, do decreto de Deus, da natureza do homem, da natureza da salvação ou do determinismo por uma perspectiva filosófica.

Muitos calvinistas não falam dessa maneira; antes, eles dizem que sempre escolhemos aquilo que mais desejamos, [1] mas eu discordo quando eles acrescentam que isso representa "liberdade" num sentido relevante e que somos responsáveis com base nessa "liberdade". Em vez disso, eu nego qualquer sentido de liberdade humana e nego qualquer relação entre liberdade e responsabilidade.

Responsabilidade (ou prestação de contas) moral tem a ver com Deus decidir nos julgar; não tem relação direta com sermos ou não livres. De fato, se fôssemos livres de Deus, mas não julgados por Deus, *ainda não* seríamos moralmente responsáveis (ou obrigados a prestar contas). Em outras palavras, responsabilidade moral não pressupõe liberdade humana, mas soberania divina. Somos responsáveis não porque somos livres, mas precisamente porque *não* somos livres.

Além disso, calvinistas amiúde afirmam que Adão era livre antes da Queda. Mas novamente, falo sempre de liberdade em relação a Deus, e por essa perspectiva eu poderia dizer que Adão não tinha liberdade, qualquer que fosse ela, mesmo antes da Queda. Ser "livre" do pecado é irrelevante. A questão é se Adão era livre *de Deus* para escolher permanecer sem pecado — ele não era. Em acréscimo, eu não diria que Deus *permitiu* a Adão cair, mas que Deus o *causou*. Muitos calvinistas discordariam de mim também neste

particular.

Compatibilistas hesitariam em dizer que somos livres de Deus, mas insistiriam que, por agirmos sempre conforme o desejo mais forte do momento, esse é um sentido real de liberdade, e que essa "liberdade" é a precondição para a responsabilidade moral.

Digamos que eu tenha cometido um assassinato. De fato, eu era livre de outras criaturas quando tomei a minha decisão, e agi conforme o meu próprio desejo interno. Mas esse desejo foi causado e controlado por Deus, e o fato de eu sempre agir conforme o meu desejo mais forte (o que é da natureza humana) também foi causado por Deus. Contudo, isso equivale a dizer que nós não temos liberdade *de Deus* para nos abster do assassinato, mas simplesmente uma liberdade interna de outras criaturas para nos abster disso.

Então, se fôssemos suavizar isso e dizer que, de algum modo, os nossos desejos não são determinados, mas meramente permitidos por Deus, mesmo desconsiderando por ora que isso é antibíblico, nós ainda precisaríamos explicar como é possível Deus permitir uma coisa sem causá-la e mesmo assim decretar imutavelmente sua ocorrência num sentido que não seja mera expressão de presciência. Se nós não podemos, somos arminianos.

Ademais, se Deus meramente nos permite fazer algo, eu também exigiria uma explicação metafísica de como pode ser possível uma criatura dirigir e controlar a sua própria mente. Em outras palavras, é realmente possível algo criado funcionar sob a mera permissão de Deus, sem a sua constante determinação causativa? Como?

Calvino escreve: "Aliás, de fato nem um mínimo *sequer* nos aproveitaria abundância de pão, a não ser que o alimento se nos convertesse divinamente". [2] Isso parece com o meu ocasionalismo. Não há uma "natureza" ou capacidade inerente no pão de agir sempre com o corpo para fornecer alimento; ele deve em "alimento se nos converte[r] divinamente" toda vez que for consumido.

Isso é calvinismo — uma aplicação consistente da soberania divina sobre todas as coisas. É uma negação de qualquer forma de dualismo ou deísmo. Assim, afirmo que Deus controla tudo acerca de todas as coisas, incluindo cada aspecto de cada detalhe de cada decisão e ação humana, de uma forma tal que o homem não tem liberdade em qualquer sentido significativo ou relevante que seja.

Em resumo, liberdade libertariana é de fato liberdade, mas ela é antibíblica e impossível — não existe esse tipo de liberdade. Por outro lado, liberdade compatibilista não é "liberdade" de fato (exceto de outras criaturas, o que é irrelevante), mas simplesmente uma *descrição* do que acontece quando Deus controla cada aspecto das nossas decisões e ações, usualmente (não sempre) de acordo com uma "natureza" que ele também criou em nós. As palavras "compatibilista" e "liberdade" são enganosas.

– B –

> Eu me consideraria batista "calvinista". De acordo com o meu entendimento, o pecado entrou neste mundo pela desobediência de Adão, e não como resultado do propósito determinante de Deus.

Na verdade, *todos* os escritores calvinistas e reformados afirmariam que o pecado veio como resultado do decreto de Deus, e que por isso ele foi, pelo menos nesse sentido, determinado. A diferença é que muitos dizem tratar-se de um decreto "passivo" ou "permissivo", enquanto a minha posição é que não há com Deus isso de decreto "passivo" ou "permissivo", e que é antibíblico e impossível um decreto divino ser "passivo" ou "permissivo".

É correto dizer que o pecado veio pela desobediência de Adão, mas não é esta a questão em debate. A questão é o que causou tal desobediência. Dizer que Adão tinha "livre-arbítrio" antes da Queda é irrelevante, a menos que com "livre-arbítrio" se queira dizer liberdade *de Deus*. Se for este o significado pretendido, isso é *paganismo*, e não calvinismo ou cristianismo. Se o significado pretendido for apenas liberdade do pecado, mais uma vez isso é irrelevante, pois a questão relevante na discussão do determinismo divino deveria ser se Adão era livre *de Deus* para se abster do pecado, e não se Adão era livre *do pecado* para se abster do pecado.

5. Agostinho e Compatibilismo

Embora a citação abaixo, base de nossa discussão, venha de um guia introdutório para Agostinho e sua filosofia, [3] nosso principal foco aqui não é Agostinho, mas sim o compatibilismo.

(1) A confiança posterior de Agostinho nos conceitos de graça e pecado original transformou-o num determinista da variedade teológica. Deterministas teológicos defendem que tudo aquilo que fazemos é causado por condições antecedentes, em último caso traçadas até Deus. Embora o Agostinho posterior seja claramente um determinista teológico, é mais preciso atribuir-lhe a versão "suave" de determinismo conhecida como compatibilismo. Compatibilismo é a visão que, a despeito de todas as ações humanas serem causadas por condições antecedentes, ainda é apropriado chamar algumas delas de "livres".

(2) Compatibilistas procuram distinguir ações internamente causadas de ações externamente causadas. Considere mais uma vez o caso da nossa paciente subitamente flexionando sua perna. Suponha que a causa desse movimento tenha sido o médico estimular o reflexo da paciente. Isso significaria que a ação foi externamente causada e que, portanto, a paciente não poderia ser considerada livre. Suponha, por outro lado, que a paciente tenha flexionado sua perna porque desejava atenção. De acordo com o compatibilista, esta ainda seria uma condição antecedente que impediu a paciente de evitar a flexão de sua perna. Assim, ela não era livre no sentido libertariano. Todavia, o compatibilista chamaria a ação de "livre" até onde ela tenha sido internamente causada. *A flexão da perna pela paciente não foi causada por outra pessoa; ela o fez por seu próprio consentimento*.

(3) Compatibilistas fazem essa distinção porque querem manter os seres humanos moralmente responsáveis apenas por suas ações "livres" (isto é, internamente causadas). Se foi algo externo à paciente que causou a flexão de sua perna, ela não pode assumir a culpa por isso; se algo interno causou a flexão, ela deve assumir a responsabilidade, ainda que não pudesse ter agido de outra forma.

(4) Agostinho é mais generosamente interpretado como compatibilista. Como a maior parte dos compatibilistas, ele conserva a linguagem do livre-arbítrio porque sabe que sem ele é impossível explicar a condição humana.

Contudo, ele empresta essa linguagem para os seus próprios objetivos determinísticos. Ele pretende sustentar que os seres humanos não podem assumir o crédito por serem bons. A razão é que todas as boas ações são causadas pela graça de Deus, uma causa externa. Ao mesmo tempo, ele pretende sustentar que os seres humanos devem assumir o crédito por serem maus. A razão é que todas as ações más são causadas por nossas próprias vontades. Como a vontade é uma causa interna, somos responsáveis, ainda que não possamos agir de outra forma.

(5) Agostinho se dedica, em suas últimas obras, a depreciar a suposta dignidade humana do livre-arbítrio e a criticar qualquer um que dele se orgulhe. Escreve que os seres humanos são "escravos do pecado" e que a melhor coisa que pode nos acontecer é recebermos graça e nos tornarmos "escravos de Deus".

(6) Assim, a teodicéia de Agostinho faz uma contribuição dúbia para a história da filosofia. Por um lado, propõe-nos uma confrontação pessoal, mesmo intelectual, com o problema do mal. Por outro, introduz o conceito de livre-arbítrio apenas para gerar outro conjunto de conceitos, graça e pecado original, que mutuamente anulam qualquer aplicação relevante do conceito de livre-arbítrio. Dessa forma, Agostinho reflete e reforça a profunda ambivalência acerca da liberdade humana que é endêmica no pensamento Ocidental. [4]

Algumas dessas declarações são questionáveis, ou pelo menos imprecisas, e o que Agostinho "sabe" não passa às vezes de simples opinião.

Por exemplo, eu discordo da declaração "Como a maior parte dos compatibilistas, ele conserva a linguagem do livre-arbítrio porque sabe que sem ele é impossível explicar a condição humana". Sem dúvida é possível que Agostinho pudesse considerar necessário atribuir algum tipo de liberdade ao homem, mas isso não significa que ele estava certo. De fato, afirmo a posição oposta, que conservar ("a linguagem do") livre-arbítrio humano em qualquer sentido relevante *tornaria impossível* explicar a condição humana, e não só isso, tal coisa também tornaria a doutrina do homem inconsistente com a doutrina de Deus.

Contudo, em linhas gerais, essa explicação de compatibilismo ainda constitui uma boa demonstração àqueles que não estão inclinados a apoiá-lo, de quão óbvia é a tensão (autocontradição) no compatibilismo.

Ofereço a seguir alguns comentários sobre cada parágrafo. Lembre-se, por favor, de que a cada porção numerada corresponde um parágrafo de igual número na seção acima.

(1)

> Deterministas teológicos defendem que tudo aquilo que fazemos é causado por condições antecedentes, em último caso traçadas até Deus.

Isso é verdade quanto à maioria dos deterministas teológicos, mas em último caso, também incoerente. Eu mudaria isso, dizendo que todas as condições são "*imediatamente traçadas até* Deus".

Eu afirmo a significância das assim chamadas "causas secundárias" apenas no sentido de elas serem os meios pelos quais Deus executa seus decretos imutáveis; contudo, essas causas secundárias não são autoexistentes, autodeterminadas, autocausadas ou autoimpulsionadas. Antes, todas as assim chamadas "causas secundárias" são imediatamente causadas e controladas por Deus, e os objetos sobre os quais essas causas secundárias supostamente atuam reagem de formas também imediatamente causadas e controladas por Deus.

Essa é a única posição coerente e defensável. Quando pressionados, deterministas teológicos que diferem disso precisam rapidamente buscar refúgio no mistério e no paradoxo.

> Compatibilismo é a visão que, a despeito de todas as ações humanas serem causadas por condições antecedentes, ainda é apropriado chamar algumas delas de "livres".

Por que aqui e em outros lugares "livre" está entre aspas? Provavelmente porque os escritores percebem, assim como eu, que é um exagero chamar a liberdade compatibilista de "livre".

A liberdade compatibilista é "livre" somente num sentido pessoal. A palavra "livre" é inserida e usada a força — ela não é uma descrição natural do compatibilismo, sobretudo quando analisada no contexto do determinismo divino. Você pode *chamar* qualquer coisa de "livre", mas ela é de fato livre?

(2)

Perceba que liberdade é algo relativo — você é livre *de algo*. O compatibilista pretende afirmar que nós não somos livres *de Deus*, mas ao

mesmo tempo, em algum sentido, ele pretende tornar a liberdade aplicável às nossas ações; assim, ele rebaixa de Deus para o homem o padrão pelo qual se mede liberdade. Ou seja, em vez de medir liberdade tendo em vista se os nossos pensamentos e as nossas ações são livres ou não *de Deus*, somos agora "livres" até onde temos liberdade em relação às demais coisas criadas, e estabelecemos sobre esta base a responsabilidade moral. O compatibilista simplesmente mudou o ponto de referência.

Mas isso é arbitrário e tacanho. Posso com a mesma facilidade mudar o padrão ou ponto de referência tendo em vista se somos ou não livres de uma partícula de pó específica de Netuno. Se essa partícula de pó não determina meus pensamentos e ações — se sou "livre" dela —, então neste sentido tenho "livre-arbítrio" e, portanto, sou moralmente responsável. Viva!

O compatibilista pode responder: "O ponto é que a causa para uma ação reside dentro de mim, e assim não sou *forçado* e, portanto, sou *livre* e responsável". Mas esse uso de "forçado" e "livre" é enganoso, pois se Deus é a *causa* da *causa* desta ação (tal como eu afirmo e muitos calvinistas admitem), se ele determina completamente até mesmo cada detalhe dos nossos pensamentos, desejos, motivos e disposições… ou, para usar os termos em nossa citação, se Deus é a *causa externa* da *causa interna* de nossas ações, de modo que a própria causa interna não é livre nem mesmo no sentido compatibilista, a ação é *mais do que forçada*. Ela é tão determinada, causada e controlada que nem mesmo pode ser descrita como forçada, pois ser "forçado" dá pelo menos margem a uma relutância interna consciente para aquilo que a pessoa é externamente causada a fazer contra a sua vontade. Mas Deus tem um controle tão abrangente sobre todos os nossos pensamentos e nossas ações que "forçado" seria um modo *muito fraco* de descrever isso.

Assim, é claro que as nossas ações não são "forçadas", pois a palavra sugere que a aquele que está forçando falta controle *absoluto* sobre aquele que é forçado, permanecendo então neste certa resistência a aquele que força; aquele que força exerce apenas um poder maior. Como "forçado" implica esse tipo de cenário ou relação, a palavra é muito fraca para descrever o controle de Deus sobre nós; assim, embora não sejamos livres, nossas ações não são "forçadas". De fato, o controle de Deus sobre nós é tão exaustivo que o compatibilista parece cego a isso, pensando que é livre porque não se sente forçado, quando a verdade é que ele é *muito menos livre* do que se fosse

forçado.

O compatibilista diz que nós não somos livres se as nossas ações são externamente causadas, mas que nós somos livres se elas são internamente causadas. Contudo, a verdade é que todas as nossas "causas" internas são em si mesmas externamente causadas. Todos os nossos pensamentos e nossas ações são de fato externamente causados por Deus, de forma que as nossas assim chamadas causas internas são meramente efeitos externamente causados que levam a outros efeitos (como as nossas ações).

Portanto, nesse sentido, nenhum dos nossos pensamentos e ações é livre, mesmo pela perspectiva compatibilista, a não ser que os compatibilistas mudem o ponto de referência para um lugar *após* Deus já ter externamente causado nossas causas internas. Mas isso é arbitrário — é uma trapaça — se nós permitirmos tal coisa, não haverá um ponto para discussão, pois ficará claro que o compatibilista vai apenas mudando o ponto de referência até conseguir usar a palavra "livre" em algum sentido.

É enganador e desonesto simplesmente mudar o ponto de referência para então poder afirmar algum senso de liberdade; nós deveríamos, em vez disso, consistentemente definir liberdade em relação ao princípio metafísico mais amplo, que é Deus, já que Deus é o único ponto de referência relevante ao discutirmos determinismo divino. Se em nenhum sentido nós somos livres de Deus, então em nenhum sentido nós temos "livre-arbítrio" ou "liberdade" no contexto da discussão sobre determinismo divino.

(3)

Perceba que "livres" é ilegitimamente definido como "internamente causadas", ainda que tudo acerca de todas as coisas internas seja de fato *externamente* causado e controlado por Deus. Nós mesmo acabamos de tratar disso, e por isso seguiremos adiante.

Novamente, uma questão central é o fundamento para a responsabilidade moral; entrementes, ninguém parece notar que a premissa "responsabilidade pressupõe liberdade" jamais foi demonstrada racionalmente. Mas se pusermos a responsabilidade moral de volta em seu devido lugar — isto é, no decreto soberano de Deus de julgar toda a humanidade — a liberdade humana se tornará uma questão irrelevante e não haverá qualquer problema em descartá-la totalmente.

(4)

Perceba as voltas e os contorcionismos necessários para até mesmo explicar, sem falar em defender, o compatibilismo.

Compatibilistas dizem que o bem é atribuído à graça e ao poder de Deus porque o homem pecador não tem em si mesmo capacidade para qualquer bem espiritual; mas o mal se atribui ao homem, pois ele já é pecador, e fazer o mal seria agir conforme essa natureza. Mas então você lhes pergunta como essa natureza má chegou ali em primeiro lugar; como Adão poderia ter feito o mal, se foi criado positivamente bom, e eles mais uma vez buscam refúgio no mistério e no paradoxo, ou repetem algum tipo de argumento baseado no livre-arbítrio, o que cai numa petição de princípio.

Por outro lado, eu posso dizer: "O Deus Soberano causa todas as coisas, e ele é bom e justo em tudo o que faz. Bendito seja o nome do Senhor". Nenhuma objeção pode ser levantada contra isso.

(5)

Mais uma vez, a questão é como o homem veio a se tornar "escravo do pecado" em primeiro lugar, se ele foi criado positivamente bom. Eu diria também que embora o homem tenha se tornado "escravo do pecado", o pecado em si mesmo sempre foi "escravo de Deus". Dizer que o pecado é em algum sentido livre de Deus é afirmar dualismo.

Se os homens não salvos são "escravos do pecado", e o próprio pecado é "escravo de Deus", e se os homens redimidos são "escravos de Deus" em justiça, isso significa que tanto os homens não salvos quanto os homens redimidos são de fato "escravos de Deus" — o não salvo através do pecado e o redimido através da justiça.

(6)

Perceba a excepcional moderação que esses escritores mostram com o compatibilismo. Eles definiram tudo muito bem, o suficiente para explodir tudo em pedaços, mas querem ser bondosos. Assim, eles optam por dizer que as palavras de Agostinho são uma "contribuição dúbia", e que os aspectos determinísticos de sua filosofia "anula[m] qualquer aplicação relevante do conceito de livre-arbítrio".

Mais claramente, isto significa que se um compatibilista verdadeiramente afirma o determinismo divino, não há sentido naquilo que ele diz sobre "liberdade" ou "livre-arbítrio" humano — é tolice. Esses escritores enxergam isso — a maioria dos calvinistas se recusa a fazê-lo.

Resumo

Aqui está a maneira de evitar absurdos:

1. Afirme o determinismo divino absoluto.
2. Negue toda a liberdade humana.
3. Estabeleça como base para a responsabilidade moral o decreto soberano de Deus de julgar a humanidade.
4. Responda quase todas as objeções relacionadas fazendo simplesmente o seguinte:
1. Afirme que Deus é justo e reto por definição. [5]
2. Recuse a premissa injustificada “responsabilidade pressupõe liberdade”. [6]

Não há voltas e contorcionismos, ginástica filosófica, e qualquer necessidade de redefinir isto e qualificar aquilo. Deus é soberano, o homem não é livre — e não há problema. Isto é bíblico, coerente, simples e defensável.

Não existem problemas inerentes ao que foi exposto acima, e assim não pode ser feita acusação de incoerência. Se algum destes pontos for individualmente contestado como falso, dependendo do ângulo da objeção o debate se deslocará para o nível pressuposicional ou exegético, o que para o cristão deveria ser a mesma coisa. Então, para se preparar para isso, o cristão deveria estudar as passagens bíblicas relevantes e saber como aplicá-las, o que é seu dever espiritual, antes de tudo.

Comentários Adicionais

Pretendo também abordar aqui brevemente a alegação compatibilista de que a própria Escritura ensina compatibilismo.

Um dos versículos favoritos usados para apoiar o compatibilismo é Gênesis 50.20, onde José diz a seus irmãos que o venderam ao Egito: “Vocês intentaram o mal contra mim, mas Deus intentou isso em bem, para aquilo que agora é feito, a salvação de muitas vidas” (NIV).

Ora, para que defenda o compatibilismo, o versículo deve transmitir a ideia de que a ação dos irmãos foi em algum sentido “livre”; todavia, o versículo comunica apenas a sua intenção — o versículo não diz se eles eram livres ou não, ou se a intenção era livre ou não.

Como o versículo fala também da intenção de Deus, e como esta intenção difere da intenção dos irmãos, o compatibilista diz que isto explica

como Deus poderia imutavelmente decretar uma ação humana, e mesmo assim a ação decretada (neste caso, a decisão e o ato dos irmãos de venderem José) ainda ser "livremente" realizada pelo povo ou pela pessoa humana envolvida.

Contudo, o versículo não implica isso nem mesmo remotamente — trata-se de uma inferência forçada. O versículo nos diz aquilo que os humanos intentaram e aquilo que Deus intentou; ele não traz o fragmento de informação que é necessário para ou demonstrar ou refutar o compatibilismo, qual seja, a relação entre a intenção dos homens e a intenção de Deus neste evento (da venda de José).

Assim sendo, o versículo nem demonstra nem refuta o compatibilismo. Para entender como esse versículo se aplica ao compatibilismo, a pessoa deve primeiro descobrir a relação entre a vontade do homem e a vontade de Deus com base nas diversas outras passagens da Escritura que claramente se referem à questão.

Ora, como tenho demonstrado em meus livros e artigos, muitas passagens bíblicas ensinam que é a vontade de Deus que determina diretamente a vontade do homem, seja para o bem, seja para o mal. Portanto, ao aplicar Gênesis 50.20 ao nosso assunto, poderíamos parafrasear dizendo: "Deus intentou o bem para a vossa má intenção", ou "Deus os levou a ter essa má intenção, e intentou o bem quando fez isso" ou "Deus intentou o bem (a salvação de muitas vidas) quando vos levou a intentar esse mal (a venda de José)".

Repetindo, o versículo em si não afirma ou implica que os irmãos intentaram "livremente" o mal — ele apenas diz que eles intentaram o mal. E então, diz que Deus intentou o bem por essa mesma decisão/ação má dos irmãos. Acrescentando a isso a premissa (estabelecida por *outros* versículos bíblicos) que Deus exerce controle completo e constante sobre todos os pensamentos e atos humanos (sejam bons ou maus), segue-se que Deus intentou o bem quando levou esses irmãos a intentarem o mal.

Desse modo, Deus foi justo e os irmãos eram moralmente culpáveis. Deus foi justo porque tudo o que ele faz é justo por definição, e foi um decreto bom que causou a intenção má nos irmãos. Eles eram moralmente culpáveis porque de fato violaram as leis morais de Deus, induzidos por ele a assim agir. Nisso tudo, não há de fato qualquer ponto de acesso lógico para a liberdade humana, apesar de ela ser frequentemente forçada para dentro da

discussão.

Aplique uma análise básica similar a todos os versículos usados por compatibilistas e você verá que nenhum deles de fato suporta o compatibilismo. Aparentemente, os compatibilistas já estão a tal ponto convencidos de sua posição à parte da Escritura, que facilmente “veem” o compatibilismo sendo ensinado nesses versículos, mesmo quando não tratam do assunto.

É autorrefutável abraçar uma tradição que de fato tem se mostrado um fardo para o calvinismo em vez de um suporte; que torna o calvinismo incoerente e difícil de ser defendido, passando a seus aderentes a imagem de tolos quando eles desnecessariamente buscam refúgio no mistério e no paradoxo.

Reconhecidamente, um calvinismo ousado e consistente é muito mais ofensivo que um calvinismo simplório e inconsistente, mas é também bíblico, coerente e irrefutável.

6. Determinismo “Suave”

Deixe-me fazer uma observação sobre a expressão “determinismo suave”. Embora eu não me oponha completamente ao seu uso, a expressão parece carregada e transmite a seus aderentes uma impressão melhor do que deveria.

Ora, determinismo “suave” é usado em contraste com determinismo “duro”. Usando essas expressões, a posição reformada/calvinista popular, que é compatibilismo, seria chamada de determinismo “suave”, enquanto que a minha posição seria chamada de determinismo “duro”.

A primeira é “mais suave” em qualidade e/ou quantidade em relação ao nível e/ou magnitude de controle (determinismo) que Deus exerce sobre a sua criação, enquanto que o determinismo “duro” é absoluto, afirmando que Deus exerce controle completo (em nível ou qualidade) e abrangente (em magnitude ou quantidade) sobre todas as coisas.

Mas isso significa que determinismo “suave” é na verdade determinismo *parcial* — isto é, parcial (não pleno) em qualidade ou quantidade, ou ambos. E se aquilo que não é absolutamente determinado por Deus pode mesmo assim ainda acontecer, isso significa que existe outro (um ou mais de um) poder determinante no universo. Quando falamos da relação de Deus com o homem, atribuir um determinismo apenas parcial a Deus necessariamente implica atribuir um determinismo parcial também ao homem. Assim, isso se torna uma versão de dualismo.

Em outras palavras, quem crê que Deus determina absolutamente todas as coisas é determinista pleno, pois crê que Deus determina plenamente todas as coisas em termos de qualidade e quantidade, em termos de nível (extensão) e de magnitude de controle exercido. Crer em qualquer coisa menor do que isso não é pleno; portanto, é parcial.

Também, como determinismo “suave” significa realmente determinismo *parcial*, isso também necessariamente significa que ele é ***in****determinismo* parcial (isto é, ***não*** *determinismo* parcial). Dado que os calvinistas usualmente (alegam que) afirmam um poder determinador em Deus maior do que no homem, esse indeterminismo é um indeterminismo muito “suave”, mas ainda assim indeterminismo parcial.

Passa a ser apenas uma questão de ênfase qual expressão a pessoa prefere

usar. Desse modo, a expressão determinismo “suave” é no mínimo um pouco enganosa, fazendo seus aderentes parecerem melhores do que realmente são. Para alguns a expressão tem o efeito de soar “mais suave”, mais agradável e menos extrema. Mas se não deixarmos a linguagem nos enganar, veremos que ela é realmente determinismo parcial, determinismo fraco, determinismo incompleto ou ***in****determinismo* “suave”. E ao menos por implicação, dualismo.

Por outro lado, como nós que afirmamos determinismo “duro” na verdade afirmamos apenas “determinismo”, não há necessidade de qualificar a expressão, a não ser para um desafio ou contraste com uma versão parcial. Não preciso dizer a todo o momento que sou humano pleno, a menos que eu esteja numa discussão envolvendo humanos parciais — eu sou simplesmente humano. E no contexto de um contraste, o que afirmamos é realmente determinismo *pleno*, e não “duro”. Também, ao lançar a expressão podemos confiantemente dizer que afirmamos não indeterminismo (indeterminismo zero) quanto ao nível e à magnitude de controle que Deus exerce sobre sua criação.

É claro, o que está acima não discute diretamente os méritos das duas visões, mas representa uma observação sobre a linguagem carregada que frequentemente se usa.

7. Determinismo, Fatalismo e Panteísmo [1]

Eventualmente pessoas me perguntam sobre fatalismo. Na sua maior parte, se tratam de pessoas polidas e educáveis buscando saber o que é determinismo e fatalismo, no que eles diferem, e qual é a diferença entre a minha posição e o fatalismo. [2] E há então alguns que abertamente me acusam de ensinar fatalismo. O que segue será suficiente como minha resposta aos dois grupos de pessoas.

Em algumas definições, "determinismo" e "fatalismo" são similares. Alguns dicionários de inglês poderiam definir os termos sem fazer uma distinção clara entre eles. [3] *Merriam-Webster* é muito ambíguo para o nosso propósito e *Webster's New World Thesaurus* traz os dois termos como sinônimos. Evidentemente, mesmo aquelas pessoas que afirmam determinismo "suave" e me acusam de ensinar fatalismo não aceitariam essas definições ambíguas, pois em tal caso elas seriam "fatalistas suaves", na melhor das hipóteses. É possível que as definições na literatura teológica e filosófica sejam mais precisas.

Por "fatalismo", refiro-me ao ensino que todos os eventos são predeterminados (1) por forças impessoais e (2) produzidos indiferentemente dos meios; de modo que, não importa o que uma pessoa faça, deve resultar o mesmo efeito.

Por "determinismo", refiro-me especialmente ao determinismo *teológico* ou *divino*. É o ensino segundo o qual o Deus pessoal da Bíblia tem inteligente e imutavelmente predeterminado todos os eventos, incluindo todas as ações, decisões e pensamentos humanos, pela predeterminação *tanto* dos fins *como* dos meios para esses fins.

Essas não são definições pessoais minhas; todavia, elas se mostram consistentes com o uso comum na literatura teológica e filosófica.

Por exemplo, Dr. Alan Cairns, um respeitado pastor e teólogo presbiteriano cuja ortodoxia está geralmente acima de qualquer questionamento, é determinista "suave". [4] Ele define "fatalismo" da seguinte forma: "A teoria da necessidade inevitável; a filosofia oriental pagã que todas as coisas são predeterminadas por *forças cegas e irracionais*, e que assim *não há elemento no esforço humano* para mudar qualquer coisa". [5]

Ora, diante dos olhos de Deus, quem ousa me acusar de estar ensinando que "todas as coisas são predeterminadas por *forças cegas e irracionais*"? Acusar-me de tal coisa seria cometer o pecado da calúnia, e algumas pessoas de fato cometem esse pecado contra mim, por suas falsas acusações. Ao contrário disso, afirmo que é o Deus *pessoal* e *racional* quem predetermina todas as coisas.

E quem ousa me acusar de estar ensinando que todas as coisas ocorrem predeterminadas *indiferentemente dos meios*? Eu afirmo que Deus determina todas as coisas imutavelmente preordenando e diretamente controlando *tanto* os fins *como* os meios. Assim, não é que "*não há elemento no esforço humano*", mas é Deus também quem controla os esforços humanos, bem como os efeitos desses esforços, para produzir os resultados predeterminados.

É perigoso falar de coisas que não se entende, e aparentemente aqueles que me acusam de ensinar fatalismo são ignorantes do que realmente significa fatalismo.

Exatamente assim como alguns arminianos acusam falsamente os calvinistas de ensinarem fatalismo, esses calvinistas que afirmam determinismo "suave" se voltam e me acusam de ensinar fatalismo; mas nem esses arminianos, nem esses calvinistas têm qualquer ideia do que significa fatalismo. Essas pessoas não têm a mesura de ao menos buscar a palavra em algum dicionário teológico para se certificar de que a acusação procede. E elas certamente não têm a mínima formação teológica para compreender, sem ter necessidade de consultar, o que significa fatalismo.

Quanto a esses entre vocês que são atenciosos e educáveis — diferentemente dos que fazem acusações caluniosas e ignorantes tentando ser eruditos quando de fato não são — eu não os censuro por perguntarem a respeito, pois há muita informação falsa circulando por aí.

Esteja você certo de que isso que eu ensino é muito diferente de fatalismo, ainda que se trate de uma versão mais vigorosa de determinismo do que aquela que você está acostumado a ouvir. De fato, isso é diferente do fatalismo assim como o teísmo é diferente do paganismo e do ateísmo, pois afirmo que todas as coisas são determinadas por um Deus pessoal e soberano, e não por "forças cegas e irracionais".

Portanto, não se deixe enganar ou confundir por pessoas ignorantes.

Gostaria também de chamar atenção para algo que é frequentemente mal-

entendido, isto é, algumas pessoas assumirem que se tem mais liberdade debaixo do "determinismo" e que as coisas são determinadas de forma mais abrangente no "fatalismo". Isso é falso.

O fato é que as coisas são *mais* determinadas no determinismo divino do que em qualquer outro esquema. Debaixo do "fatalismo" (como propriamente definido acima) um evento é predeterminado de uma forma tal que a mesma consequência deve resultar "não importa o que você faça", isto é, indiferentemente dos meios. Mas debaixo do determinismo divino, ainda que "importe" o que você faça, "o que você faz" também é, antes de tudo, imutavelmente predeterminado. E "importa" porque existe uma relação definida entre "o que você faz" e a consequência, embora até mesmo esta relação seja determinada e controlada por Deus. [6]

Assim, afirmo o determinismo divino e não o fatalismo, mas não pela razão que eventualmente leva pessoas a evitar o fatalismo. Afirmo o determinismo divino não porque as coisas sejam menos controladas nesse esquema — elas são mais controladas —, mas porque se trata da verdade revelada e racional.

Por eu manter essa posição, alguns acusam o meu determinismo e ocasionalismo de equivalerem a panteísmo. [7] Mas isso também é estúpido e ignorante. Se o panteísmo afirma que "tudo é Deus", isso significa que quando Deus age sobre algum objeto, ele está sempre agindo apenas sobre si mesmo. Mas isso está muito longe daquilo que eu afirmo. Antes, afirmo que Deus criou entidades espirituais e materiais *diferentes* dele, mas que, todavia, são por ele absolutamente sustentadas e controladas. Dizer que Deus absolutamente *controla* X é muito diferente de dizer que Deus *é* X.

De fato, meus oponentes me acusarem de panteísmo *porque* eu afirmo o controle direto e total de Deus sobre todas as coisas implica *eles* crerem, debaixo do teísmo, que Deus não pode ter controle direto e total sobre qualquer coisa que não seja ele próprio. [8] Mas nesse caso, como o universo criado não é Deus, a implicação é que eles devem afirmar que Deus não tem controle direto e total sobre *qualquer coisa* do universo criado.

Isto é, pela sua acusação contra mim eles estão sugerindo que Deus está *identificado* com todas as coisas sobre as quais ele tem controle direto e total. Então, como eles negam o meu ensino, que Deus tem controle direto e total sobre todas as coisas, e como ao mesmo tempo eles negam que Deus esteja identificado com o universo, segue-se que eles creem que Deus não tem

controle direto e total sobre *qualquer coisa* do universo. [9] E se é nisto que creem, eles não são nem mesmo cristãos.

Essa é a implicação do que *eles* creem a partir de sua acusação contra mim. Claro, não estou acusando eles de crerem nisso, mas é a implicação lógica; e a conclusão generosa é que eles no mínimo são inconsistentes.

Em todo o caso, tal como na acusação de fatalismo, essas pessoas não têm ideia do que significa panteísmo, e me acusarem de explícita ou implicitamente ensinar panteísmo não passa de calúnia.

Em outras palavras, a objeção denuncia a suposição que Deus é (está identificado com) tudo o que ele absolutamente controla. E porque Vincent Cheung ensina que Deus controla absolutamente *todas as coisas*, incluindo todas as decisões e pensamentos humanos, incluindo todos os objetos corpóreos e incorpóreos e as relações e interações entre eles (de sorte que um objeto em movimento não tem poder inerente para mover outro objeto quando entra em choque com ele, mas Deus é quem *ativa* e *diretamente* os controla; e que "causa secundária" é quando muito um termo relativo que não pode atribuir a um objeto criado qualquer poder causativo inerente, etc.), Vincent Cheung deve estar ensinando panteísmo.

Ora, tendo apontado a suposição injustificada (que Deus é tudo o que ele absolutamente controla), e tendo apontado que eu rejeito essa suposição, permanece que essa é a suposição *deles*, a partir da qual desenvolveram sua acusação contra mim. É nesse ponto que a objeção se volta contra eles. Como a suposição *deles* é que Deus está identificado com tudo o que ele absolutamente controla, isso significa que se *eles* creem que Deus absolutamente controla *qualquer coisa* de fato, Deus deve estar identificado com tal objeto, e isso os transforma ao menos em panteístas moderados ou parciais. Mantendo constante *sua* suposição, a única alternativa lógica para eles é negar que Deus controle absolutamente *qualquer coisa* em sua criação, mas neste caso eles nem mesmo podem continuar sendo teístas.

Portanto, logicamente falando, aqueles que usam essa objeção afirmam ou panteísmo parcial ou "deusismo" finito, nenhum dos quais permitindo que eles consistentemente se denominem cristãos. Por outro lado, afirmo que Deus controla absolutamente tudo acerca de todas as coisas que representem alguma coisa, isso não implicando que Deus esteja identificado com essas coisas que ele controla; antes, sua criação é algo *diferente* dele, mas mesmo assim algo que ele controla absolutamente.

8. Contradições “Aparentes”

Vários escritores reformados afirmam existir uma “antinomia”, paradoxo ou uma assim chamada contradição aparente entre soberania divina e responsabilidade humana. Eu discordo — não existe tal contradição aparente. Por exemplo, Packer comete esse equívoco em seu livro sobre evangelismo. Como aponta também Lutero em *O Cativeiro da Vontade*, pessoas inventam contradições onde elas não existem. Chamar a contradição de “aparente” não melhora a situação, se é tudo imaginário em primeiro lugar. Os escritores reformados deveriam ser mais cuidadosos com isso.

É de fato possível duas proposições parecerem contraditórias a uma pessoa quando de fato não são logicamente contraditórias. O problema está então na pessoa e não nas proposições. Talvez ela tenha cometido um erro no raciocínio ou talvez lhe falte alguma informação necessária para entender corretamente as proposições.

Defendo que (e é este o ponto impopular) enquanto duas proposições *parecerem* contraditórias a uma pessoa (sejam elas *logicamente* contraditórias ou não), ela não poderá verdadeiramente afirmar ambas. Isso porque se duas proposições são contraditórias (na aparência ou na realidade), isso necessariamente significa que afirmar uma equivale ao mesmo tempo a negar a outra. Portanto, afirmar duas proposições contraditórias equivale de fato a negar ambas na ordem inversa.

Isto é, se X e Y são contraditórios, então X = não Y e Y = não X. Portanto, afirmar tanto X como Y é o mesmo que afirmar não Y e não X, o que equivale a negar tanto X como Y, apenas na ordem inversa. É claro, uma vez que não Y = X e não X = Y, isso significa que negar tanto X como Y equivale de fato a afirmar ambos na ordem inversa. Mas novamente, afirmar ambos equivale a negar ambos na ordem inversa, e assim por diante, *ad infinitum*. Portanto, afirmar duas proposições contraditórias (contraditórias na aparência ou na realidade) equivale a não dizer nada, ou algo pior do que nada.

Eu concordo que se uma pessoa nota que duas proposições na Escritura parecem mutuamente se contradizer, ela deve crer que a contradição existe apenas em sua mente, e que as proposições parecem se contradizer apenas por causa da falta de entendimento ou raciocínio falacioso da pessoa, e não porque exista uma contradição lógica real. Mas insisto que enquanto as duas

proposições parecerem contraditórias à pessoa, ela ainda não poderá verdadeiramente afirmar ambas ao mesmo tempo.

Como a Escritura de fato não se contradiz, essa é apenas outra forma de dizer que uma pessoa não pode verdadeiramente afirmar uma proposição bíblica até que verdadeira e corretamente entenda o significado da proposição. Ou, uma pessoa não pode verdadeiramente afirmar uma parte da Escritura que não entenda verdadeira e corretamente. Se ela não entende o significado de uma dada proposição, o que ela afirma não é realmente essa proposição, mas alguma outra proposição que ela tem em mente. Esse ponto é correto por necessidade. Opor-se a isso é sugerir que uma pessoa pode afirmar uma proposição que nem mesmo chegou à sua mente, o que é absurdo.

Em outras palavras, quando uma pessoa lê as proposições X e Y, e entende mal ao menos uma das proposições — de modo que sua mente percebe X e A, com X e A mutuamente se contradizendo, apesar de não existir contradição entre X e Y —, poderia parecer a ela que X e Y se contradizem, quando na verdade X e A é que estão se contradizendo, pois a pessoa imagina estar pensando em X e Y quando na verdade está pensando em X e A.

Uma proposição *bíblica* mal-entendida torna-se uma proposição *não bíblica* na mente da pessoa, e uma proposição bíblica pode certamente contradizer uma proposição não bíblica, ou duas proposições não bíblicas podem certamente se contradizer. É isso o que de fato acontece quando uma pessoa nota uma contradição "aparente" na Escritura. Um ou ambos os lados da suposta contradição não representam de fato a proposição bíblica, pois houve uma distorção ou mal-entendido.

Ou poderia ser que a pessoa entende corretamente as proposições X e Y, mas então afirma também alguma outra premissa falsa Q que pareceria levar X e Y a se contradizer, quando estas proposições por si só não se contradizem.

Um exemplo é a relação entre soberania divina (X) e responsabilidade humana (Y). Tomadas por si só, não há contradição real ou aparente entre as duas proposições. Contudo, elas podem dar uma aparência de se contradizer uma vez que você estabelece a premissa "responsabilidade pressupõe liberdade" (Q). Subitamente, X parece contradizer Y. De fato, se Q fosse verdadeira, esta seria uma contradição *real*, e não só aparente. Mas quando

percebemos que Q é falsa, até mesmo a aparência de contradição desaparece. A chave então é entender corretamente o que a Escritura diz e evitar o acréscimo de falsas ideias que de fato não procedem da Escritura.

Para resumir, se uma pessoa entende em todos os casos o que a Bíblia diz, em nenhum caso duas proposições na Bíblia podem mesmo lhe parecer contraditórias. Isto porque de fato em nenhum caso duas proposições da Bíblia se contradizem mutuamente. Mas se a pessoa nem sempre entende corretamente a Bíblia, em alguns casos duas proposições podem aparentemente se contradizer. Aqui a pessoa ainda pode "saber" que a contradição é só "aparente", já que as duas proposições são achadas na Bíblia. Contudo, a pessoa não as pode afirmar enquanto elas continuarem parecendo contraditórias. O que ela deve fazer? Deve estudar para compreender o verdadeiro significado de cada proposição, e quando isso acontecer ela perceberá que em primeiro lugar a contradição nunca de fato existiu.

Por não entender e não admitir o exposto acima, cristãos frequentemente se apressam a gritar "Mistério!" e "Paradoxo!" quando são confrontados com proposições bíblicas obviamente não contraditórias, a menos que *feitas* contraditórias por alguma distorção espetacular ou suposição extrabíblica estranha. Isto não é sinal de reverência genuína. É de fato uma negação implícita da clareza e unidade da Escritura e um tremendo insulto à sabedoria e integridade de Deus, que inspirou a Escritura para podermos entender, crer e obedecê-la. À luz disso tudo, parece quase trivial dizer que esse apelo ilegítimo ao mistério e paradoxo também fornece desnecessariamente munição aos inimigos da fé.

Portanto, se nós buscamos honrar sinceramente a grandeza de Deus, devemos afirmar com ousadia e reverência que a Escritura é clara, e claramente não contraditória em todo e qualquer aspecto.

9. A “Oferta Sincera” do Evangelho

A doutrina em questão tem sido chamada de “a livre oferta”, “a oferta bem intencionada” e “a oferta sincera” do evangelho. [1] Minha posição é que ela faz Deus parecer um tolo esquizofrênico. Ela é antibíblica e irracional, e por isso deve ser rejeitada e combatida.

Primeiro, nós não sabemos de antemão quem está entre os eleitos e quem está entre os não eleitos, e a Escritura nos ordena a pregar a toda e qualquer pessoa. Portanto, não devemos por nós mesmos tentar determinar quem são os eleitos, quem são os não eleitos, e então pregar o evangelho somente aos que consideramos eleitos. Em vez disso, devemos pregar o evangelho a todos os homens sem distinção.

Por outro lado, é errado e pecaminoso pregar o evangelho como se existisse uma chance de até mesmo os não eleitos chegarem à fé e serem salvos, como se Deus estivesse sinceramente dizendo que deseja a salvação deles, e que eles poderiam ser salvos (Lucas 10.21; João 6.65). Nós não conhecemos o conteúdo preciso do decreto de Deus na eleição (no que diz respeito a quem são os eleitos e quem são os não eleitos), e por isso não devemos agir como se isso nos fosse conhecido. Entretanto, isso não significa que ao pregar o evangelho devemos nos exprimir como se a eleição fosse falsa.

Ao contrário, devemos deixar claro em nossa mensagem que Deus solenemente ordena cada pessoa, eleita ou não eleita, a crer no evangelho, fazendo da crença uma obrigação moral de cada pessoa — aquelas que fizerem isso serão salvas e aquelas que não fizerem isso serão condenadas. Mas não devemos apresentar isso como uma “oferta sincera” de Deus para a salvação até mesmo dos não eleitos.

A fé vem somente como um dom soberano de Deus, e Deus imutavelmente decidiu negar essa dádiva aos não eleitos e ativamente endurecê-los; portanto, oferecer sinceramente salvação aos não eleitos, como se fosse desejo de Deus eles serem salvos e como se fosse possível eles serem salvos, é mentir a eles em nome de Deus. Não há oferta de salvação real ou sincera aos não eleitos, mas somente uma ordem real e séria que eles jamais podem obedecer, uma ordem que Deus fará cumprir contra eles com fogo

infernal.

Mais uma vez, isso não nos impede de pregar o evangelho a todos os homens sem distinção, já que não temos o direito nem o dever de selecionar os eleitos e somente pregar a eles, ou selecionar os não eleitos e excluí-los. O ponto é que nós não devemos apresentar o evangelho como uma oferta sincera a todas as pessoas, como se o "desejo" de Deus pudesse diferir do seu decreto, como se Deus pudesse ou tivesse decretado contra o "desejo" dele [2], e como se fosse mesmo possível os não eleitos serem salvos. Antes, nós devemos apresentar o evangelho como uma ordem séria a todas as pessoas, como se a todos fosse ordenado crer (Atos 17.30), e como se Deus pretendesse chamar os eleitos e endurecer os não eleitos pela mesma pregação do evangelho (2 Coríntios 2.15-16).

Em outras palavras, o conteúdo e a pregação do evangelho poderiam e deveriam ser totalmente consistentes com as doutrinas da eleição e da reprovação, assim como com todas as demais doutrinas relacionadas. Para muitos, afirmar a "oferta sincera" é apenas uma desculpa para crer como calvinista e pregar como arminiano.

Consequentemente, ao pregar o evangelho (quando estamos lidando com a graça que salva), nós não deveríamos dizer aos nossos ouvintes que Deus os ama a todos, mas ousadamente declarar que Deus ama somente os eleitos e deseja (e assim tem decretado) a sua salvação, e que ele odeia os réprobos e deseja (e assim tem decretado) a sua condenação (Romanos 9.13).

À luz disso vamos resumir agora o entendimento e a abordagem bíblica para o evangelismo.

Nós somos obrigados a pregar o evangelho a todos os homens sem distinção, por pelo menos três razões: 1. Deus nos ordena a pregar o evangelho a cada pessoa, 2. Nós não sabemos e não deveríamos tentar descobrir de antemão quem são os eleitos e quem são os réprobos, e 3. O propósito da pregação do evangelho não é apenas chamar os eleitos, mas também endurecer os réprobos.

É correto e apropriado proclamar que Deus deseja salvar apenas os eleitos e escolheu apenas eles para salvação; e que Deus concederá fé apenas a eles, de modo que apenas eles poderão crer. E é correto e apropriado proclamar que Deus deseja condenar os réprobos e escolheu-os para condenação; e que Deus não somente lhes negará a fé, como também ativamente endurecerá suas mentes contra o evangelho, tornando impossível

a sua crença.

Assim como não devemos, e nem poderíamos, descobrir de antemão quem são os eleitos e quem são os réprobos, nossos ouvintes não devem tentar determinar se estão entre os eleitos ou entre os réprobos, e então fazer disso o fundamento para clamar ou não a Deus por salvação. Em outras palavras, ouvindo o evangelho, uma pessoa não deve dizer a si própria: "Deus salva apenas os eleitos e estou, seja como for, provavelmente entre os réprobos; portanto, eu não deveria nem mesmo tentar buscar a Deus para salvação". De fato, é bem possível que a pessoa que obstinadamente pensa dessa forma, mesmo quando confrontada com uma exposição clara do evangelho da graça soberana, esteja realmente entre os réprobos, e Deus tenha optado por confirmá-la em sua condenação por meio desse engano persistente.

Em vez de ocultar ou deturpar o decreto eterno de Deus para os nossos ouvintes quando lhes pregamos o evangelho, devemos explicar as verdades de relevância imediata para o pecado e a graça, para a eleição e a reprovação. Mais do que isso, devemos lhes apresentar o sistema completo de doutrinas bíblicas da forma mais clara e abrangente possível que nossa habilidade e tempo disponível permitirem (Atos 17.23-31; Mateus 28.19-20; Lucas 14.27-33). E então, precisamos exortar nossos ouvintes a sincera e fervorosamente buscarem a Deus por salvação através de Cristo pelos meios de graça, como na oração, ouvindo sermões e lendo a Bíblia.

Visto que é impossível *sinceramente* buscar ou clamar a Deus a menos que seu poder já esteja operando no coração da pessoa, os que de fato sinceramente obedecem e invocam a Deus para salvá-los por meio de Cristo estão certamente entre os eleitos, havendo Deus já começado sua obra soberana de conversão. Mas os que insincera ou superficialmente obedecem, e que após um pouco de tempo sucumbem, ou os que de fato se recusam a obedecer, estão entre os não eleitos, havendo Deus endurecido suas mentes ainda mais pela pregação do evangelho (2 Coríntios 2.15-16; 2 Tessalonicenses 1.8).

Portanto, a pregação do evangelho não é diminuída, nem restringida e tornada seletiva, pelo fato de rejeitarmos a assim chamada "oferta sincera" do evangelho. Ao contrário, o que foi dito acima é uma aplicação consistente e necessária dos ensinos explícitos e implícitos da Escritura sobre a soberania de Deus, sobre a eleição e a reprovação, e sobre a pregação do evangelho. Ela

representa uma visão bíblica e coerente que valoriza a pregação do evangelho e de fato a divulgação do sistema completo de doutrinas bíblicas a todos os homens em todos os lugares. Além do mais, essa visão admite o que a Escritura ensina explicitamente sobre o propósito e o efeito da pregação indiscriminada do evangelho, isto é, chamar os eleitos e endurecer os réprobos. [3]

10. “Forçados a Crer”

Tenho falado muito sobre calvinismo “inconsistente” em vários lugares e por diferentes perspectivas. Aqui, gostaria de usar A. A. Hodge como exemplo a você do que o calvinismo inconsistente pode levar uma pessoa a dizer.

Mas primeiro vamos tirar algo do caminho. Ao usar Hodge como exemplo, eu não estou desafiando sua ortodoxia ou dedicação à Escritura, ao cristianismo e ao calvinismo. De fato, precisamente porque sua ortodoxia está geralmente acima de questionamento, é que prefiro usá-lo como exemplo; você verá assim que o problema não aparece apenas entre heréticos malucos ou idiotas desastrados.

Então comecemos.

No contexto da discussão sobre criação *ex nihilo*, Hodge escreve:

> Embora a criação absoluta de um novo ser a partir do nada nos seja reconhecidamente inconcebível, isso de forma alguma é mais inconcebível do que a relação da presciência infinita de Deus, a sua preordenação ou seu governo providencial, com a livre agência dos homens; e nem mais inconcebível do que muitas outras verdades em que nós somos todos forçados a crer. [1]

Em outras palavras, a doutrina bíblica da criação é “inconcebível”; mas tudo bem, pois “muitas outras” doutrinas bíblicas *também* são inconcebíveis — e isto torna tudo melhor!

Devemos engolir isso? A pergunta melhor é se a Bíblia fala de suas próprias doutrinas dessa maneira. A Bíblia diz que suas doutrinas são racionalmente inconcebíveis? [2] A Bíblia diz que suas doutrinas são racionalmente tão difíceis de aceitar que devemos ser “forçados a crer” nelas? [3]

Se a nossa resposta é não — se a Bíblia não considera “inconcebível” suas próprias doutrinas, e não diz que devemos ser “forçados a crer” nelas —, nesse exemplo e em todos os demais em que fala dessa maneira, Hodge não está retratando o que a Bíblia de fato ensina. Antes, ele está avaliando doutrinas bíblicas por um padrão antibíblico. Como o bíblico é incompatível com o antibíblico, é evidente que se Hodge insiste em afirmar as duas coisas, as doutrinas bíblicas devem subitamente se tornar “inconcebíveis” e

certamente nos sentiremos como que “forçados a crer” nelas. Mas o problema está na própria mente de Hodge, e não no sistema bíblico de doutrinas.

Muitos calvinistas falam como Hodge — PAREM! *Não* é sinal de fé e reverência soar como lunático e então arrastar Deus para dentro disto.

Como? Você tenta defender a doutrina cristã e está considerando sua própria cosmovisão “inconcebível”, e que é “forçado a crer” nela? É desse tipo de declaração antibíblica e irracional que não cristãos frequentemente se aproveitam. Ora, o que você acha que eu deveria fazer se alguém trouxesse essa citação a um debate? Para uma defesa adequada do evangelho, devo renunciar a Hodge pelo menos neste ponto. E preciso dizer que pelo menos neste ponto (mas também em muitos outros) ele não fala por mim, nem pela Escritura — ele está errado.

Em contraste, eu afirmo que apesar de não poderem ser compreendidas exaustivamente (pois a mente de Deus é infinitamente maior do que a nossa e, portanto, não podemos conhecer exaustivamente todo o seu conteúdo), *todas as coisas* que Deus revelou — *todas* as doutrinas bíblicas — são concebíveis, inteligíveis, racionais, defensáveis e inegáveis.

Porque são pecadores e irracionais, é impossível os incrédulos afirmarem o que é santo e racional e, assim, a menos que Deus opere diretamente e mude suas mentes, eles jamais poderão crer. Por outro lado, todas as doutrinas bíblicas são *de fácil crença* aos eleitos porque Deus lhes concedeu o dom da fé e os tornou racionais pela iluminação de suas mentes.

As doutrinas bíblicas somente serão inconcebíveis se forem avaliadas por alguma premissa ou padrão irracional. O que nós precisamos fazer é deixar de lado essas suposições e princípios falsos que não fazem parte da cosmovisão bíblica, em primeiro lugar. Mas se você assume princípios e suposições de duas cosmovisões contraditórias e tenta reuni-los num só elemento, terminará de fato com algo inconcebível. Só não chame isto de cristianismo ou calvinismo.

Os erros e as inconsistências de Hodge estão difundidos e são comuns à maior parte dos calvinistas que tenho lido, embora eu busque ler somente os melhores. Assim, trata-se de um problema sério, e eu gostaria de oferecer mais exemplos para que você saiba do que deve ter cautela ao estudar obras teológicas. Todavia, como já tenho em meus próprios escritos abordado todos os problemas presentes em Hodge, [4] pretendo oferecer apenas comentários bem sucintos para cada exemplo; em alguns casos, apresentarei apenas a

minha posição e seguirei adiante, para que o artigo não se estenda demais.

> A permissão do pecado, em sua relação com a justiça e a bondade de Deus, é um mistério insolúvel, e todas as tentativas de esclarecê-lo apenas obscurecem recomendações com palavras sem fundamento. É, contudo, privilégio de nossa fé saber, embora não de nossa filosofia compreender, que seguramente se trata de uma permissão mui sábia, justa e misericordiosa; e que ela haverá de repercutir para a glória de Deus e pelo bem dos seus escolhidos. [5]

O pecado não ocorre simplesmente por mera permissão. Pecado não é "um mistério insolúvel", pois a Escritura explica o pecado para nós. Sem ajuda, Hodge já torna o assunto demasiadamente "obscuro".

> Deus, dotado de infinita presciência e poder, existiu sozinho na eternidade; e no tempo, por sua própria motivação, começou a criar no vácuo absoluto. Quaisquer causas ou condições limitantes que subsequentemente haveriam de existir foram antes de tudo intencionalmente trazidas à existência por ele, com perfeita presciência da natureza, das relações e dos resultados dessas causas ou condições. Se Deus então, prevendo que se ele criasse um agente livre e o colocasse em certas relações este agiria livremente de certa forma, e conquanto soubesse disso optou seguir em frente para criar esse agente livre e colocá-lo precisamente nessas situações, ao agir assim estaria obviamente predeterminando a segura futuridade do ato previsto… [6]
>
> Todavia, o decreto permissivo de Deus verdadeiramente determina a certeza futura do ato; porque Deus, indubitavelmente sabendo que o homem em questão nas devidas circunstâncias assim agiria, estabeleceu esse homem precisamente nessas circunstâncias em que ele haveria de assim agir. [7]

É *exatamente* assim que muitos arminianos e teístas abertos explicam a soberania de Deus; que Deus exercita sua "soberania" sobre os homens ao meramente os colocar em certas situações em que sabe de antemão como eles pensariam e agiriam, em vez de diretamente agir sobre as suas mentes para determinar seus pensamentos e ações. O que Hodge diz aqui não é apenas calvinismo inconsistente — isso não é calvinismo ou cristianismo *de forma alguma*.

> Temos o fato claramente revelado que Deus decretou as ações livres dos homens e que, todavia, os agentes seriam ainda assim responsáveis e, consequentemente, ainda livres em suas ações. — Atos 2.23; 3.18; 4.27,

28; Gênesis 50.20; etc. [8]

Ele usa essa linguagem por todo o livro, mas ainda que algumas dessas passagens afirmem explicitamente que os atos foram predeterminados por Deus, *nenhuma* delas diz que esses atos eram livres. De fato, é bastante óbvio que essas passagens explicitamente provam o contrário daquilo que Hodge afirma — provam que todos esses atos foram predeterminados por Deus de uma forma que os homens *não* eram livres. Assim, a "liberdade" revelada existe puramente na imaginação falaciosa de Hodge.

Além do mais, Hodge jamais prova que responsabilidade pressupõe liberdade, uma premissa antibíblica que tem maculado a maioria das obras calvinistas e mutilado muitos dos seus argumentos, uma premissa que eu tenho repetidas vezes desafiado e conclusivamente refutado.

> A admissão de pecado na criação de um Deus infinitamente sábio, poderoso e santo é um grande mistério para o qual nenhuma explicação pode ser dada. Mas que Deus não pode ser o autor do pecado é provado —
>
> 1º A partir da natureza do pecado, que em sua essência representa falta de conformidade à lei e desobediência ao Legislador.
>
> 2º A partir da natureza de Deus, que é santa em sua essência; e também que no governo do seu reino, Deus sempre proíbe e pune o pecado.
>
> 3º A partir da natureza do homem, um agente livre responsável que origina seus próprios atos. A Escritura atribui sempre à graça divina as boas ações e ao coração perverso as ações pecaminosas dos homens. [9]

Só porque Hodge está intrigado com algo, não significa que se trata de um "grande mistério para o qual nenhuma explicação pode ser dada". Não será um mistério se a Escritura claramente explicar o ponto; e ela o faz.

Então, nenhum dos três pontos prova que Deus não pode ser o autor do pecado.

O primeiro ponto não mostra que Deus não pode ser o autor do pecado; antes, se Deus é o autor do pecado, o primeiro ponto simplesmente nos mostra *o que* ele fez como autor.

O segundo ponto também falha. Ele nem mesmo começa nos dizendo por que Deus não pode ser o autor do pecado; de fato, se Deus é o autor do pecado, o ponto diz que sua ação de autoria do pecado é santa. Ser "autor" do pecado não é o mesmo que pecar.

O terceiro ponto é uma petição de princípio, pois nas páginas anteriores

do livro Hodge tentou, mas falhou, em mostrar que o homem é um “agente livre responsável que origina seus próprios atos”. Assim, embora seja frequentemente assumida, a segunda parte do terceiro ponto é completamente falsa. Sim, a Escritura *censura* as ações pecaminosas dos homens e diz que Deus haverá de julgá-las, mas as *atribui* ao decreto soberano e ao poder ativo de Deus.

Nos melhores calvinistas você eventualmente encontrará, após várias páginas, ao menos um erro grosseiro relevante parecido com os acima; nos calvinistas medianos você encontrará ocasionalmente vários deles em cada página; e os piores calvinistas são realmente arminianos. Não há exagero em dizer isso.

Se vamos ser cristãos, lancemos fora todas as premissas não cristãs; e se vamos ser calvinistas, lancemos fora todas as suposições arminianas. Hodge está enfraquecido tão severamente em seu raciocínio porque arrasta consigo todo o peso do arminianismo e do humanismo enquanto tenta ser calvinista. A maioria dos calvinistas age da mesma forma.

> A doutrina dos decretos incondicionais não apresenta dificuldade especial. Ela mostra Deus decretando que o pecado resultaria como ato livre do pecador; e Deus por nenhuma forma de coação causando, e por nenhuma forma de tentação induzindo, ele a pecar. [10]

Isso é contrário à Escritura e aos reformadores. [11] De fato, mesmo a palavra “coação” seria muito fraca para descrever a determinação ativa de Deus dos atos pecaminosos dos homens.

> É uma verdade assustadora, mas inegável, que mesmo em países cristãos multidões estejam nascendo e sendo educadas em circunstâncias que não lhes proporcionam uma oportunidade provável, ou mesmo possível, de alcançar um conhecimento de verdades religiosas ou de um padrão de conduta moral; mas elas são mesmo instruídas, já a partir da infância, no erro supersticioso e na depravação grosseira. Por que isso deveria ser permitido, nem calvinistas nem arminianos podem explicar; não só isso, mas por que o Todo-Poderoso não faz morrer no berço todo infante cujo futuro ímpio e miserável, se deixado florescer, ele pode prever, é algo que nenhum sistema de religião, natural ou revelado, de modo satisfatório nos tornará capazes de justificar. [12]

Hodge não escreveu esse parágrafo, mas está citando o Arcebispo Whately com aprovação. Nesse caso, Whately jamais deve ter ouvido falar de

um “sistema de religião” chamado c*ristianismo*, e do que ele diz em Romanos 9 e em outros lugares.

Essa questão assume que o único propósito de Deus para uma pessoa é sua santidade e felicidade, mas isso não é verdade. É como se essa pessoa fosse completamente cega para o que a Escritura ensina e o calvinismo afirma.

> O decreto da eleição unicamente assegura o arrependimento e a fé dos eleitos. Mas a certeza antecedente de um ato livre não é inconsistente com a liberdade dos eleitos; de outro modo a presciência segura de um ato livre seria impossível. O decreto da eleição não causa a fé e não intervém no agente em ação, e certamente não substitui a absoluta necessidade dela. [13]

Esse parágrafo me fez rir em voz alta, e não pude deixar de sorrir ao lê-lo mais uma vez agora — trata-se de uma sofrível petição de princípio.

O autor diz que a presciência divina precisa ser compatível com a liberdade humana; caso contrário, a presciência divina seria impossível. Isto é, ele primeiro *insiste* na existência da liberdade humana; e se isso contradiz a presciência divina, a presciência divina deve ser impossível (e não a liberdade humana ser falsa). Todavia, como a presciência divina também é verdadeira, a liberdade humana precisa ser compatível com a presciência divina.

Mas que tal dizer que se a presciência divina é verdadeira, a liberdade humana é falsa? [14] Com Hodge a compatibilidade entre as duas não é bíblica ou logicamente demonstrada, mas afirmada à força, pois Hodge não está, ao menos nesse parágrafo, disposto a deixar escapar a presciência divina ou a liberdade humana, sobretudo a liberdade humana.

E sobre “O decreto da eleição não causa a fé”, ou Hodge tem algo muito peculiar em mente, que ele deixa de explicar (não posso imaginar o que seja), ou se trata de uma negação direta do calvinismo e do cristianismo.

> Há uma aparente dificuldade, igualmente grande, de reconciliar a presciência *infalível* de Deus da impenitência final da vasta maioria desses a quem Deus por toda forma de convencimento oferece e compele seu amor, com o fato em si dessa oferta; especialmente quando refletimos que Deus pode prever que suas ofertas certamente aumentarão a culpa e a miséria dessas pessoas. [15]

Essa é apenas uma forma torcida de reconhecer que a doutrina antibíblica da “oferta sincera” é incoerente. Como Hodge equivocadamente pensa que

ela é ensinada na Escritura, ele é obrigado a engoli-la. Mas não se trata de uma "aparente dificuldade" — o problema se chama *esquizofrenia*. Para Hodge, a dificuldade se torna maior quando ele considera que Deus pode prever que a rejeição do evangelho pelos não eleitos aumentará a culpa deles.

Mas a doutrina bíblica é direta e coerente. Não há "oferta sincera". Deus ordena que todos os homens em todos os lugares se arrependam — os eleitos vão obedecer e serão salvos, mas os réprobos vão desobedecer e serão condenados. Ademais, por causa da providência e do decreto ativos de Deus, os réprobos já são pecadores e já estão destinados ao inferno; a escuta e a rejeição do evangelho aumentam essa culpa, e é *exatamente isso o que Deus deseja* (2 Coríntios 2.14-16). Não há "aparente dificuldade".

> [A criação contínua] é inconsistente com as nossas intuições originais e necessárias da verdade em todas as suas formas: física, intelectual e moral. Nossas intuições originais nos asseguram da existência real e permanente de forças atuantes na forma de elementos espirituais e materiais, e de nossos próprios espíritos como causas de ação reais e autodeterminantes e, portanto, como agentes morais responsáveis. Mas se essa doutrina é verdadeira, essas intuições primárias e essenciais da nossa natureza nos enganam, e se elas nos enganam, o universo inteiro é uma ilusão, nossa própria natureza uma desilusão e o ceticismo absoluto inevitável. [16]

Hodge tenta refutar a criação contínua. A questão aqui não é se a criação contínua está correta; a questão é que a refutação de Hodge é terrível.

Entre outras coisas, ela é uma demonstração espetacular de raciocínio circular. Ele diz que a criação contínua contradiz a nossa intuição, de forma que se a criação contínua está correta, nossa intuição está errada; e se a nossa intuição está correta, a criação contínua é que está errada.

E daí? Primeiro, ele falha em mostrar que a nossa intuição é universal. A minha própria intuição certamente não me diz tudo isso que ele afirma aqui. Segundo, ele falha em mostrar que a nossa intuição é infalível; nós não temos ideia se ela está certa ou errada. Terceiro, ele falha em mostrar que a nossa intuição é necessária. Ele afirma que se negarmos nossa intuição, o "ceticismo absoluto" se tornará inevitável, mas ele não mostra que nós precisamos antes de tudo rejeitar o ceticismo absoluto, ou que não há outras formas de evitar o ceticismo a não ser confiarmos em nossas intuições.

Por sua vez, ao tentar uma construção positiva sobre o assunto, ele escreve:

> As propriedades ou poderes ativos têm uma eficiência real, não apenas aparente, como causas secundárias na produção dos efeitos que lhes são próprios; e os semelhantes fenômenos da consciência e do mundo exterior são realmente produzidos pela agência eficiente de causas secundárias, como somos informados pelas nossas intuições natas e necessárias. [17]

Mas ele falha em mostrar que nossa intuição realmente diz tudo isso para nós (a minha não diz), e também não demonstra que ela é "nata e necessária"; não obstante, ele tenta demonstrar a doutrina bíblica da providência sobre esse fundamento frágil.

> Mesmo nós, conhecendo a fundo o caráter de um amigo e todas as circunstâncias em que ele age, frequentemente estamos absolutamente certos de como ele livremente agirá, ainda que ele não esteja em nossa presença. [18]

Isso também cai no argumento circular. Hodge está remetendo à questão da "Prova que a certeza de uma volição em nenhum grau é inconsistente com a liberdade do agente nesta ação". Mas Hodge não prova nada aqui. Só porque ele insere a palavra "livremente", isso não significa que ela faça parte da ação. Posso com a mesma facilidade dizer: "Mesmo nós, conhecendo a fundo o caráter de um amigo e todas as circunstâncias em que ele age, frequentemente estamos absolutamente certos de como ele agirá, ainda que ele não esteja em nossa presença; portanto sua ação *não é livre*, mas determinada".

Novamente, meu propósito não é mostrar quão ruim Hodge pode ser; de fato, ele já é melhor que muitas pessoas. Meu propósito é encorajar você a abandonar as falsas suposições e as práticas medíocres exibidas por muitos teólogos cristãos, incluindo muitos autores reformados e calvinistas respeitados.

Em vez disso, precisamos adotar uma teologia inteiramente bíblica, coerente e defensável. Uma teologia assim edificará os eleitos, silenciará os réprobos e glorificará o Deus cuja revelação escrita mostra perfeita racionalidade, sem que sejamos "forçados a crer" em qualquer absurdo "inconcebível".

11. Poucos são Escolhidos

Será que a doutrina da eleição implica que somente alguns poucos escolhidos irão para o céu e que, portanto, a maior parte das pessoas irá para o inferno? Mateus 7.13-14 fundamenta conclusivamente essa ideia?

Vejamos o que dizem os versículos. Como Mateus 22.14 também é frequentemente citado em conexão com o assunto, incluiremos o versículo em nossa discussão.

Mateus 7.13-14 (NASB)
Entrai pela porta estreita; porque a porta é larga e espaçoso é o caminho que conduz à destruição, e muitos são os que por ela entram. Porque a porta é estreita e apertado é o caminho que conduz à vida, e poucos são os que a encontram.

Mateus 22.14 (NASB)
Porque muitos são chamados, mas poucos são escolhidos.

A doutrina da eleição realmente ensina que somente os escolhidos irão para o céu, mas o conceito de eleição por si só não implica necessariamente que esse número será grande ou pequeno, ou maior que o número de réprobos.

No que diz respeito ao número dos que foram escolhidos para salvação, a Escritura assegura que serão muitos os salvos. Por exemplo, Deus disse a Abraão: “Olhe para o céu e conte as estrelas, se é que pode contá-las… Assim será a sua descendência” (Gênesis 15.5). A Escritura ensina que Deus está se referindo especialmente à semente espiritual, e não aos descendentes naturais de Abraão.

Então, registra Apocalipse 7.9-10:

Depois disso olhei, e diante de mim estava uma grande multidão que ninguém podia contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé, diante do trono e do Cordeiro, com vestes brancas e segurando palmas. E clamavam em alta voz: “A salvação pertence ao nosso Deus, que se assenta no trono, e ao Cordeiro”.

Podemos assim saber que em termos absolutos, em relação a nenhuma pessoa, haverá muitos salvos. Mas isso não nos diz se em relação ao número de pessoas condenadas o número de pessoas salvas será comparativamente maior. Algumas pessoas têm ignorado esse ponto e erradamente inferido das duas passagens que o número de salvos será no fim maior do que o número de condenados.

A questão é quantos serão salvos em relação a não salvos, e não em relação a nenhum salvo. Os dois versículos de Mateus parecem muito relevantes. Um diz que "poucos são os que a encontram", e outro, que "poucos são escolhidos". Se esses dois versículos tratam da questão num sentido amplo, nossa resposta está aqui — o número de salvos não somente será menor que o número de não salvos, como de fato será *muito* menor, já que Jesus está fazendo contraste entre os "muitos" e os "poucos".

Algumas pessoas defendem que as duas passagens não podem servir como uma resposta ampla à questão, pois os contextos sugerem que elas estão se referindo à situação do primeiro século apenas. Até o presente momento, *não estou convencido* de que isso está correto, mas me disponho a examinar argumentos exegéticos adicionais a favor desta posição.

Ao considerar nossa questão, é importante descartarmos desde já alguns dos argumentos comuns, mas vagos.

Por exemplo, é comum se argumentar que o número de salvos será certamente muito maior que o número de não salvos porque no fim Deus seguramente assumirá a "vitória"; isto é, Deus jamais "perderá" de Satanás na batalha entre o bem e o mal, e sobre as almas humanas. Alguns dos teólogos reformados mais proeminentes do passado e do presente têm argumentado desta forma.

Mas o argumento é tolo — é arbitrário e autorrefutável. É arbitrário porque assume que "vitória" nesse caso se define em termos de números, mas essas pessoas não fornecem evidência bíblica ou algum tipo de suporte racional para usar esta premissa ou padrão. E então, o argumento é autorrefutável porque se fôssemos definir "vitória" por números absolutos, se *uma só* pessoa acabasse no inferno, isso já significaria necessariamente que Deus não conseguiu uma vitória *total* sobre Satanás e o mal. Mas *muitas* pessoas *já* estão no inferno.

Embora não sejam poucos os teólogos reformados que usam esse argumento, ele traz certa conotação dualística. Ele implica que Satanás é uma força poderosa do mal com quem até o próprio Deus deve lutar; que Deus ganhará alguns e perderá outros, mesmo que no fim acabe ganhando mais do que perdendo. Que visão patética de Deus! Que entendimento antibíblico da história redentora! Ao usar esse argumento (ou qualquer outro parecido, em qualquer assunto), o calvinista se mostra inconsistente com suas próprias crenças sólidas e bíblicas.

Ora, aqueles que acabam no céu são salvos porque Deus predeterminou sua salvação, e aqueles que acabam no inferno são condenados porque Deus predeterminou sua condenação. Assim, como poderia Deus "perder", se todos aqueles que acabam no inferno só estão neste lugar porque o próprio Deus predeterminou ali enviá-los?

Deus somente pode "perder" se aquilo que ele predeterminou não acontece, ou se aquilo que ele não predeterminou acontece mesmo assim. Por exemplo, se algumas dessas pessoas que Deus escolheu para salvação não fossem salvas e acabassem no inferno, poderíamos dizer que Deus perde; ou se algumas dessas pessoas que Deus escolheu para condenação acabassem de alguma forma no céu, Deus também perde. Mas é simplesmente estúpido dizer que Deus perde se mais pessoas acabarem no inferno ao invés do céu, mesmo sendo exatamente isso o que ele deseja, e sendo isso o que ele predeterminou acontecer. De fato, se Deus decidisse que todo pecador deveria acabar no inferno, nós poderíamos dizer que Deus já perde se uma só pessoa achar uma forma de entrar no céu.

Portanto, mais pessoas irem para o céu ao invés do inferno é algo que por si só não tem relevância direta no fato de Deus "vencer" ou "perder"; antes, se aquilo que acontece é exatamente aquilo que Deus predeterminou que deveria acontecer, ele vence. Ainda outros argumentos são usados para se mostrar que o número de salvos será maior que o número de não salvos, mas eles são quase todos ineficazes, se não totalmente absurdos.

Eu disse que eles são *quase* todos ineficazes porque há uma doutrina que, se for demonstrada bíblica e relevante, pode atestar que o número de salvos será de fato maior do que o número de não salvos. Refiro-me ao pós-milenismo. A doutrina ensina que de acordo com inúmeras profecias no Antigo e Novo Testamentos, antes do retorno de Cristo o evangelho tornar-

se-á gradativamente mais influente e bem sucedido, não apenas na esfera social e política, mas especialmente nos corações dos homens, e ele dominará então o mundo por um longo período de tempo. A versão mais bíblica e coerente de pós-milenismo afirma que o "milênio" começou no primeiro século e terminará no retorno de Cristo. Nesse período, ainda que a sua influência oscile, o evangelho deve finalmente sobrepujar toda oposição, tornando-se a força espiritual dominante nos corações dos homens, bem como na sociedade em geral.

Ora, se o pós-milenismo está correto, é de fato possível que mais pessoas venham a ser salvas do que não salvas, que mais pessoas acabem no céu do que no inferno. Mas quero dizer que isso é apenas *possível*, pois ainda precisamos demonstrar duas coisas para que haja espaço a tal conclusão.

Em primeiro lugar, ainda precisamos demonstrar que as duas passagens de Mateus (e todas as similares) remetem de fato à situação do primeiro século, e não à situação de todas as eras.

Segundo, precisamos demonstrar, se isso é mesmo possível, que será bem longo o período de tempo no qual o evangelho dominará os corações dos homens e no qual o número de pessoas se tornando cristãs será maior que o número de pessoas permanecendo não cristãs. De fato, esse período deverá ser longo o suficiente para compensar todos os séculos passados em que mais pessoas permaneceram não cristãs (incluindo os falsos conversos) do que se tornaram cristãs.

Essa é a razão de eu dizer que o pós-milenismo deve ser bíblico e relevante à nossa questão, para que seja um argumento eficaz a favor de que mais pessoas irão para o céu do que para o inferno. Se o período em que o evangelho dominar o mundo não for longo o suficiente para compensar todos os séculos passados de relativa escuridão, o número de pessoas não salvas ainda poderá ser maior do que o número de pessoas salvas.

Claro, sendo impossível satisfazer a primeira condição acima, a segunda também será excluída. Em outras palavras, se as duas passagens de Mateus realmente dizem que, como regra geral para todas as eras, mais pessoas permanecerão não salvas do que salvas, a implicação necessária é que o período de domínio do evangelho sobre o mundo nos corações dos homens não vai ser longo o suficiente para colocar mais pessoas no céu do que no

inferno.

Podemos estar certos de uma coisa, que tudo acontecerá exatamente como Deus predeterminou e que, portanto, ele “vence” mesmo que mais pessoas acabem no inferno do que no céu.

12. Revelação da Graça

> Estou lendo agora a sua *Teologia Sistemática* e devo dizer que todo o meu modo de pensar está sendo sacudido.
>
> Comecei a aceitar as doutrinas calvinistas no mês passado, e os textos que você escreve estão me ensinando, nos últimos dias, muito mais sobre a Escritura.
>
> É incrivelmente revigorante ouvir um pastor pregar *apenas* a partir da Bíblia e desenvolver posições sólidas a partir dela.
>
> Sou muito grato a Deus por me haver escolhido, e os ensinos sobre eleição e reprovação que você transmite são para mim cada vez mais uma prova de como sou abençoado por Deus ser misericordioso comigo; não por alguma coisa em mim, mas para que ele seja glorificado.
>
> Tenho ainda muito a ler dos seus escritos, mas gostaria apenas de dizer obrigado e fazê-lo saber como Deus o tem usado para mudar a minha forma de pensar.

Obrigado pelos seus comentários.

O que chamamos de calvinismo compreende, evidentemente, os próprios ensinamentos da Bíblia sobre a natureza de Deus e do homem; sobre a redenção e a salvação. O calvinismo ensina que Deus é soberano, justo e gracioso; que o homem é depravado, impotente, e que ele está perdido; que Cristo redimiu seguramente, mas apenas, os eleitos; e que a única forma do pecador ser salvo é que o Deus soberano ativa e poderosamente, e também permanentemente, o salve.

Não fossem as inúmeras divergências acerca destes ensinos bíblicos, e

não haveria necessidade de identificá-los com qualquer nome pessoal, exceto o de Jesus Cristo. Mas tal como se apresenta, o calvinismo não é nada mais que uma expressão sistemática da revelação bíblica da graça. É o evangelho e aquilo em que devemos crer, e que devemos pregar. O eleito responderá com gratidão e reverência; o réprobo responderá com aversão e escárnio.

A Bíblia também nos ensina sobre o poder, a ira e a justiça de Deus na reprovação. Mas até mesmo os réprobos não podem fazer nada, como diz Lutero, à parte do poder ativo de Deus em excitá-los e mesmo compeli-los a pecar, conforme a natureza má que Deus também pôs neles segundo o padrão de Adão. Desse modo, em qualquer sentido que seja, nada está livre do poder e controle ativos de Deus.

Assim como no caso dos vasos para propósitos nobres, os vasos para propósitos comuns não podem fabricar a si mesmos a partir da massa de barro, mas Deus é quem ativa e soberanamente cria e prepara ambos para serem o que são. É isto o que a Escritura consistentemente ensina.

13. A Doutrina do Inferno

Segue abaixo um resumo da minha posição sobre a doutrina do inferno. Alguns dos pontos (ou detalhes específicos nestes pontos) são impopulares e controversos. Estou ciente das objeções. Já fiz uma análise cuidadosa e tenho respostas definitivas, do ponto de vista bíblico e racional, para elas. Algumas já foram fornecidas em meus livros e artigos, e pretendo tratar das restantes em escritos posteriores. Assim, até que argumentos bíblicos incontestáveis sejam oferecidos para refutar qualquer dos pontos a seguir ou qualquer detalhe dos mesmos, eu seguirei insistindo que todos eles são bíblicos e coerentes e, portanto, necessários e inegociáveis.

Declaro a minha posição sobre esses pontos com firmeza porque algumas das minhas crenças sobre o assunto são veementemente confrontadas por certo número de pessoas, inclusive alguns que se consideram cristãos calvinistas e reformados. Contudo, a verdade é que se fôssemos remover todas as suposições antibíblicas, desnecessárias e injustificadas que são

afirmadas por essas pessoas, ficaria evidente que os pontos a seguir são a única posição bíblica e coerente.

Dito isso, apresento a você os seguintes dez pontos:

1. Inferno é um lugar criado para espíritos réprobos, tanto anjos como homens.

2. Inferno é um lugar cujos habitantes foram soberana e incondicionalmente escolhidos e criados por Deus para condenação. [1]

3. Inferno é um lugar em que Deus requer a seus habitantes punições não redentivas, mas vingativas.

4. Inferno é um lugar em que Deus causa ativamente tormento infindável, consciente e extremo a seus habitantes.

5. Inferno é um lugar em que Deus manifesta a sua justiça, retidão, ira e poder, pelos quais ele glorifica a si mesmo.

6. Inferno é um lugar criado soberanamente por Deus, e tudo o que Deus faz é bom e justo por definição; portanto, é bom e justo que Deus tenha criado o inferno. [2]

7. Inferno é um lugar criado soberanamente por Deus, através do qual ele glorifica a si mesmo; portanto, em qualquer sentido que seja, é pecaminoso desaprovar ou ter repulsa pela existência ou propósito do inferno. [3]

8. Inferno é um lugar criado soberanamente por Deus, através do qual ele glorifica a si mesmo; portanto, é justo e bom dar ação de graças e louvor reverente e abundante a Deus pela criação, existência e propósito do inferno.

9. Inferno é um lugar do qual Deus adverte na Escritura e sobre o qual Cristo pregou em seu ministério terreno; portanto, é justo e bom os crentes pregarem sobre o inferno e sobre a única maneira de evitá-lo, que é a fé em Jesus Cristo soberanamente concedida por Deus àqueles a quem ele escolheu para salvação.

10. Inferno é um lugar que Deus predestinou aos réprobos; portanto, embora seja justo e bom pregar o evangelho a todos os homens sem distinção, de modo a convocar os eleitos e endurecer os réprobos, é errado

e pecaminoso pregar como se Deus sinceramente desejasse a salvação dos réprobos ou fosse possível eles receberem fé e serem salvos. [4]

14. Mal e Ausência

> Nós conversamos há certo tempo atrás sobre Deus ser o autor do mal, no sentido de que Deus é a causa de todas as coisas. Contudo, o mal é uma ausência, e não de fato uma essência, não é? Pergunto isso porque ouvi alguém dizer em um programa de rádio que "o mal em si e por si só não é uma essência ontológica. É uma ausência ou falta de bem".

Nós precisamos primeiro definir claramente o problema ou questão. Deixe-me ver se entendi aonde você quer chegar. Você parece implicar que como o mal é uma ausência, que como ele em si mesmo não é uma "coisa", isso é inconsistente com Deus ser a causa ou autor de todas as coisas. Não tenho certeza se é este o ponto, mas parece ser; assim, seguirei adiante nessa suposição. Caso não seja esse o ponto, você pode responder para esclarecer.

Ora, poderíamos dizer que o mal não tem um *status* ontológico como o bem, já que o próprio Deus é Bondade, e não existe Mal como contraparte. Sendo isso o que queremos dizer, trata-se de algo bíblico e verdadeiro; do contrário estaríamos afirmando dualismo, a visão que Bem e Mal são dois poderes eternos autoexistentes, iguais ou quase iguais, que lutam entre si. Por essa perspectiva é correto negar ao mal em si um *status* ontológico.

Contudo, isso não é inconsistente com a minha posição. Na verdade, isso só é consistente com a minha posição. Que apenas o Bem tenha *status* ontológico significa que o Bem precisa ser a causa de todas as coisas e que, portanto, deve ser "bom" existir mal (embora o mal não seja bom em si mesmo). Esta é apenas outra forma de dizer que Deus foi bom e justo quando ativamente decretou que deveria existir mal e ativamente agiu para cumprir este decreto.

Conforme eu tenho mostrado em meus livros e artigos, não há problema bíblico ou racional com isso; por outro lado, qualquer outra visão ficaria numa situação difícil se tentasse explicar o mal, devendo assim relegá-lo ao "mistério" ou então terminar em dualismo.

15. Argumentando por Intuição

Gregory E. Ganssle publicou recentemente um livro intitulado *Pensando sobre Deus*. [1] Num capítulo ele explica liberdade e determinismo, e conclui dizendo ser favorável ao "livre-arbítrio libertariano". Observe como ele argumenta:

> Ora, por que você deveria concordar comigo sobre a natureza da liberdade humana? Deixe-me dar duas razões a você. Primeiro, *parece estranho* considerar uma pessoa moralmente responsável por uma ação se essa ação não depende dela. Se o determinismo é verdadeiro, nenhuma ação depende de quem a pratica. Pelo menos nenhuma ação depende de quem a pratica num grau alto o suficiente para ser razoável considerar a pessoa responsável. Todavia, consideramo-nos moralmente responsáveis. A melhor explicação é que algumas ações dependem de nós e somos responsáveis por elas.
>
> Segundo, o livre-arbítrio libertariano dá pleno sentido à nossa deliberação. Frequentemente nos encontramos deliberando entre alternativas, e *estamos convencidos de* que a nossa deliberação tem um efeito real sobre o resultado. A decisão que tomamos mediante deliberação *parece* depender de nós. Se a liberdade não é do tipo libertariano, a deliberação não faz muito sentido. Assim, liberdade libertariana é o melhor conceito de liberdade, e liberdade compatibilista não é liberdade de fato. [2]

Isso é terrível, terrível! Eu me sinto imundo só em digitar. São inúmeros os equívocos e as falácias nestes dois parágrafos, [3] mas quero antes me concentrar nas palavras relevantes para o nosso tópico, a intuição.

Observe as palavras que pus em itálico. Se fosse debater a questão da liberdade humana ou do calvinismo *vs*. arminianismo, Ganssle viria a mim com "parece estranho", "estamos convencidos" e "parece"? Eu posso com a mesma facilidade dizer que "parece *certo*", "*não* estou convencido" e "*não* parece"! Bem, *ele* está convencido das premissas que *lhe parecem* verdadeiras, mas eu posso estar simplesmente convencido do contrário.

Uma vez que você acrescenta "parece" como elemento essencial ao seu

argumento (e não como uma parte não essencial da apresentação, como num mero exemplo), você saiu da esfera da argumentação estritamente racional. E também perdeu o direito de proibir o seu oponente de usar exatamente o mesmo tipo de argumentação; e "parecerá" a ele que você está errado.

No que se refere a calvinismo *vs*. arminianismo, você já deve ter ouvido algo como "Se Deus é absolutamente soberano, ele controla até mesmo as nossas decisões, e nesse sentido não temos liberdade ou livre-arbítrio; mas nós sentimos (estamos convencidos, percebemos, achamos, nos parece, etc.) que temos liberdade ou livre-arbítrio em nossas atividades diárias; portanto, o calvinismo deve estar errado". Minha resposta é que eu sinto ou tenho a intuição, ou me parece, que este indivíduo é idiota; portanto, ele é idiota. [4]

Se ele discorda de minha intuição, por que devo concordar com a dele? Se ele diz que eu realmente não sinto ou tenho a intuição de que ele é idiota, posso com a mesma facilidade dizer que ele realmente não sente ou tem intuição de liberdade. Isto é, se ele pode afirmar que realmente sabe o que se passa em minha mente, posso com a mesma facilidade afirmar que realmente sei o que se passa na sua.

Ganssle alega saber o que todos nós intuímos. Entre outras coisas, ele declara:

1. Intuitivamente, afirmo um padrão de ética tal que "*parece estranho* considerar uma pessoa moralmente responsável por uma ação se essa ação não depende dela".
2. Estou "*convencido de* que a nossa deliberação tem um efeito real sobre o resultado".
3. A decisão a que chego mediante deliberação "*parece [a mim]"* depender de mim.

Mas a menos que desenvolva suas afirmações sobre um fundamento objetivo e infalível, se ele pode afirmar que sabe o que intuitivamente afirmo em minha própria mente, por que não posso eu também afirmar que sei o que ele intuitivamente afirma na sua? De fato, eu nego ter chegado a qualquer desses três itens acima pela intuição. Assim, afirmo que "estamos convencidos" de que ele está errado e que ele "parece" totalmente confuso e arbitrário. A menos que pare de ficar argumentando por intuição, ele não pode rejeitar as minhas alegações de forma consistente.

Assim, a coisa toda equivale a uma tolice puramente subjetiva.

Ao debater com arminianos ou ler seus textos, você perceberá que muitos deles baseiam grande parte de suas premissas mais cruciais na intuição, e frequentemente apenas na intuição. O padrão de argumentação de Ganssle é muito comum nesse meio — eles simplesmente assumem que as suas premissas necessárias são verdadeiras porque elas *lhes parecem* verdadeiras. Eles dizem estar *convencidos* de que essas premissas são verdadeiras (frequentemente dizem que *todos nós estamos convencidos*), e seguem então sobre esta base. Uma dessas premissas é que *parece que todos nós temos* livre-arbítrio; outra, que *pareceria* injusto considerar moralmente responsável uma pessoa que não tenha livre-arbítrio. Pelo menos nesses exemplos, o padrão último da verdade e moralidade não é a revelação de Deus, mas a própria intuição dos arminianos. Seus "parece" *parecem* inquestionáveis a eles.

No entanto, todos os "*parece*" poderiam estar errados. Parafraseando Clark, poderia ser que nós pensamos ter livre-arbítrio não porque *sabemos* de algo (que temos livre-arbítrio), mas porque *não sabemos* de algo (que de fato não temos livre-arbítrio). [5] Poderia ser que algumas pessoas intuitivamente admitem certas coisas como verdadeiras porque elas são ignorantes. Lutero põe isso de forma mais dura, dizendo que nós pensamos ter livre-arbítrio porque fomos enganados por Satanás. [6] Em todo o caso, o debate não pode ser resolvido somente pela intuição.

Muitos ateus também argumentam assim. Por exemplo, como rejeitam a revelação, eles não podem apelar a ela como um fundamento para a ética. Então, ao se voltarem para a sensação, os ateus menos estúpidos percebem que não podem derivar nada da sensação. Alguns deles se voltam então para a intuição afirmando que podem conhecer certos princípios éticos por meio dela. Mas afora os problemas já mencionados (que a intuição é subjetiva, não universal, falível, etc.), por que nós deveríamos obedecer à intuição?

É lastimável que muitos escritores reformados/calvinistas também usem a intuição ao desenvolver seus argumentos e sistemas. Eles frequentemente agem assim porque tentam declarar algumas das mesmas ideias e premissas afirmadas por arminianos e ateus, como conceitos antibíblicos de liberdade e justiça. Mas como essas premissas falsas não podem ser realmente derivadas da revelação bíblica, e como não podemos derivar absolutamente nada da

sensação, eles buscam refúgio na intuição. Todavia, como temos mostrado, eles se condenam ao subjetivismo e à irrelevância; e quando escritores reformados/calvinistas agem assim, eles são inconsistentes com sua teologia de outra forma bíblica e racional.

Um exemplo é William G.T. Shedd. Embora seja altamente recomendado como um dos menos empíricos entre os teólogos, ele falha por não depender apenas da revelação divina. Apelos à intuição permeiam a sua *Teologia Dogmática* no propósito de estabelecer premissas e princípios que de fato somente arminianos iriam afirmar, e que somente eles precisam, como uma versão de livre-arbítrio e um fundamento antibíblico para a responsabilidade moral.

Como cristãos reformados/calvinistas — como cristãos com uma concepção de Deus, do homem e da salvação verdadeiramente bíblica — não devemos e não precisamos apelar à sensação ou intuição, coisas que somente podem levar ao irracionalismo e ceticismo autocontraditório. Antes, devemos nos firmar na revelação escrita de Deus, que vem somente do *Logos,* a Razão de Deus, e que somente pode salvar a nós e aqueles que nos ouvem.

Originalmente, o meu propósito era abordar apenas os problemas em se basear argumentos na intuição. A citação de Ganssle forneceu-nos um bom exemplo. Contudo, na declaração ele também levanta vários pontos não diretamente relacionados à intuição, mas mesmo assim problemáticos. Seria instrutivo fazer uma discussão também deles.

Primeiro voltaremos nossa atenção às seguintes afirmações, já citadas no começo:

> Se o determinismo é verdadeiro, nenhuma ação depende de quem a pratica. Pelo menos nenhuma ação depende de quem a pratica num grau alto o suficiente para ser razoável considerar a pessoa responsável. Todavia, consideramo-nos moralmente responsáveis. A melhor explicação é que algumas ações dependem de nós e somos responsáveis por elas. [7]

Primeiro, devemos reconhecer que o objetivo de Ganssle nessa parte de seu livro não é elaborar uma justificativa detalhada para a sua posição; trata-se apenas de um resumo das razões para o seu posicionamento sobre a liberdade. Contudo, isso não nos impede de criticar o que ele escreveu, pois ele fornece aqui informação suficiente para podermos saber que tipo de

argumento ele considera suporte válido e racional para a sua posição.

A não ser que ele mude completamente o rumo de toda a sua apresentação, mesmo que fosse concedido tempo e espaço, ele continuaria argumentando sobre o assunto com o mesmo tipo de argumento. Isto é, mesmo que fosse concedido tempo e espaço, ele poderia nos dar apenas uma versão mais detalhada do mesmo pensamento falacioso. [8]

A fim de abordar seus pontos com certo detalhe, trataremos cada uma das afirmações individualmente.

> "*Se o determinismo é verdadeiro, nenhuma ação depende de quem a pratica.*"

Essa declaração é tão ambígua que é difícil saber o que fazer com ela. Em particular, a expressão crucial "depende de" é indefinida. [9] Dependendo do que o autor quer dizer, a expressão pode se referir a qualquer coisa; de uma liberdade volitiva em relação a outras criaturas a uma liberdade volitiva em relação ao próprio Deus, o que é liberdade absoluta.

A linguagem e o contexto parecem exigir a segunda interpretação. É feito um contraste entre "determinismo" e uma pessoa, em sua ação, "depender" dela mesma. O contexto do livro sugere que aqui "determinismo" inclui, se é que não se limita a, determinismo divino ou a ideia que é Deus quem determina todas as coisas, incluindo todas as decisões humanas. Isto é, se uma pessoa, em sua ação, "depende" dela mesma, a ação não é determinada por Deus.

Mas se alguma ação não é determinada por Deus, Ganssle não está mais falando do Deus da Bíblia. Neste ponto, devo dirigir você a meus trabalhos anteriores para exposições detalhadas sobre soberania divina. [10] Em todo o caso, a expressão "depende" permanece ambígua.

> *"Pelo menos nenhuma ação depende de quem a pratica num grau alto o suficiente para ser razoável considerar a pessoa responsável.*"

Agora as coisas ficam realmente estranhas.

Ele diz que o "dependismo" deve ser alto o suficiente antes que seja "razoável" considerar alguém "responsável". É claro, a minha primeira reação é: POR QUÊ? Mesmo que pudéssemos entender sua declaração, não

teríamos qualquer razão para acreditar nela. Mas entender a declaração não é uma tarefa muito simples, como iremos ver.

Antes mesmo de sabermos o que ele pretende dizer com “depende”, ele sugere que há graus de “dependismo”. Assim, segundo ele, uma ação pode “depender” de uma pessoa num grau maior ou menor; mas como sabe disso, é algo que ele não explica.

Em seguida, ele indica que o “dependismo” deve chegar a certo grau antes que seja “*alto o suficiente*” para ser “*razoável* considerar a pessoa *responsável*”. Mas mesmo que se engula a sugestão que há graus de “dependismo”, quão alto é “alto o suficiente”, e como ele sabe disto?

Ademais, se o “dependismo” deve ser alto o suficiente para ser “razoável”, o que ele quer dizer com “razoável”? Com “*raz*-oável” [11] ele se refere a algo validamente dedutível de premissas verdadeiras ou a algo “moralmente aceitável”? Se for algo parecido com a segunda possibilidade, o que ele quer dizer com “aceitável”? “Aceitável” para quem? Como ele sabe?

Ou estaríamos completamente injustificados em suspeitar que com “razoável” ele está mais uma vez apelando a algum padrão intuitivo que não pode projetar e sustentar objetivamente fora de sua própria mente, em cujo caso sua intuição estaria mais uma vez tomando o lugar de Deus?

Assim, por que o “dependismo” deve chegar a certo grau antes que seja “alto o suficiente” para ser “razoável” considerar alguém responsável? Este ponto permanece sem resposta.

Ademais, o que ele quer dizer com “responsável”? Nem mesmo tentarei adivinhar.

Ora, como ele faz contraste entre o “dependismo” de uma ação e “determinismo”, [12] e como o “dependismo” pode ser de um grau maior ou menor, segue-se que o “determinismo” também deve ser em graus — ou seja, ele não é absoluto, mas relativo. [13]

Mas isso coloca Deus, que é sujeito do “determinismo”, numa posição parecida com a de criaturas que são objetos do “determinismo”. Isto é, algumas coisas “dependem de” (são determinadas por) Deus, mas outras não. Deus pode ser mais poderoso do que nós, no sentido de que mais coisas

“dependem” dele do que de nós; mas permaneceria o fato que se tratando de “dependismo” e determinismo, a diferença de Deus para nós estaria apenas em grau, não em tipo.

Assim, mais uma vez perdemos o Deus da Bíblia.

Em contraste, a posição bíblica é que nós somos “moralmente responsáveis” no sentido de que estamos moralmente sujeitos a Deus; isto é, Deus nos julgará. Nossas crenças e ações terão consequências porque Deus *causará* estas consequências.

Além do mais, é “razoável” Deus nos considerar moralmente responsáveis no sentido de que é logicamente válido e moralmente aceitável ele agir assim. É logicamente válido porque isso é uma conclusão dedutível de sua própria vontade e decreto, e é moralmente aceitável porque Deus é o padrão moral único e definitivo, e ele aceita sua própria decisão de considerar suas criaturas moralmente responsáveis.

Nessa explicação, a questão da liberdade humana nem mesmo entra na discussão. [14] Do início ao fim a explicação é consistente com o determinismo divino absoluto, onde Deus controla todas as coisas, incluindo todo pensamento e toda decisão humana.

“*Todavia, consideramo-nos moralmente responsáveis*”.

Para entender a declaração e perceber o que há de tão errado com ela, precisamos lê-la no contexto do parágrafo. Então, aqui está ele novamente:

> Se o determinismo é verdadeiro, nenhuma ação depende de quem a pratica. Pelo menos nenhuma ação depende de quem a pratica num grau alto o suficiente para ser razoável considerar a pessoa responsável. Todavia, consideramo-nos moralmente responsáveis. A melhor explicação é que algumas ações dependem de nós e somos responsáveis por elas.

Para simplificar o argumento, poderíamos parafraseá-lo assim: “Se o determinismo é verdadeiro, nós não somos moralmente responsáveis. Mas consideramo-nos moralmente responsáveis. Portanto, o determinismo é falso”. Mesmo na hipótese de concordarmos que “consideramo-nos moralmente responsáveis”, Ganssle não diz nada para provar que essa é de fato a coisa certa a fazer. Só porque fazemos algo, isso não significa que é

necessariamente a coisa certa a fazer. Talvez estejamos errados ao nos considerarmos moralmente responsáveis.

Observe que o argumento pretende mostrar que o determinismo é falso, e não meramente dar sentido ao fato de nos considerarmos moralmente responsáveis. Ou seja, a função do argumento não é apenas de explicar algo que fazemos que poderia estar certo ou errado. Antes, o argumento pretende *refutar* o determinismo, e para isso *depende* da premissa "consideramo-nos moralmente responsáveis" e da suposição que esta é a coisa certa a fazer (ou que a premissa deveria ser mantida).

Tal como se apresenta, o melhor que o argumento pode fazer é *explicar* por que Ganssle *poderia querer* que o determinismo fosse falso! Ele deseja que o determinismo seja falso porque pretende explicar por que consideramo-nos moralmente responsáveis. Em outras palavras, de acordo com o argumento, para que possamos justificar o que fazemos (seja algo correto ou não), precisamos rejeitar o determinismo (seja ele de fato verdadeiro ou não). O argumento é puramente pragmático, e não racional.

Além de Ganssle não conseguir provar que, *em primeiro lugar*, *nós deveríamos nos* considerar moralmente responsáveis, já mostramos que ele também não prova as premissas anteriores — em especial, que se uma ação não "depende" de nós, não somos moralmente responsáveis por ela. Assim, o que ele pretende que seja uma explicação racional para confirmar o "livre-arbítrio libertariano", acaba se revelando um caos incompreensível.

Em contraste, a posição bíblica é que *Deus nos revelou* suas leis morais, e declarou que nos considera responsáveis de acordo com estas leis. Assim também, estabeleceu relacionamentos e instituições humanas através dos quais consideramo-nos responsáveis em sentido relativo e temporário, a fim de manter um nível de paz, ordem e justiça na sociedade humana, até que seja feita a absoluta e perfeita prestação de contas por Deus quando ele julgar a humanidade. Em vez de basearmos os nossos argumentos na intuição ou mesmo na prática comum (como faz Ganssle), nosso fundamento para a responsabilidade moral é a revelação divina.

> "*A melhor explicação é que algumas ações dependem de nós e somos responsáveis por elas*".

O que eu disse acima já cobre essa última declaração. Aqui, pretendo

tratar o argumento por um ângulo um pouco diferente.

Ora, o argumento equivale a dizer:

1. Se o determinismo é verdadeiro, não somos moralmente responsáveis. [15]
2. Mas consideramo-nos moralmente responsáveis.
3. Portanto, *o determinismo é falso.*

O problema é que a conclusão *não* é uma inferência necessária das premissas. Com as mesmas premissas nós poderíamos chegar a uma conclusão muito diferente:

1. Se o determinismo é verdadeiro, não somos moralmente responsáveis. [16]
2. Mas consideramo-nos moralmente responsáveis.
3. Portanto, *estamos errados em nos considerarmos moralmente responsáveis.*

A versão de Ganssle do argumento se recusa a abrir mão de nos considerarmos moralmente responsáveis, enquanto que a segunda versão do argumento se recusa a abrir mão do determinismo. As duas versões do argumento são falaciosas, pois as conclusões não derivam das premissas por inferência necessária. Além do mais, Ganssle não oferece justificação para a primeira premissa; e ela é uma premissa que eu rejeito.

Concluímos a análise do parágrafo, mas ainda não terminamos com Ganssle, pois ele segue dizendo:

> Segundo, o livre-arbítrio libertariano dá pleno sentido à nossa deliberação. Frequentemente nos encontramos deliberando entre alternativas, e *estamos convencidos de* que a nossa deliberação tem um efeito real sobre o resultado. A decisão que tomamos mediante deliberação *parece* depender de nós. Se a liberdade não é do tipo libertariano, a deliberação não faz muito sentido. Assim, liberdade libertariana é o melhor conceito de liberdade, e liberdade compatibilista não é liberdade de fato. [17]

Já dissecamos tão minuciosamente sua forma de pensar que a esta altura você já deve ser capaz de ver, sem muita ajuda, o que há de errado com as afirmações acima. Assim, resumiremos brevemente os problemas, sem entrar em detalhes.

Vemos que o parágrafo como um todo tenta mais uma vez meramente

dar sentido a aquilo que supostamente fazemos, sem justificar que nós deveríamos, em primeiro lugar, fazer isso.

Ele diz: "*Estamos convencidos de* que a nossa deliberação tem um efeito real sobre o resultado". Mas quem é ele para falar por todos nós? De fato, não estou realmente convencido desta declaração. Em todo o caso, *mesmo que* estejamos todos convencidos da declaração, permanece a pergunta: "Mas ela é verdadeira?". Tal como está, o fundamento de sua premissa não passa de mera intuição subjetiva, ou ainda, mera opinião popular. Acrescente-se a isso que a expressão "efeito real" é ambígua, a declaração como um todo é assim ininteligível.

Então ele diz: "A decisão que tomamos mediante deliberação *parece* depender de nós". Mais uma vez ele baseia sua premissa na intuição somente. Só porque algo nos *parece* de uma determinada forma, não significa que seja de fato algo verdadeiro. Mas já discutimos a falácia de apelar à intuição, e por isso seguiremos adiante.

Sua conclusão é que "Se a liberdade não é do tipo libertariano, a deliberação não faz muito sentido". Bem, então tanto pior para a deliberação! O argumento pretende provar o livre-arbítrio libertariano, e para isso Ganssle defende que somente o livre-arbítrio libertariano pode dar sentido à deliberação. Mas o argumento falha porque, primeiro, o autor não consegue provar que somente o livre-arbítrio libertariano pode dar sentido à deliberação; segundo, ele não consegue provar que devemos dar sentido à deliberação; e terceiro, ele não consegue provar que a deliberação faz de fato algum sentido.

Ele defende que "liberdade libertariana é o melhor conceito de liberdade"; mas se isso é verdade ou não, é algo irrelevante neste ponto, já que ele não consegue provar a liberdade libertariana ou, no caso, qualquer tipo de liberdade que seja.

Não obstante, eu concordaria com ele numa coisa, afinal, pois ele termina o parágrafo dizendo que "liberdade compatibilista não é liberdade de fato". Ora, como explica previamente em seu capítulo, por "liberdade compatibilista" ele quer dizer "determinado, mas livre". [18] Ganssle declara que esse é um conceito popular de liberdade, mas se opõe a ele. Ele acrescenta aqui que essa liberdade "não é liberdade de fato". [19]

Mas parece-lhe que a única opção restante é aceitar a liberdade libertariana; contudo, isto não é verdade. E se negarmos a liberdade libertariana *e* a liberdade compatibilista, afirmando um determinismo divino absoluto e abrangente?

Eu entendo que até mesmo muitos escritores reformados/calvinistas objetariam a isso; eles se sentem compelidos a afirmar a liberdade compatibilista. Ao menos em parte, isto se deve ao fato de eles assumirem que o homem precisa ter algum tipo de liberdade para ser justamente considerado responsável. Mas isso não passa de suposição, impossível de ser provada, e que é contestada pela Escritura.

Claro, devemos ter o cuidado de definir "liberdade" de forma precisa e relevante. Precisamos ao menos responder a pergunta: "Livre de quê?". Ora, quando estamos falando de determinismo divino, o "determinador" é Deus. Assim, nesse contexto, a única coisa da qual é relevante ser livre é Deus, e se somos livres de alguma outra coisa, isto é irrelevante. Logo, a pergunta passa a ser: "O homem é livre de Deus em *algum* sentido?". Uma vez que declare que o homem é livre de Deus em algum sentido, você perde o Deus da Bíblia.

Uma posição reformada/calvinista/escriturística consistente seria a seguinte. O determinismo divino absoluto é verdadeiro; portanto, o homem não tem liberdade *de fato* em relação a Deus — ele não é livre de Deus em qualquer sentido. Contudo, ele ainda é moralmente responsável e está sujeito, pois Deus o considera moralmente responsável e sujeito a ele. Não há qualquer razão lógica para levantar a questão da liberdade. A premissa "responsabilidade pressupõe liberdade" é completamente arbitrária, antibíblica e também impossível de ser provada. Em vez disso, a Escritura ensina que responsabilidade pressupõe *julgamento* divino, e julgamento divino pressupõe a decisão de Deus de julgar. Ela não tem *nada* a ver com a questão de o homem ser livre ou não.

De fato, como responsabilidade humana pressupõe julgamento divino, e como julgamento divino pressupõe soberania divina (o direito e poder de Deus de julgar), segue-se que responsabilidade humana pressupõe soberania divina, e não liberdade humana. Somos moralmente responsáveis precisamente porque Deus é soberano e nós *não* somos livres.

A questão passa a ser então se isso é justo — isto é, se é justo manter

responsável quem não é livre. Mas trata-se apenas da mesma questão, só que reformulada. A questão da justiça só parece relevante porque, de forma ilegítima e arbitrária, já se trouxe a liberdade para dentro da discussão. Mas nós respondemos que isso é justo porque é o que Deus decidiu fazer, e Deus é o único e definitivo padrão de justiça; portanto, isso é justo por definição.

Essa posição é bíblica e coerente, e não há nada nela que seja inerentemente contraditório ou impossível. Muitas pessoas podem não simpatizar com a posição porque ela contradiz sua intuição de liberdade, responsabilidade e justiça; contudo, ela é uma intuição *pecaminosa*. Ao apelar à intuição, estas pessoas ignoraram os efeitos noéticos do pecado. Ao repreendê-las por depositarem confiança na sua própria intuição, eu não me volto para afirmar a minha própria intuição como verdadeira; em vez disso, eu apelo à revelação divina somente, e se vamos mesmo falar de intuição, precisamos olhar para a revelação para julgar nossa intuição.

Temos afirmado que a intuição não pode fornecer um fundamento confiável aos nossos argumentos, citando o livro de Ganssle como exemplo. Apesar de já termos concluído a parte principal de nossa discussão sobre o assunto, há ainda um tópico relacionado que precisamos abordar para aprofundar a nossa compreensão e evitar confusão. Tenho em mente o nosso conhecimento inato de Deus e sua relação com a intuição e a revelação.

A Escritura ensina que todas as pessoas têm um conhecimento inato de Deus, no sentido de que sabem sobre Deus e seus atributos por instinto, ou intuição, à parte da observação e experiência. Esse conhecimento reside na mente do homem porque Deus diretamente lho concedeu como criatura feita à imagem divina.

Apologistas pressuposicionais frequentemente mencionam este fato; mas ao fazerem isso eles não estão apelando à intuição? Precisamos refletir sobre isso com cuidado. Nós *não* dissemos que a simples *menção* da intuição torna falaciosa a declaração de uma pessoa; em vez disso, apenas dissemos que é falacioso alguém apelar à intuição como *fundamento para os* seus argumentos, ou apelar à intuição para derivar as premissas de nossos argumentos. Ainda haveria lugar para o nosso conhecimento inato de Deus em um sistema de teologia bíblico e coerente.

No caso do pressuposicionalismo que é bíblica e racionalmente

formulado, nosso conhecimento inato de Deus não é demonstrado pela intuição em si, mas pela revelação. *Nós não* dizemos "Eu tenho um conhecimento intuitivo de Deus; portanto, eu tenho de fato um conhecimento intuitivo de Deus", e então pulamos disso para dizer "Portanto, meu conhecimento intuitivo de Deus é verdadeiro".

Antes, nós dizemos: "A revelação de Deus me diz que eu tenho um conhecimento intuitivo de Deus; portanto, eu tenho de fato um conhecimento intuitivo de Deus". E: "A revelação de Deus me diz que o meu conhecimento intuitivo de Deus é verdadeiro em si mesmo, ou até onde ele vai; portanto, meu conhecimento intuitivo de Deus é verdadeiro em si mesmo, ou até onde ele vai".

E então precisamos também acrescentar: "A revelação de Deus me diz que o nosso conhecimento intuitivo de Deus está suprimido e distorcido pelo pecado; portanto, embora seja verdade que eu tenho um conhecimento intuitivo de Deus, e embora esse conhecimento intuitivo de Deus seja verdadeiro em si mesmo, a intuição é falível como fonte de conhecimento ou justificação para as minhas premissas no raciocínio, pois não posso entender com clareza e descrever com precisão a informação contida nessa intuição. Antes, se quero de fato conhecer alguma coisa da intuição, preciso que a revelação de Deus me diga o que está contido nesse conhecimento intuitivo".

Assim, quando falamos de nosso conhecimento intuitivo de Deus, falamos de uma afirmação feita pela revelação *sobre a* intuição. Não é uma afirmação da intuição sobre a intuição, muito menos uma afirmação da intuição sobre a revelação. Em outras palavras, quando aludimos ao nosso conhecimento inato de Deus, não estamos tentando provar a revelação de Deus pela nossa intuição; estamos simplesmente indicando o que a revelação de Deus diz que sabemos por intuição. Mais uma vez, esse conhecimento está suprimido e distorcido pelo pecado, mas até isso nós sabemos apenas por revelação. Portanto, quando falamos da intuição, e especificamente do nosso conhecimento intuitivo de Deus, é com um propósito totalmente diferente daquele a que nos opomos. Em nenhum momento fazemos da intuição o fundamento para os nossos argumentos; antes, dependemos exclusivamente da revelação divina.

Como pressuposicionalistas bíblicos, nós partimos da revelação e deduzimos dela todas as proposições necessárias dentro de nossa cosmovisão;

jamais há qualquer dependência da intuição. Quando aludimos à intuição, é no contexto de se dizer que a revelação de Deus nos informa que toda pessoa conhece Deus por intuição, e isso explica por que ela não pode lógica ou moralmente se eximir. Nós não *partimos* dizendo que toda pessoa conhece Deus por intuição, e que assim não há desculpa para a incredulidade; ao contrário, nós partimos da revelação e então, com base na revelação, dizemos que toda pessoa conhece Deus por intuição, e que assim, sobre a autoridade da revelação de Deus (não da intuição), não há desculpa para a incredulidade.

Além do mais, nossa afirmação é mais forte do que apenas dizer que o conhecimento de Deus é intuitivamente inescapável; nossa afirmação é que positivamente, o conhecimento de Deus é claro e esmagador, e que negativamente, ele é logicamente inevitável e inegável.

Assim, as críticas aos argumentos intuitivos não se aplicam à apologética bíblica/pressuposicional coerente. Os oponentes do cristianismo devem, portanto, atacar diretamente a revelação. Ademais, como as nossas críticas à intuição permanecem de pé, aqueles que apelam à intuição para sustentar seus argumentos quando atacam o cristianismo devem primeiro provar a confiabilidade da intuição; caso contrário, terão de evitá-la por completo. Em outras palavras, essas pessoas não apenas precisam atacar diretamente a revelação, como também ter algo com que atacá-la.

16. O Problema do Mal

INTRODUÇÃO

Uma das objeções mais populares, porém superestimadas, ao cristianismo é o assim chamado “problema do mal”. Segundo a objeção, aquilo que o cristianismo afirma sobre Deus é logicamente irreconciliável com a existência do mal. Aqueles que fazem essa objeção dizem saber com certeza que existe mal; e como a existência do mal é incompatível com o Deus cristão, segue-se que Deus não existe, ou isso pelo menos mostra que aquilo que o cristianismo afirma sobre Deus é falso.

Usando o problema do mal, incrédulos têm conseguido confundir um bom número de cristãos professos, e aparentemente muitos desses que se dizem cristãos se sentem perturbados com a existência ou quantidade de mal no mundo. Alguns crentes conseguem fornecer respostas plausíveis, mas não de todo convincentes, enquanto muitos outros simplesmente tratam a existência do mal como um mistério. Mas até onde a Escritura aborda esse assunto, havendo assim algo revelado, os cristãos não estão no direito de tratar o mal como um mistério, no sentido de algo que está oculto. Só porque não podemos compreender tudo sobre a existência do mal, não significa que devemos ignorar aquilo que a Escritura claramente revela sobre ele.

Por outro lado, respostas apenas plausíveis são insuficientes quando a Bíblia fornece uma resposta infalível e uma defesa invencível. No que segue, veremos que a existência do mal não apresenta qualquer desafio ao conceito cristão de Deus ou a qualquer aspecto do cristianismo. Na verdade, as cosmovisões não cristãs é que não podem dar sentido para a existência do mal, se é que podem mesmo ter um conceito de mal.

O PROBLEMA

Cristãos afirmam que Deus é onipotente (todo-poderoso) e onibenevolente (todo-amoroso). Nossos oponentes argumentam que se Deus é todo-poderoso, ele tem a capacidade de acabar com o mal, e se é todo-amoroso, ele deseja acabar com o mal; [1] todavia, como ainda existe mal, isso significa que Deus não existe ou, pelo menos, que as coisas que os cristãos afirmam sobre ele são falsas. Isto é, ainda que Deus exista, como também

existe mal, Deus não pode ser ao mesmo tempo todo-poderoso e todo-amoroso; mas os cristãos insistem que Deus é ao mesmo tempo todo-poderoso e todo-amoroso; portanto, o cristianismo deve ser falso.

Aqueles que usam esse argumento contra o cristianismo podem eventualmente formulá-lo de maneiras diferentes, mas independentemente da forma precisa que o argumento assume, o ponto é que os cristãos não podem afirmar todos os atributos divinos bíblicos, pois isso seria logicamente incompatível com a existência do mal. E sendo este o caso, o cristianismo é falso.

Embora cristãos tenham sofrido por séculos com esse assim chamado "problema do mal", o argumento é extremamente fácil de refutar; trata-se de uma das objeções mais estúpidas que já vi, e mesmo quando criança, eu o considerava um argumento tolo. Muitas pessoas se deixam inquietar pela existência do mal não porque ele apresenta um desafio lógico ao cristianismo, mas porque elas se deixam sobrepujar pelas emoções advindas do tema, e essas emoções fortes efetivamente inabilitam o nível mínimo de julgamento e inteligência que elas normalmente mostram.

Ora, como os oponentes do cristianismo afirmam que o problema do mal é um argumento *lógico* contra o cristianismo, em resposta precisamos apenas mostrar que a existência do mal não contradiz *logicamente* aquilo que o cristianismo ensina sobre Deus. Embora a Escritura também forneça uma resposta satisfatória para os aspectos emocionais deste tema, não é nossa responsabilidade apresentar e defender essas respostas no contexto do debate lógico. De fato, os problemas emocionais que pessoas têm com a existência do mal e a sua falta de respostas a esses problemas são coisas totalmente consistentes com o ensino da Escritura. Assim, nos focaremos na resposta à existência do mal como um desafio lógico.

O LIVRE-ARBÍTRIO

Muitos cristãos professos favorecem a "defesa do livre-arbítrio" na sua resposta ao problema do mal. No contexto das narrativas bíblicas, essa abordagem afirma que ao ter criado o homem, Deus quis lhe conceder livre-arbítrio — um poder de tomar decisões com independência, de até mesmo rebelar-se contra o seu criador. Claro, Deus tinha consciência de que o homem pecaria, mas esse seria o preço de lhe conceder livre-arbítrio. Ao criar

o homem com livre-arbítrio, Deus criou também o potencial para o mal; mas de acordo com a defesa do livre-arbítrio, como o homem é verdadeiramente livre, a culpa pelo exercício desse potencial para o mal pode ser lançada apenas sobre o homem. Os proponentes da defesa do livre-arbítrio acrescentariam que o potencial ou mesmo exercício do mal não é um preço tão alto assim para garantir um livre-arbítrio genuíno ao homem.

Embora muitos cristãos professos usem a defesa do livre-arbítrio, e a algumas pessoas a explicação possa parecer razoável, ela é uma teodicéia irracional e antibíblica — ela falha na sua resposta ao problema do mal e contradiz a Escritura. Primeiro, a abordagem só adia a resolução do problema, pois transforma o debate de por que existe mal no universo de Deus para por que Deus criou um universo com potencial para tanto mal. Segundo, os cristãos afirmam que Deus é onisciente e que, portanto, ele não criou o universo e a humanidade apenas ciente que eles tinham potencial para se tornarem maus; antes, ele sabia com certeza que existiria mal. Assim, direta ou indiretamente, Deus criou o mal. [2]

Podemos fazer uma distinção entre mal natural e mal moral — mal natural envolve desastres naturais como terremotos e enchentes, enquanto que mal moral se refere às ações ímpias de criaturas racionais. Ora, ainda que a defesa do livre-arbítrio forneça uma explicação satisfatória para o mal moral, ela falha por não abordar adequadamente o mal natural. Alguns cristãos poderiam afirmar que o mal moral é que leva ao mal natural; contudo, apenas Deus tem o poder de criar uma relação entre as duas coisas, de modo que terremotos e enchentes não têm qualquer relação necessária com assassinatos e roubos, a menos que Deus estabeleça essa relação — isto é, a menos que Deus decida causar terremotos e enchentes por causa de assassinatos e roubos cometidos por suas criaturas. Assim, Deus mais uma vez parece ser a causa última do mal, seja ele natural ou moral.

Mesmo que o pecado de Adão tenha trazido morte e decadência não só para a humanidade, mas também para os animais, a Escritura insiste que nem um só pardal pode morrer à parte da vontade de Deus (Mateus 10.29). Ou seja, se existe alguma relação entre mal moral e mal natural, ela não é inerente (como se alguma coisa fosse inerente à parte da vontade de Deus), mas soberanamente imposta por Deus. Até mesmo coisas aparentemente insignificantes não podem acontecer sem não apenas a permissão, mas o

decreto e a vontade ativa de Deus. Os cristãos não são deístas — nós não cremos que este universo funciona por um conjunto de leis naturais independentes de Deus. A Bíblia nos mostra que Deus está mesmo agora ativamente administrando o universo, de sorte que nada pode acontecer ou continuar à parte do decreto e poder ativo de Deus (Colossenses 1.17; Hebreus 1.3). Se nós precisamos de fato usar a expressão, o que chamamos de "leis naturais" não passa de descrições de como Deus age regularmente, embora ele não esteja de forma alguma obrigado a agir assim.

Os cristãos devem rejeitar a defesa do livre-arbítrio simplesmente porque a Escritura rejeita o livre-arbítrio; a Escritura ensina que Deus é o único que tem livre-arbítrio. Ele diz em Isaías 46.10: "Meu propósito permanecerá em pé, e farei tudo o que me agrada". Por outro lado, a vontade do homem é sempre escrava ou do pecado, ou da justiça: "Mas, graças a Deus, porque, embora vocês tenham sido escravos do pecado, passaram a obedecer de coração à forma de ensino que lhes foi transmitida. Vocês foram libertados do pecado e tornaram-se escravos da justiça" (Romanos 6.17-18). Livre-arbítrio não existe — trata-se de um conceito assumido por muitos cristãos professos sem qualquer garantia bíblica.

Outra suposição popular é que capacidade moral é o pré-requisito de responsabilidade moral. Em outras palavras, a suposição é que se uma pessoa é incapaz de obedecer às leis de Deus, ela não deveria ser moralmente responsável pela obediência a elas e, portanto, Deus não deveria e não iria punir a pessoa por causa de sua desobediência a estas leis. Mas assim como na suposição que o homem tem livre-arbítrio, a suposição que responsabilidade moral pressupõe capacidade moral também é antibíblica e injustificada.

Em referência aos incrédulos, Paulo escreve: "A mentalidade da carne é inimiga de Deus porque não se submete à Lei de Deus, nem pode fazê-lo" (Romanos 8.7). Se é verdade que responsabilidade moral pressupõe capacidade moral, e Paulo diz que o pecador não tem capacidade moral, segue-se que nenhum pecador é responsável por seus pecados. Isto é, se um pecador somente é pecador se ele tem capacidade de obedecer, mas se recusa a fazê-lo, e Paulo diz que o pecador realmente não tem capacidade de obedecer, segue-se que um pecador não é pecador. Mas isso é uma contradição, e uma contradição que a Bíblia jamais ensina.

A Bíblia ensina que o não cristão é um pecador, e ao mesmo tempo, que ele não tem capacidade de obedecer a Deus. Isso significa que o homem é moralmente responsável ainda que lhe falte capacidade moral; ou seja, o homem deve obedecer a Deus mesmo que não possa fazê-lo. É pecado uma pessoa desobedecer a Deus, tenha ela capacidade ou não de agir diferente. Assim, a responsabilidade moral não está fundamentada na capacidade moral ou no livre-arbítrio; a responsabilidade moral está fundamentada na soberania de Deus — o homem deve obedecer aos mandamentos de Deus porque Deus diz que o homem deve obedecer, e se ele tem capacidade ou não de fazê-lo, isso é irrelevante.

Em primeiro lugar, o livre-arbítrio é logicamente impossível. Se descrevermos o exercício da vontade como um movimento da mente a uma dada direção, surge a questão de o que move a mente e por que ela se move a uma dada direção. Responder que o "eu" move a mente é uma petição de princípio, pois a mente *é* o eu, e assim a mesma questão permanece.

Por que a mente se move a uma dada direção e não a outra? Se nós podemos traçar a causa de seus movimentos e direção a fatores externos à própria mente, fatores que em si mesmos são registrados na consciência a partir de fora e então influenciam ou determinam a decisão, como este movimento da mente pode ser livre? Se nós podemos traçar a causa para as disposições inatas da pessoa, esse movimento da vontade ainda não é livre, pois embora estas disposições inatas influenciem decisivamente a decisão, a própria pessoa não escolheu livremente estas disposições inatas, em primeiro lugar.

O mesmo problema permanece se dizemos que as decisões de uma pessoa são determinadas por uma combinação das suas disposições inatas com influências externas. Se a mente toma decisões com base em fatores não escolhidos por ela, essas escolhas jamais são livres, no sentido de que elas não são feitas à parte do controle soberano de Deus — elas não são livres de Deus. A Escritura ensina que Deus não só exerce controle imediato sobre a mente do homem, como também soberanamente determina todas as disposições inatas e fatores externos relacionados à vontade do homem. É Deus que forma uma pessoa no ventre, e é ele quem arranja as circunstâncias externas por sua providência.

Portanto, embora possamos afirmar que o homem tem uma vontade

como função da mente, de modo que a mente faz de fato escolhas, estas jamais são escolhas livres, pois tudo o que tem relação com cada decisão é determinado por Deus. Como a vontade nunca é livre, jamais devemos usar a teodicéia do livre-arbítrio ao abordar o problema do mal.

A SOBERANIA DE DEUS

Muitos cristãos professos se sentem desconfortáveis com o ensino bíblico de que o homem não tem livre-arbítrio, já que isso parece tornar Deus "responsável" pela existência e continuidade do mal. Assim, nesta seção forneceremos uma breve exposição do que a Escritura ensina sobre o tema, mostrando que afirmar a Escritura é rejeitar o livre-arbítrio.

A Escritura ensina que a vontade de Deus determina todas as coisas. Nada existe ou acontece a menos que Deus não apenas permita, mas ativamente queira que exista ou aconteça:

> Desde o início faço conhecido o fim, desde tempos remotos, o que ainda virá. Digo: Meu propósito permanecerá em pé, e farei tudo o que me agrada (Isaías 46.10).
>
> Não se vendem dois pardais por uma moedinha? Contudo, nenhum deles cai no chão sem o consentimento do Pai de vocês (Mateus 10.29).
>
> Deus controla não apenas os eventos naturais, mas também todas as decisões e assuntos humanos:
>
> Como são felizes aqueles que escolhes e trazes a ti, para viverem nos teus átrios! Transbordamos de bênçãos da tua casa, do teu santo templo! (Salmos 65.4)
>
> O SENHOR faz tudo com um propósito; até os ímpios para o dia do castigo (Provérbios 16.4).
>
> Em seu coração o homem planeja o seu caminho, mas o SENHOR determina os seus passos (Provérbios 16.9).
>
> Os passos do homem são dirigidos pelo SENHOR. Como poderia alguém discernir o seu próprio caminho? (Provérbios 20.24)
>
> O coração do rei é como um rio controlado pelo SENHOR; ele o dirige para onde quer (Provérbios 21.1).

> Os dias do homem estão determinados; tu decretaste o número de seus meses e estabeleceste limites que ele não pode ultrapassar (Jó 14.5).
>
> Todos os povos da terra são como nada diante dele. Ele age como lhe agrada com os exércitos dos céus e com os habitantes da terra. Ninguém é capaz de resistir à sua mão ou dizer-lhe: “O que fizeste?” (Daniel 4.35).
>
> Mas, ao partir, prometeu: “Voltarei, se for da vontade de Deus”. Então, embarcando, partiu de Éfeso (Atos 18.21).
>
> Pois é Deus quem efetua em vocês tanto o querer quanto o realizar, de acordo com a boa vontade dele (Filipenses 2.13).
>
> Ouçam agora, vocês que dizem: “Hoje ou amanhã iremos para esta ou aquela cidade, passaremos um ano ali, faremos negócios e ganharemos dinheiro”. Vocês nem sabem o que lhes acontecerá amanhã! Que é a sua vida? Vocês são como a neblina que aparece por um pouco de tempo e depois se dissipa. Ao invés disso, deveriam dizer: “Se o SENHOR quiser, viveremos e faremos isto ou aquilo” (Tiago 4.13-15).
>
> Tu, SENHOR e Deus nosso, és digno de receber a glória, a honra e o poder, porque criaste todas as coisas, e por tua vontade elas existem e foram criadas (Apocalipse 4.11).

Se Deus realmente determina todos os eventos naturais e assuntos humanos, segue-se que Deus também decretou a existência do mal. É isto o que a Bíblia explicitamente ensina:

> Disse-lhe o SENHOR: “Quem deu boca ao homem? Quem o fez surdo ou mudo? Quem lhe concede vista ou o torna cego? Não sou eu, o SENHOR? (Êxodo 4.11)
>
> Quem poderá falar e fazer acontecer, se o SENHOR não o tiver decretado? Não é da boca do Altíssimo que vêm tanto as desgraças como as bênçãos? (Lamentações 3.37-38)
>
> Eu formo a luz e crio as trevas, promovo a paz e causo a desgraça; eu, o SENHOR, faço todas essas coisas (Isaías 45.7).
>
> Quando a trombeta toca na cidade, o povo não treme? Ocorre alguma desgraça na cidade sem que o SENHOR a tenha mandado? (Amós 3.6)

O maior ato de injustiça e mal moral na história humana é dito ter sido ativamente realizado por Deus através de agentes secundários:

> Contudo, foi da vontade do SENHOR esmagá-lo e fazê-lo sofrer, e, embora o SENHOR tenha feito da vida dele uma oferta pela culpa, ele verá sua prole e prolongará seus dias, e a vontade do SENHOR prosperará em sua mão (Isaías 53.10).
>
> De fato, Herodes e Pôncio Pilatos reuniram-se com os gentios e com o povo de Israel nesta cidade, para conspirar contra o teu santo servo Jesus, a quem ungiste. Fizeram o que o teu poder e a tua vontade haviam decidido de antemão que acontecesse (Atos 4.27-28).

Em todo o caso, Deus decretou a morte de Cristo por uma boa razão, qual seja, a redenção dos seus eleitos. Da mesma forma, seu decreto para a existência do mal é para o propósito digno de sua glória. Os eleitos e os réprobos são criados por este motivo:

> Direi ao norte: “Entregue-os!” e ao sul: “Não os retenha”. De longe tragam os meus filhos, e dos confins da terra as minhas filhas; todo o que é chamado pelo meu nome, a quem criei para a minha glória, a quem formei e fiz (Isaías 43.6-7).
>
> Nele fomos também escolhidos tendo sido predestinados conforme o plano daquele que faz todas as coisas segundo o propósito da sua vontade, a fim de que nós, os que primeiro esperamos em Cristo, sejamos para o louvor da sua glória (Efésios 1.11-12).
>
> Então endurecerei o coração do faraó, e ele os perseguirá. Todavia, eu serei glorificado por meio do faraó e de todo o seu exército; e os egípcios saberão que eu sou o SENHOR… (Êxodo 14.4)
>
> Pois a Escritura diz ao faraó: “Eu o levantei exatamente com este propósito: mostrar em você o meu poder, e para que o meu nome seja proclamado em toda a terra”. E se Deus, querendo mostrar a sua ira e tornar conhecido o seu poder, suportou com grande paciência os vasos de sua ira, preparados para a destruição? Que dizer, se ele fez isto para tornar conhecidas as riquezas de sua glória aos vasos de sua misericórdia, que preparou de antemão para glória… (Romanos 9.17, 22-23)

Com base nas passagens acima, chegamos à seguinte conclusão: Deus controla tudo o que existe e tudo o que acontece. Não há uma só coisa que aconteça que ele não tenha ativamente decretado — nem mesmo um simples pensamento na mente do homem. Sendo isto verdade, conclui-se que Deus decretou a existência do mal; ele não apenas o permitiu, como se alguma coisa pudesse surgir e acontecer à parte da sua vontade e poder. Como mostramos que nenhuma criatura pode tomar decisões totalmente independentes, o mal jamais poderia ter começado sem o decreto ativo de Deus, e não pode continuar um só momento à parte da vontade de Deus. Em última análise, Deus decretou o mal para a sua própria glória, embora não seja necessário conhecer ou declarar esse motivo para defender o cristianismo do problema do mal.

Aqueles que percebem ser totalmente impossível desvincular Deus da criação e continuidade do mal tentam, contudo, distanciar Deus do mal dizendo que ele apenas o "permite", sem causar qualquer espécie de mal. No entanto, como a própria Escritura afirma que Deus decreta ativamente todas as coisas e que nada pode acontecer à parte da sua vontade e poder, não faz sentido dizer que Deus apenas permite algo — nada acontece por mera permissão de Deus.

Já que "nele vivemos, nos movemos e existimos" (Atos 17.28) em nível metafísico, é impossível fazer qualquer coisa em independência de Deus. Sem Deus uma pessoa não pode nem mesmo pensar ou se mover. Como então pode o mal ser tramado e cometido em total independência de Deus? Como pode alguém mesmo pensar algo mau à parte da vontade e propósito de Deus? Em vez de tentar "proteger" Deus de algo que ele não precisa ser protegido, deveríamos alegremente reconhecer com a Bíblia que Deus decretou ativamente o mal, e então lidar com o tema sobre essa base.

O censo de Israel tomado por Davi é um exemplo de mal decretado por Deus e realizado por meio de agentes secundários:

Mais uma vez irou-se o SENHOR contra Israel e incitou Davi contra o povo, dizendo: "Vá e faça um censo de Israel e de Judá" (2 Samuel 24.1, NIV).

Satanás levantou-se contra Israel e incitou Davi a fazer um censo de Israel (1 Crônicas 21.1, NIV).

Os dois versículos se referem ao mesmo incidente. Não há nenhuma contradição se a ideia apresentada aqui é verdadeira. Deus decretou que Davi pecaria ao fazer o censo, mas levou Satanás a realizar a tentação como um agente secundário. [3] Mais tarde, Deus puniu Davi por cometer esse pecado:

> Depois de contar o povo, Davi sentiu remorso e disse ao SENHOR: "Pequei gravemente com o que fiz! Agora, SENHOR, eu imploro que perdoes o pecado do teu servo, porque cometi uma grande loucura!" Levantando-se Davi pela manhã, o SENHOR já tinha falado a Gade, o vidente dele: "Vá dizer a Davi: 'Assim diz o SENHOR: Estou lhe dando três opções de punição; escolha uma delas, e eu a executarei contra você'". Então Gade foi a Davi e lhe perguntou: "O que você prefere: três anos de fome em sua terra; três meses fugindo de seus adversários, que o perseguirão; ou três dias de praga em sua terra? Pense bem e diga-me o que deverei responder àquele que me enviou". Davi respondeu: "É grande a minha angústia! Prefiro cair nas mãos do SENHOR, pois grande é a sua misericórdia, a cair nas mãos dos homens" (2 Samuel 24.10-14).

Embora o mal de que estamos falando seja de fato negativo, o fim último, que é a glória de Deus, é positivo. Deus é o único que possui dignidade intrínseca, e se ele decide que em último caso a existência do mal servirá para glorificá-lo, o decreto é bom e justificável por definição. Quem pensa que a glória de Deus não é digna da morte e do sofrimento de bilhões de pessoas tem um conceito muito elevado de si mesmo e da humanidade. A dignidade de uma criatura só pode ser derivada e concedida por seu criador, à luz do propósito com que o criador a fez. Como Deus é o único padrão de medida, se ele acha que algo é justificável, então isto é justificável por definição. Cristãos não deveriam ter dificuldade em afirmar tudo isso, e aqueles que acham difícil aceitar o que a Escritura ensina explicitamente deveriam reconsiderar seu compromisso espiritual e ver se estão realmente na fé.

Muitas pessoas vão contestar a justiça e o direito de Deus em decretar a existência do mal para sua própria glória e propósito. Ao discutir a eleição divina, em que Deus escolhe alguns para salvação e condena todos os demais, Paulo antecipa uma objeção similar e escreve:

> Algum de vocês me dirá: "Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?" Mas quem é você, ó homem, para questionar

> a Deus? “Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou ‘Por que me fizeste assim?’” Não tem o oleiro direito de fazer da mesma massa de barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso? (Romanos 9.19-21, NIV)

De fato, Paulo está dizendo: “É claro que o criador tem o direito de fazer o que quiser com suas criaturas. E quem é você para fazer esse tipo de objeção, em primeiro lugar?”. Algumas pessoas contestam que o homem é muito mais que uma “massa de barro”; eu já vi até um escritor assumidamente cristão fazer essa objeção fútil. Em primeiro lugar, trata-se de uma analogia bíblica, e um cristão verdadeiro não vai contestá-la. Mas se alguém a contesta, o debate passa a ser sobre infalibilidade bíblica, e esse debate deve ser resolvido primeiro, antes de voltarmos à analogia. Como já demonstrei a infalibilidade bíblica em outro lugar, a sua negação não é uma opção aqui. Segundo, se o homem é muito mais que uma massa de barro, também Deus é muito mais que um oleiro — ele é infinitamente maior que um oleiro. A analogia é adequada quando a entendemos no que ela quer dizer, isto é, que Deus como criador tem o direito de fazer o que quiser com suas criaturas. “Portanto, Deus tem misericórdia de quem ele quer, e endurece a quem ele quer” (Romanos 9.18).

Uma pessoa ter dificuldade em aceitar que Deus decreta a existência do mal implica que ela acha “errado” Deus estabelecer tal decreto. Mas qual é o padrão de certo e errado pelo qual essa pessoa julga as ações de Deus? Se existe um padrão moral superior a Deus, padrão sob o qual o próprio Deus é responsável e pelo qual o próprio Deus é julgado, esse “Deus” não é Deus de fato; antes, este padrão mais alto é que seria Deus. No entanto, o conceito cristão de Deus se refere ao ser ou padrão mais alto, e assim não há, por definição, nada mais alto. Em outras palavras, se existe algo mais alto que o “Deus” que a pessoa critica, ela não está se referindo de fato ao Deus cristão. Mas como aqui a referência é ao Deus cristão, não há padrão mais alto do que Deus, sob o qual o próprio Deus é responsável e pelo qual o próprio Deus é julgado. Portanto, é logicamente impossível acusar Deus de fazer algo moralmente errado.

Jesus diz que somente Deus é bom (Lucas 18.19), de modo que toda “bondade” presente nas demais coisas somente pode ser derivada. A natureza de Deus define a própria bondade, e como Deus “não muda como sombras

inconstantes” (Tiago 1.17), ele é o único e constante padrão de bondade. Não importa o quanto sou moral; eu não posso ser considerado o padrão objetivo de bondade, já que a própria palavra “moral” não tem sentido a menos que seja usada em relação ao caráter de Deus. Isto é, o quanto uma pessoa é “moral” depende do grau de conformidade de seu caráter com o caráter de Deus. Uma pessoa é moral na medida em que ela pensa e age em conformidade com a natureza e os mandamentos de Deus. Caso contrário, não há diferença moral entre altruísmo e egoísmo; vício e virtude são conceitos sem sentido; estupro e assassinato não são crimes, mas eventos amorais.

No entanto, como o próprio Deus se diz bom, e como Deus define bondade para nós ao revelar sua natureza e seus mandamentos, o mal é definido como qualquer coisa contrária à natureza e aos mandamentos de Deus. Como Deus é bom, e como Deus é a única definição de bondade, também é bom ele ter decretado a existência do mal. Não há nenhum padrão de bem e mal pelo qual possamos condenar o decreto de Deus como errado ou mau. Nós não estamos afirmando que o mal é bom — o que seria uma contradição —, mas dizendo que o decreto de Deus para a existência do mal é bom.

Hebreus 6.13 diz: “Quando Deus fez a sua promessa a Abraão, por não haver ninguém superior por quem jurar, jurou por si mesmo”. Em outras palavras, Deus não precisa prestar contas a ninguém, e não há tribunal para o qual alguém possa arrastá-lo a fim de receber acusações. Ninguém julga Deus, mas sim, cada pessoa é julgada por ele. Outras passagens bíblicas relevantes incluem as seguintes:

> Ainda que quisesse discutir com ele, não conseguiria argumentar nem uma vez em mil. Sua sabedoria é profunda, seu poder é imenso. Quem tentou resistir-lhe e saiu ileso? Ele transporta montanhas sem que elas o saibam, e em sua ira as põe de cabeça para baixo. Sacode a terra e a tira do lugar, e faz suas colunas tremerem. Fala com o sol, e ele não brilha; ele veda e esconde a luz das estrelas. Só ele estende os céus e anda sobre as ondas do mar. Ele é o Criador da Ursa e do Órion, das Plêiades e das constelações do sul. Realiza maravilhas que não se pode perscrutar, milagres incontáveis. Quando passa por mim, não posso vê-lo; se passa junto de mim, não o percebo. Se ele apanha algo, quem pode pará-lo? Quem pode

dizer-lhe: “O que fazes?” (Jó 9.3-12).

“Aquele que contende com o Todo-Poderoso poderá repreendê-lo? Que responda a Deus aquele que o acusa!” Então Jó respondeu ao SENHOR: “Sou indigno; como posso responder-te? Ponho a mão sobre a minha boca. Falei uma vez, mas não tenho resposta; sim, duas vezes, mas não direi mais nada”. Depois, o SENHOR falou a Jó do meio da tempestade: “Prepare-se como simples homem que é; eu lhe farei perguntas, e você me responderá. Você vai pôr em dúvida a minha justiça? Vai condenar-me para justificar-se?” (Jó 40.2-8).

Ai daquele que contende com seu Criador, daquele que não passa de um caco entre os cacos no chão. Acaso o barro pode dizer ao oleiro: “O que você está fazendo?” Será que a obra que você faz pode dizer: “Você não tem mãos?” Ai daquele que diz a seu pai: “O que você gerou?”, ou à sua mãe: “O que você deu à luz?”. Assim diz o SENHOR, o Santo de Israel, o seu Criador: A respeito de coisas vindouras, você me pergunta sobre meus filhos, ou me dá ordens sobre o trabalho de minhas mãos? (Isaías 45.9-11)

Ó profundidade da riqueza da sabedoria e do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e inescrutáveis os seus caminhos! “Quem conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi seu conselheiro? Quem primeiro lhe deu, para que ele o recompense?” Pois dele, por ele e para ele são todas as coisas. A ele seja a glória para sempre! Amém (Romanos 11.33-36).

Como derivamos de Deus o nosso próprio conceito e definição de bondade, acusar Deus de maldade seria como dizer que o bem é mau, o que é uma contradição.

A SOLUÇÃO

Tendo destruído a popular, mas irracional e antibíblica defesa do livre-arbítrio, examinaremos agora a resposta bíblica ao problema do mal. Vamos primeiro repetir o argumento do incrédulo:

1. O Deus cristão é todo-poderoso e todo-amoroso.
2. Se ele é todo-poderoso, é capaz de acabar com todo o mal.
3. Se ele é todo-amoroso, deseja acabar com todo o mal.

4. Mas ainda existe mal.
5. Portanto, o Deus cristão não existe. [4]

O argumento encontra um obstáculo insuperável quando chegamos à premissa 3, ou seja, o não cristão não pode encontrar uma definição de amor que sustenta essa premissa sem destruir o argumento. Isto é, por qual definição de amor sabemos que um Deus todo-amoroso desejaria destruir o mal? Ou por qual definição de amor sabemos que um Deus todo-amoroso já teria destruído o mal?

Se essa definição de amor vem de fora da Bíblia, por que a cosmovisão bíblica precisa satisfazê-la? Elaborar um argumento usando uma definição não bíblica de amor faz dele um argumento irrelevante como um desafio ao cristianismo. Por outro lado, se tomamos a definição de amor da Bíblia, quem usa esse argumento deve mostrar que a própria Bíblia define amor de uma forma que exige que um Deus todo-amoroso destrua ou já tenha destruído o mal. A menos que o não cristão defenda a premissa 3 com sucesso, o argumento do problema do mal falha antes mesmo de terminarmos de lê-lo.

Ora, se o não cristão usa uma definição não bíblica de amor na premissa 1, o argumento é desde o início uma falácia do espantalho. [5] Mas se o não cristão usa a definição bíblica de amor na premissa 1 e a substitui por uma definição não bíblica de amor na premissa 3, ele comete a falácia do equívoco. Assim sendo, o máximo que o seu argumento pode fazer é mostrar que o não cristão tem uma definição não bíblica de amor, mas isso seria completamente irrelevante como um desafio ao cristianismo.

Por outro lado, se ele tenta usar a definição bíblica de amor, para o seu argumento ser relevante, a própria Escritura teria que definir amor de uma forma que exige que Deus destrua ou já tenha destruído o mal. Todavia, embora a Escritura ensine que Deus é amoroso, ela também ensina que há mal neste mundo e que, em último caso, o mal está debaixo do controle completo e soberano de Deus. Portanto, a própria Escritura nega a existência de qualquer contradição entre o amor de Deus e a existência do mal.

Para o argumento do problema do mal permanecer de pé, o não cristão deve demonstrar a premissa “O amor de Deus contradiz a existência do mal”, ou algo neste sentido. Mas a própria Escritura não afirma esta premissa, e se o não cristão tenta argumentar a favor da premissa partindo de definições de

amor e de mal encontradas em sua própria cosmovisão não bíblica, tudo o que ele consegue mostrar é que a cosmovisão bíblica é diferente da cosmovisão não bíblica. Nós já sabemos disso, mas o que aconteceu com o problema do mal? O não cristão aponta ao ensino escriturístico do amor de Deus, contrabandeia uma definição não bíblica de amor que exige de Deus a destruição do mal, e então se gaba estupidamente da "contradição" que produziu.

Se uma pessoa quer desafiar ou responsabilizar a Bíblia por aquilo que ela diz, deve primeiro deixar a Bíblia definir seus próprios termos; caso contrário ela pode apenas desafiar aquilo que a Bíblia *não* diz, o que torna a objeção irrelevante. O não cristão deve demonstrar por que o amor de Deus *necessariamente* implica que ele precisa ou deseja destruir o mal, ou que esse amor *necessariamente* implica que Deus já precisaria ou desejaria ter destruído o mal.

Responder com algo como "Porque um Deus amoroso desejaria aliviar o sofrimento" não ajuda em nada, pois apenas reafirma a premissa com palavras diferentes, permanecendo a mesma pergunta. Por que um Deus amoroso precisa ter o desejo de aliviar o sofrimento? Como se define sofrimento, em primeiro lugar? Se o não cristão não pode definir amor ou sofrimento, ou não pode logicamente impor suas definições sobre o cristão, a sua premissa equivale a dizer que um Deus com um atributo indefinido X precisa ter o desejo de destruir ou ter destruído um Y indefinido. Mas se ele não pode definir nem X nem Y, ele não tem uma premissa inteligível para construir a partir dela um argumento inteligível contra o cristianismo.

Outro tipo de resposta pode ser: "Porque Deus desejaria triunfar sobre o mal". Novamente, qual é a definição de "triunfar"? Se o próprio Deus é a causa última do mal, e se Deus exerce controle total e constante sobre ele, em que sentido Deus está *alguma vez* "perdendo" para o mal? Assim, não importa o que o não cristão diga, ele encontra o mesmo problema, e é impossível ele provar que o amor de Deus contradiz a existência do mal.

Antes, como a Bíblia ensina tanto sobre o amor de Deus como sobre a realidade do sofrimento, é legítimo concluir que pela perspectiva bíblica, o amor de Deus não implica necessariamente que ele precisa destruir o mal, ou que ele já precisaria ter destruído o mal. Claro, isso pode não ser assim pela perspectiva não bíblica, mas novamente, isso apenas mostra que a

cosmovisão bíblica difere das cosmovisões não bíblicas, o que já sabemos, e o que é a razão do debate. Mas o não cristão ainda não nos deu uma objeção real e inteligível.

Enquanto o não cristão não conseguir demonstrar a premissa 3, que o amor de Deus contradiz a existência do mal, o cristão não está obrigado a levar a sério o problema do mal como um argumento contra o cristianismo. De fato, como o não cristão não define alguns dos termos-chave, não se pode nem mesmo entender logicamente o argumento — não há argumento, e não há nenhuma objeção real para responder.

Se pararmos aqui, já teremos refutado o assim chamado problema do mal, tendo mostrado que ele de fato não existe. Mas apenas para que possamos continuar a discussão, vamos admitir a premissa por ora; isto é, para fins de argumentação, assumiremos que o amor de Deus contradiz *de alguma forma* a existência do mal, tendo em mente que isso é algo que a Escritura jamais ensina e que os não cristãos jamais demonstraram.

Ora, o não cristão argumenta que, dada a existência do mal, o Deus cristão não pode logicamente existir. Em resposta, já mostramos que o não cristão não pode demonstrar a premissa que um Deus todo-amoroso precisa necessariamente destruir ou ter o desejo de destruir o mal. Dito isto, vamos agora avançar para apontar que, em primeiro lugar, as premissas do argumento não levam *necessariamente* à conclusão do não cristão; ao contrário, são possíveis conclusões muito diferentes:

1. O Deus cristão é todo-poderoso e todo-amoroso.
2. Se ele é todo-poderoso, é capaz de acabar com todo o mal.
3. Se ele é todo-amoroso, deseja acabar com todo o mal.
4. Mas ainda existe mal.
5. Portanto, *Deus tem um propósito bom para o mal*.

1. O Deus cristão é todo-poderoso e todo-amoroso.
2. Se ele é todo-poderoso, é capaz de acabar com todo o mal.
3. Se ele é todo-amoroso, deseja acabar com todo o mal.
4. Mas ainda existe mal.
5. Portanto, *Deus finalmente destruirá o mal*.

Sem imediatamente dizer se consideramos ou não os dois argumentos acima válidos ou inválidos, o ponto é que num argumento válido as premissas

devem *necessária* e *inevitavelmente* levar à conclusão. Todavia, no argumento do problema do mal as premissas de forma alguma levam *necessária* e *inevitavelmente* à conclusão. Portanto, o argumento do problema do mal é inválido.

Em vez de usar a realidade do mal para negar a existência de Deus, as duas versões revistas acima chegam a duas conclusões diferentes. Novamente, eu não disse se eles são bons argumentos ou não, e não disse que as premissas levam necessária e inevitavelmente a estas duas conclusões; tudo o que estou tentando mostrar é que as premissas não levam necessária e inevitavelmente à conclusão do não cristão, e isto é suficiente para mostrar que seu argumento é inválido.

Alguns não cristãos dizem que se os cristãos afirmam que Deus tem um propósito bom para o mal, eles precisam também indicar e defender este propósito. Mas os não cristãos nunca foram capazes de mostrar *por que* os cristãos precisam indicar e defender este propósito. O debate é se as premissas dadas levam *necessária* e *inevitavelmente* à conclusão do não cristão. Se existe ou não um propósito bom para o mal, e se os cristãos podem indicar e defender ou não esse propósito, isto é completamente irrelevante. Nesse caso a Escritura de fato explica pelo menos parte do propósito de Deus para o mal; mas novamente, isso não é logicamente necessário ou relevante para o debate.

Há mais. Ora, o não cristão argumenta que Deus não existe porque existe mal, e até aí já refutamos o argumento. Contudo, podemos acrescentar que a existência do Deus cristão é na verdade o pré-requisito lógico para a existência do mal. Ou seja, o mal não tem sentido e é indefinido sem um padrão objetivo e absoluto de certo e errado, bem e mal, e este padrão só pode ser o Deus cristão.

Quando o não cristão afirma que existe mal, o que ele quer dizer com “mal”? Ele pode estar se referindo a ganância, ódio, assassinato, estupro, terremotos, enchentes e assim por diante. Mas sobre qual fundamento e por qual padrão ele chama essas coisas de más? Ele as chama de más só porque as desaprova? Qualquer definição ou padrão de mal que ele fornecer sem apelar ao Deus cristão e à Escritura cristã será malsucedido e facilmente refutado.

Por exemplo, se o não cristão alega que o assassinato é errado porque viola o direito à vida da vítima, só precisamos perguntar: por que a vítima tem direito à vida? Quem lhe dá este suposto direito? O não cristão? Quem disse que existe algo como um direito, em primeiro lugar? Não cristãos tentaram desenvolver vários argumentos, mas todos se mostraram tolos e injustificados. [6]

Por outro lado, o cristão afirma que o assassinato é errado, imoral e mau porque Deus o proíbe: "Quem derramar sangue do homem, pelo homem seu sangue será derramado; porque à imagem de Deus foi o homem criado" (Gênesis 9.6); Deus proíbe explicitamente o assassinato ao dizer "Não matarás" (Êxodo 20.13). É consistente com a cosmovisão cristã dizer que o assassinato é algo mau e que o assassino deve ser responsabilizado, mas o não cristão jamais pode justificar a mesma reivindicação. Ele não pode nem mesmo definir *autoritativamente o assassinato*. [7]

O não cristão alega que existe mal, e a partir dessa base avalia o que o cristianismo diz sobre Deus. Ele usa algo que alega ser óbvio para refutar algo que alega ser não óbvio. No entanto, a existência do mal não é realmente óbvia a menos que haja um padrão moral absoluto, objetivo e universal, e que de algum modo nós conheçamos esse padrão, para que possamos fazer avaliações com ele. Como o não cristão não consegue demonstrar um padrão como esse, e como não consegue mostrar como poderia conhecer um padrão como esse, suas referências ao mal são insignificantes e ininteligíveis, e seu argumento do problema do mal não tem efeito contra o cristianismo. De fato, com base na sua cosmovisão, ele nem mesmo sabe o que seu argumento significa.

Se uma pessoa nega a existência de Deus, ela não tem nenhuma base racional para afirmar a existência do mal; por necessidade lógica, o nosso reconhecimento de Deus precede o nosso reconhecimento do mal. A menos que o Deus cristão seja pressuposto, o mal permanece indefinido. Quando o não cristão argumenta contra o cristianismo usando o problema do mal, ele se torna um terrorista intelectual, pois sequestra o absoluto moral do cristianismo no processo de argumentar contra o cristianismo. Contudo, ele não pode se referir a qualquer mal moral ou natural sem implicitamente reconhecer um padrão pelo qual ele julga algo como sendo mau. Se ele reconhece a existência do mal, então deve primeiro reconhecer a existência

de Deus, mas se ele já reconhece a existência de Deus, o argumento do problema do mal é inútil.

Claro, é possível que o não cristão não se renda imediatamente neste ponto; é provável que ele tente propor uma definição viável de mal para salvar o seu argumento. Eu não posso listar todas as definições possíveis que ele pode propor, mas já forneci aqui informação suficiente, de modo que uma pessoa pode refutar qualquer definição não cristã que se proponha. Se sistematicamente exigir justificativa para as alegações e definições não cristãs, o cristão terá sempre sucesso em frustrar qualquer tentativa de se construir um argumento contra o cristianismo a partir da existência do mal. [8]

Alguns não cristãos perceberam que o argumento do problema do mal não é rigorosamente válido, e assim embora continuem a desafiar o cristianismo com base na existência do mal, eles "suavizaram" sua alegação. Isto é, eles dizem que embora a existência do mal não contradiga logicamente a existência de Deus, a existência do mal fornece pelo menos forte evidência contra a existência de Deus, ou a probabilidade da existência de Deus. Assim, em vez de chamarem seu argumento de posição lógica contra a existência de Deus, eles o chamam de posição evidencial contra a existência de Deus. [9]

Mas trata-se de uma tolice — é apenas uma maneira enganosa de dizer que eles não têm argumento. De fato, todos os problemas que eu apontei na posição "lógica" permanecem na posição "evidencial". O argumento ainda não consegue demonstrar que o amor de Deus contradiz a existência do mal, ou que o amor de Deus requer que ele destrua o mal, ou já tenha destruído o mal. Ele ainda não consegue definir os termos cruciais. O que é amor? O que é mal? Na verdade, o argumento torna as coisas piores ao acrescentar o conceito de "evidência" ao debate, já que agora eu exijo pelo menos várias coisas adicionais: uma definição de evidência, um padrão para determinar o que constitui evidência a favor ou contra alguma coisa, um padrão para determinar a relevância e o peso de qualquer suposta evidência, e uma epistemologia para descobrir as coisas que são usadas como evidência.

Junto da posição "evidencial", algumas pessoas incluem a alegação de que há muito mal "gratuito", e que isso é evidência contra a existência de Deus. Mas novamente, o que é evidência? E quem decide o que é "gratuito"? [10] Por qual padrão de necessidade nós decidimos que um evento mau é desnecessário? E desnecessário para quê? E por que ele deve ser necessário,

em primeiro lugar? Na cosmovisão bíblica, quando Deus faz algo, isso é justificado por definição, apenas porque ele decidiu fazê-lo. Assim, o não cristão não pode argumentar contra o cristianismo apelando a eventos "injustificados", pois ele deve primeiro refutar o cristianismo para que possa mostrar que esses eventos são injustificados.

OUTRAS COSMOVISÕES

Não há nenhuma razão para longas explicações ou repetições desnecessárias, já que a matéria é tão simples quanto parece. O problema do mal, *em qualquer forma*, é um dos argumentos mais irracionais já inventados, mas tem enganado e perturbado muitas pessoas por causa de seu apelo emocional. Em resposta, o cristão deve não só neutralizar o argumento, mas também assumir neste assunto a ofensiva contra o não cristão.

Talvez porque o problema do mal seja mais frequentemente usado para desafiar o cristianismo, muitas pessoas se esquecem de considerar se as cosmovisões e religiões não cristãs têm respostas coerentes e adequadas para a existência do mal. Não cristãos podem fornecer uma definição autoritativa de mal? A sua definição de mal contradiz o que eles alegam sobre física (mal natural) e psicologia (mal moral)? Eles podem explicar como e por que o mal começou e continua? Eles podem sugerir uma solução para o mal e garantir que ela terá sucesso? Nenhuma cosmovisão, exceto a fé cristã, pode sequer começar a responder estas perguntas.

Da próxima vez que um não cristão desafiá-lo com o problema do mal, em vez de ser pressionado contra a parede, você deve ser capaz de dar uma resposta irrefutável; mas então, deve tomar a ofensiva e virar o argumento contra o não cristão (2 Coríntios 10.5):

> "Sou capaz de mostrar que a existência do mal não contradiz o amor de Deus ou a existência de Deus. Na verdade, o próprio conceito de mal pressupõe a existência do Deus cristão. Esse Deus decretou a existência do mal para a sua própria glória, e cada aspecto e ocorrência de mal está debaixo do controle preciso de Deus, e não existe padrão mais alto do que Deus para julgar este decreto como errado. Um dia ele irá banir todos os pecadores para o tormento sem fim no inferno, e todo caso de assassinato, roubo, estupro e até mesmo cada palavra que um homem tenha falado, será

levado em conta. Assim, com justiça, ele vai punir todos os pecadores que não confiaram em Cristo para a salvação, mas seus escolhidos serão certamente salvos."

"Mas como você lida com o mal? Dada a sua cosmovisão, como você pode ter mesmo um conceito significativo e universal de mal? Como você explica a origem e continuidade do mal? Você pode oferecer uma solução efetiva ou mesmo garantida para derrotar o mal? Você pode apresentar razões universalmente aplicáveis e imperativas contra coisas como genocídio e racismo? De que modo a sua cosmovisão pode fazer exigências morais a quem não concorda com ela? Dada a sua cosmovisão, existe justiça final e perfeita para alguém? Caso não, qual é a sua solução ou explicação para isto? Como você pode definir justiça, em primeiro lugar? Por que uma pessoa de outra nação ou cultura deve reconhecer seus assim chamados direitos?"

"Se você não pode dar respostas adequadas, sem cair em autocontradição, a estas e milhares de outras perguntas com base na sua cosmovisão e compromissos intelectuais, é evidente que a existência do mal significa a destruição de sua cosmovisão, enquanto que não representa qualquer ameaça à minha. Você é um hipócrita por mesmo mencionar o problema do mal como uma objeção ao cristianismo."

Embora muitas pessoas gostem de desafiar os cristãos com o problema do mal, a verdade é que o cristianismo é a única cosmovisão em que a existência do mal não cria um problema lógico. No entanto, muitos cristãos professos são intimidados por argumentos não cristãos. Em parte, porque eles não aprenderam as refutações lógicas a estes argumentos, mas também porque às vezes eles concordam parcialmente com não cristãos, pelo menos no nível emocional. Mas claro, o fato de algo causar inquietação emocional em algumas pessoas não significa que isso seja uma contestação à própria fé cristã.

Ora, se o não cristão está tão perturbado assim com a existência do mal, ele pode sempre perguntar a um cristão como depender de Cristo para a salvação; do contrário, pode se entregar aos cuidados de um hospital psiquiátrico, e continuar miserável sob os cuidados profissionais. Quanto aos cristãos, a Escritura fornece a solução: "Tu, SENHOR, guardarás em perfeita paz aquele cujo propósito está firme, porque em ti confia" (Isaías 26.3).

Salmos 73.16-17 diz: “Quando tentei entender tudo isso, achei muito difícil para mim, até que entrei no santuário de Deus, e então compreendi o destino dos ímpios”. Somente aceitando a cosmovisão cristã é que uma pessoa pode chegar a uma posição racional sobre a existência do mal, e somente entrando no “santuário de Deus” é que o assunto pode deixar de ser “opressivo”. Somente aqueles que se aproximam de Deus é que podem compreender adequadamente a realidade do mal e manter a estabilidade emocional. A fé cristã é verdadeira, e é o único caminho para Deus e a salvação. Ela é imune a ataques intelectuais. Ela não pode ser contestada com êxito, mas apenas estudada e obedecida.

17. A Preservação dos Santos

INTRODUÇÃO

Nosso tema é a doutrina reformada da perseverança ou preservação dos santos. No estudo da teologia, ela cai na soteriologia. É o item final de “Os cinco pontos do calvinismo”, designada pelo “P” na sigla TULIP, referindo-se à “perseverança dos santos”. Resumidamente, a doutrina afirma que uma vez que se torna cristã verdadeira, a pessoa nunca se afasta, em último caso e verdadeiramente, de sua fé, e que ela nunca pode, em último caso e verdadeiramente, se tornar não cristã novamente. Portanto, uma vez que a pessoa verdadeiramente se converte e se torna crente, ela certamente será salva.

EXPRESSÕES TEOLÓGICAS

Esse ensino é indicado por várias expressões diferentes. Embora algumas delas possam ser melhores do que outras, contendo mais informação sobre a doutrina, todas elas são precisas e cada uma traz implicações teológicas importantes.

Segurança Eterna

A expressão “segurança eterna” sugere que a salvação do crente está segura — ela não está em perigo, e não será tomada dele.

Embora a palavra “segurança” enfatize o resultado final, ela não nos diz pela vontade de quem, por qual poder, em que condição e por quais meios a salvação do crente está garantida e mantida a salvo; contudo, a palavra é precisa no que ela quer dizer.

Quanto à “eterna”, se for entendida denotando duração infinita, ela é sinônima de “sem fim”, enfatizando assim a natureza permanente da segurança do crente. Não é algo que vai durar um pouco de tempo e então dissipar; é algo que vai durar para sempre.

Embora algumas pessoas tenham em mente principalmente esta ênfase ao utilizar a expressão, seu significado se torna ainda mais rico se também entendemos a palavra “eterna” se referindo ao decreto eterno de Deus na

eleição. Isto é, “eterna” pode se referir também ao decreto soberano e imutável de Deus na eternidade atemporal em favor da salvação dos seus escolhidos. Em outras palavras, a salvação do crente está segura para sempre porque Deus decretou a sua salvação na eternidade.

Uma vez Salvo, Sempre Salvo

Outra descrição popular da doutrina é “uma vez salvo, sempre salvo”. Ela claramente transmite a ideia de que uma vez que a pessoa é salva, sua salvação segue inalterada e ininterrupta para “sempre”.

Novamente, embora essa descrição seja precisa no que ela quer dizer, ela não nos diz pela vontade de quem, por qual poder, em que condição e por quais meios a salvação do crente se perpetua, uma vez tendo começado. A descrição em si não contém qualquer informação que poderia neutralizar as acusações falsas amiúde levantadas contra esta doutrina.

Em adição, a própria expressão é demasiado ampla para excluir versões antibíblicas da doutrina. Por exemplo, algumas pessoas afirmam que uma vez que a pessoa professa o cristianismo, ela está “salva” e nunca perderá a sua salvação, independentemente de suas ações e crenças subsequentes. Contudo, esta não é a versão bíblica do “uma vez salvo, sempre salvo”.

A Perseverança dos Santos

Calvinistas usam com frequência a expressão “a perseverança dos santos” ao se referirem à doutrina.

De certa forma, esta expressão é superior às duas anteriores. Primeiro, ela inclui informação mais relevante, na medida em que declara não só o resultado, mas também o estado no qual a salvação de um crente permanece segura. Especificamente, ela transmite a ideia que na condição de convertido, o crente persiste espiritual e moralmente. Implica que ele enfrenta tentações e dificuldades em sua caminhada com Deus, mas “persevera” em meio a estes desafios.

Isso por sua vez neutraliza o mal-entendido de que a pessoa que uma vez professa o cristianismo pode abandonar a sua fé e voltar permanentemente ao pecado e ainda ser salva. Em vez disso, essa expressão indica que a pessoa

que foi salva permanece salva, perseverando contra tentações e dificuldades.

Todavia, esta expressão ainda permite mal-entendidos e distorções. Embora ela nos diga em que estado um crente permanece salvo, ela não nos diz pela vontade de quem, por qual poder, e por quais meios ele persevera. Isso dá espaço para uma pessoa pensar que uma vez convertido, o crente tem dentro de si a vontade e o poder para sempre perseverar em meio a todas as tentações e dificuldades, ainda que ele não possua essa disposição e capacidade antes da conversão. Esta ainda não é a versão bíblica da doutrina. Claro, a expressão não exige essa distorção, mas também não diretamente a exclui.

A Preservação dos Santos

Talvez a melhor expressão para descrever a doutrina seja “a preservação dos santos” — ela é rica em conteúdo e bíblica na ênfase.

Como todas as expressões anteriores para esta doutrina, esta nos diz algo sobre o resultado final, que um crente permanecerá salvo para sempre. Mas ela nos diz muito mais do que isso. Assim como na “perseverança dos santos”, a ideia de “preservação” implica que o crente permanecerá verdadeira e finalmente na condição espiritual e moral positiva que a regeneração produziu nele.

Em adição, ela nos diz que o crente persevera em seu estado regenerado e convertido em razão de ser “preservado”. Isto implica a contínua dependência do crente da graça de Deus, e que o crente permanece salvo por causa da vontade e poder de Deus, e não por causa da vontade e poder do homem. Além do mais, ser “preservado” implica ser protegido de influências e forças hostis, e, portanto, transmite a ideia de que o crente continua a enfrentar tentações e dificuldades após a conversão, mas Deus o preserva, e assim sua fé não sucumbe.

Portanto, esta expressão tem a vantagem de incluir muita informação relevante, se não por afirmação direta, ao menos por implicação. Ela honra a obra de Deus, exclui a vanglória do homem e reflete a ênfase bíblica na graça soberana e no poder ativo de Deus na salvação do eleito, do começo ao fim, da conversão à consumação.

Claro, essa expressão ainda não diz tudo o que pode e deve ser dito sobre a doutrina. Ela não enfatiza adequadamente e de forma igual todos os seus aspectos, nem exclui diretamente todas as distorções e mal-entendidos. Além disso, a expressão não fala dos meios que Deus usa para nos preservar, diferentes da implicação que ela envolve o poder ativo de Deus. Todavia, como expressão resumida, é provavelmente a melhor, já que é a mais centrada em Deus e se refere a todos os aspectos relevantes desta doutrina, ao menos por implicação.

CONFISSÕES REFORMADAS

Visto que o nosso interesse atual é o entendimento reformado da preservação dos santos, é apropriado examinar várias confissões reformadas. Esses documentos nos fornecem expressões históricas, oficiais e sistemáticas da fé reformada. Todas as confissões a seguir contêm algumas declarações que são relevantes para a doutrina.

A Confissão Escocesa

Começamos olhando a Confissão Escocesa de 1560. Escrita principalmente por John Knox, ela não contém nenhuma seção se referindo estritamente à preservação dos santos; todavia, os parágrafos a seguir dos capítulos XII e XIII são suficientes para estabelecer uma posição clara sobre o assunto:

> XII. Para deixar isto ainda mais claro: como de boa vontade renunciamos a qualquer honra e glória pela nossa própria criação e redenção, [1] assim também o fazemos pela nossa regeneração e santificação; pois por nós mesmos nada de bom somos capazes de pensar, mas só aquele que em nós começou a obra nos faz continuar nela, [2] para o louvor e glória de sua graça imerecida. [3]

Este é um excelente lugar para começar, pois mostra como a visão reformada da preservação dos santos está integrada dentro do contexto do padrão geral da soteriologia bíblica. Isto é, a soteriologia bíblica apresenta a salvação como algo que vem verdadeira e completamente de Deus, e opera nas vidas dos escolhidos de uma forma que exclui toda a vanglória humana.

Porque os homens são totalmente depravados e impotentes, é somente pela graça e poder soberano de Deus que os eleitos são regenerados — é

Deus quem deve começar essa boa obra em nós. Assim, “só aquele que em nós começou a obra nos faz continuar nela, para o louvor e glória de sua graça imerecida”. Observe que “só” ele é quem nos faz continuar, de modo que nenhum crédito é devido ao homem. A conversão e a santificação dependem totalmente da graça soberana.

> XIII. A causa das boas obras, nós confessamos, não é nosso livre-arbítrio, mas o Espírito do Senhor Jesus, que habita em nossos corações pela verdadeira fé, produz as obras que Deus preparou para que andássemos nelas. Pois com toda a ousadia afirmamos que é blasfêmia dizer que Cristo habita nos corações daqueles em quem não há nenhum espírito de santificação. [4] Portanto, não hesitamos em afirmar que os assassinos, os opressores, os cruéis, os perseguidores, os adúlteros, os fornicários, os idólatras, os alcoólatras, os ladrões e todos os que praticam a iniquidade, não têm nem verdadeira fé, nem qualquer porção do Espírito do Senhor Jesus, enquanto obstinadamente continuarem na impiedade. Pois, logo que o Espírito do Senhor Jesus, a quem os escolhidos de Deus recebem pela verdadeira fé, toma posse do coração de alguém, imediatamente ele regenera e renova esse homem, que assim começa a odiar aquilo que antes amava e a amar o que antes odiava… Mas o Espírito de Deus, que dá testemunho ao nosso espírito de que somos filhos de Deus, [5] leva-nos a resistir aos prazeres imundos e a suspirar na presença de Deus pelo livramento desse cativeiro de corrupção, [6] e finalmente a triunfar sobre o pecado, para que ele não reine em nossos corpos mortais… [7] Mas os filhos de Deus lutam contra o pecado; suspiram e gemem quando se sentem tentados a praticar o mal; e se caem, levantam-se outra vez com arrependimento não fingido. [8] Eles fazem estas coisas não pelo seu próprio poder, mas pelo poder do Senhor Jesus, sem quem nada podem fazer. [9]

O capítulo XIII segue adiante e levanta boas razões teológicas para integrar a preservação dos santos a uma visão coerente e bíblica de soteriologia. Ele afirma que na regeneração uma verdadeira transformação interior ocorre na pessoa. O crente então continua em sua nova direção espiritual porque não é mais como antes. Regeneração não é simplesmente uma experiência de curta duração, em que depois dela a disposição espiritual da pessoa permanece incerta; antes, é uma transformação fundamental e permanente causada e mantida pelo Espírito de Deus, que agora habita o crente.

Isso não significa que a regeneração transmite ao crente um novo poder, no sentido de que agora ele pode agir para produzir bem espiritual à parte da graça e poder contínuo de Deus. Esta Confissão nega explicitamente que uma pessoa produz boas obras por qualquer "livre-arbítrio" humano, mesmo *após* ela ter sido regenerada.

Em vez disso, ela diz que "a causa das boas obras" nos crentes é "o Espírito do Senhor Jesus", que habita em nós pela fé, que também é um dom de Deus. Além disso, as próprias boas obras que realizamos, Deus "preparou para que andássemos nelas". Isso nos assinala que a preordenação de Deus, seu eterno decreto, não predeterminou apenas a nossa conversão, mas também a nossa santificação. Não é que Deus tivesse predeterminado que seríamos salvos, deixando então incertos os eventos subsequentes. Ao contrário, ele predeterminou tanto a conversão como a santificação dos seus escolhidos, preordenando as próprias boas obras que eles iriam realizar após a sua regeneração.

Portanto, assim como não há lugar para o "livre-arbítrio" na conversão, não há lugar para o "livre-arbítrio" na santificação. É a vontade de Deus que causa a conversão e é a vontade de Deus que causa a santificação, e isso significa que a perseverança dos santos não está sujeita à própria fraqueza deles, mas à preservação poderosa de Deus.

Contudo, isso não nega que os crentes continuam a enfrentar tentações e dificuldades após a sua conversão. De fato, eles caem às vezes até mesmo em pecados sérios, embora mesmo essas falhas ocorram pela vontade e poder soberano de Deus. A diferença é que em virtude da preordenação e preservação de Deus, os escolhidos "suspiram e gemem quando se sentem tentados a praticar o mal; e se caem, levantam-se outra vez com arrependimento não fingido".

A Confissão repete então a ênfase que "Eles fazem estas coisas não pelo seu próprio poder, mas pelo poder do Senhor Jesus, sem quem nada podem fazer". Novamente, os crentes não perseveram porque eles têm um "livre-arbítrio" para escolher o bem após a regeneração, mas porque é da vontade de Deus preservá-los pelo seu poder, e ele decidiu que eles iriam "finalmente triunfar sobre o pecado". É antibíblico dizer que a vontade de um homem está cativa ao pecado antes da conversão, mas que após a conversão ele tem "livre-arbítrio". A Escritura ensina que o homem está ligado à impiedade

antes da conversão e que está ligado à justiça após a conversão.

Resulta disso que as pessoas que não demonstram nenhuma mudança real no pensamento e na conduta, e as pessoas que não perseveram na santidade, nunca foram convertidas, em primeiro lugar. E a Confissão ousadamente declara que é “blasfêmia” dizer que um homem pode ser um verdadeiro crente e ao mesmo tempo estar sem o “espírito de santificação”. Todos aqueles que “obstinadamente continuarem na impiedade” nunca foram convertidos, ainda que aleguem ser crentes.

O Catecismo de Heidelberg

Em segundo lugar, chegamos ao Catecismo de Heidelberg (1563). Assim como a Confissão Escocesa, esse catecismo alemão de doutrina reformada não traz nenhuma pergunta ou série de perguntas concebidas especialmente para falar da preservação dos santos. No entanto, por todo o Catecismo estão incluídas numerosas referências à doutrina, a partir das quais podemos derivar uma posição definida sobre o assunto:

> P. 1. Qual é o seu único fundamento, na vida e na morte?
> R. Que eu pertenço — em corpo e alma, na vida e na morte [10] — não a mim mesmo, [11] mas ao meu fiel Salvador, Jesus Cristo, [12] que à custa de seu próprio sangue pagou [13] totalmente por todos os meus pecados e me libertou completamente do domínio do diabo; [14] que ele me protege de tal maneira [15] que, sem a vontade do meu Pai do céu, nem um só fio de cabelo pode cair da minha cabeça; [16] de fato, que tudo deve cooperar com o seu propósito para a minha salvação. [17] Por isso, pelo seu Espírito Santo, ele também me garante a vida eterna, [18] e me torna disposto a viver para Ele, daqui em diante, de todo o coração. [19]

Esta primeira pergunta do Catecismo apresenta algo novo à nossa discussão, isto é, a implicação da expiação particular efetiva de Cristo para a preservação dos santos. Oponentes da doutrina precisam invariavelmente colocar o foco da perseverança sobre os próprios crentes, como se Deus não tivesse a palavra final no assunto. Em contraste, as confissões reformadas concordam com a Escritura que Deus é realmente o único que tem algo a dizer sobre o assunto.

Assim, ao considerarmos a perseverança dos santos, não devemos lidar apenas com o que os santos podem fazer ou fariam, mas com o que Cristo fez

e está fazendo. Ora, por sua obra redentora Cristo realmente adquiriu os escolhidos, os eleitos. Ele os comprou, e eles lhe pertencem. Portanto, o Catecismo começa salientando que o crente pertence a Cristo, que o protege e preserva. Também salienta que Deus preordenou todas as coisas para "cooperar com o seu propósito para a minha salvação", e que é o Espírito Santo quem "me torna disposto a viver para Ele, daqui em diante, de todo o coração".

Por esta razão, não é de todo correto dizer que Deus regenera o crente para que ele possa escolher "livremente" o que é bom — a palavra "livremente" deve, quando muito, ser usada somente em relação ao pecado, e não em relação a Deus. Ao contrário, mesmo após a regeneração é Deus quem faz a vontade do crente escolher o que é bom. Uma vez que "o seu propósito" nunca muda, o destino preordenado do crente nunca muda.

> P. 31. Por que ele é chamado Cristo, isto é, o Ungido?
> R. Porque ele é ordenado por Deus Pai e ungido [20] com o Espírito Santo para ser o nosso Profeta e Mestre, revelando-nos plenamente a vontade e o propósito secreto de Deus para a nossa redenção; [21] para ser o nosso único Sumo Sacerdote, tendo-nos resgatado pelo único sacrifício de seu corpo, [22] intercedendo sempre por nós junto ao Pai; [23] e para ser o nosso eterno Rei, governando-nos por sua Palavra e Espírito, e nos protegendo e sustentando na redenção [24] que ele ganhou para nós.

Esta pergunta salienta que Cristo está "nos protegendo e sustentando na redenção que ele ganhou para nós" como parte de seu ministério como Mediador. Ele intercede por nós junto ao Pai, que sempre o ouve. Portanto, a preservação do eleito é tão certa quanto a permanência e eficácia do ministério de Cristo como Rei e Sacerdote.

> P. 49. Que benefício nós recebemos da ascensão de Cristo aos céus?
> R. Em primeiro lugar, que ele é o nosso Advogado na presença de seu Pai no céu. [25] Em segundo lugar, que temos a nossa carne no céu como uma garantia segura de que ele, como o Cabeça, também nos levará para si, como seus membros. [26] Em terceiro lugar, que ele nos envia seu Espírito como garantia, [27] por cujo poder buscamos as coisas que são do alto, onde está Cristo, sentado a direita de Deus, e não as coisas que são da terra. [28]

Porque o crente está unido a Cristo em união inseparável, a ascensão de

Cristo aos céus necessariamente implica que o crente também tem garantido um lugar no céu.

> P. 54. O que você crê sobre “a Santa Igreja Católica”?
> R. Creio que, desde o início até o fim do mundo, [29] e dentre todo o gênero humano, [30] o Filho de Deus, [31] por seu Espírito e sua Palavra, [32] reúne, protege e preserva para si, [33] na unidade da verdadeira fé, [34] uma congregação [35] escolhida para a vida eterna. [36] Além disso, creio que sou e para sempre continuarei sendo [37] um membro vivo [38] dessa igreja.

Novamente, a ênfase não deve ser colocada sobre a perseverança do *crente*, mas sobre a preservação poderosa de Deus *causando* a perseverança do crente. Assim, a doutrina não pode ser atacada com base na fraqueza ou capricho das criaturas. É Cristo quem “reúne, protege e preserva” os seus eleitos, aqueles a quem Deus tem “escolhid[o] para a vida eterna”. Devido a isso, quando uma pessoa se torna crente em Cristo, ela “para sempre continuar[á] sendo um membro vivo dessa igreja”.

> P. 56. O que você crê sobre “a remissão dos pecados”?
> R. Que por causa da obra reconciliadora de Cristo, Deus não mais se lembrará de meus pecados [39] ou pecaminosidade [40] que devo combater durante toda a minha vida; mas que ele imputa a justiça de Cristo a mim, [41] graciosamente, de modo que jamais entrarei em condenação. [42]

Esta pergunta se refere à justiça imputada que cada crente recebe de Deus por causa de Cristo, ou doutrina da justificação. Ela salienta que o efeito da justificação em Cristo é que a pessoa “*jamais* entrar[á] em condenação”.

> P. 64. Mas essa doutrina não faz as pessoas se tornarem descuidadas e ímpias?
> R. Não, pois é impossível que aqueles que estão enxertados em Cristo pela fé verdadeira deixem de produzir frutos de gratidão. [43]

Se o crente “*jamais* entrar[á] em condenação”, a pergunta é se isso leva à negligência espiritual e à licenciosidade moral. Não leva, pois aquele que foi justificado por Deus recebe não só a justiça imputada, mas também uma nova natureza. Ele está agora unido a Cristo assim como um ramo está unido à árvore, para que natural e necessariamente possa produzir fruto que corresponda à natureza da árvore. A união do crente com Cristo resulta em

semelhança com Cristo tanto no pensamento como no comportamento.

> P. 87. Aqueles que não se voltam a Deus de sua vida de impenitência e ingratidão podem ser salvos?
> R. Certamente que não! A Escritura diz: “Vocês seguramente sabem que os injustos jamais herdarão o reino de Deus. Não se enganem: nenhum fornicador ou idólatra, nem o culpado de adultério ou de perversão homossexual, nem ladrões ou avarentos, alcoólatras ou caluniadores, nem trapaceiros, herdarão o reino de Deus” [44] (NIV).

Essas perguntas já são suficientes para excluir os crentes nominais, aqueles que exteriormente professam a fé sem verdadeiramente afirmá-la. Para se tornar um verdadeiro crente, é necessário primeiro que a pessoa tenha sido escolhida por Deus na eternidade e então regenerada e convertida na história. Mera profissão não indica eleição ou conversão. A Escritura adverte-nos contra o engano: enquanto continuar sendo uma pecadora não arrependida, a pessoa será incrédula, independentemente do que ela professa verbalmente. Isto significa que não podem ser citados como exemplos contra a doutrina da preservação dos santos aqueles que professam a fé e então se desviam, pois eles jamais foram “santos” em primeiro lugar.

A Segunda Confissão Helvética

Nossa terceira confissão é a Segunda Confissão Helvética de 1566. Como as duas anteriores, esta confissão suíça contém declarações das quais podemos claramente derivar sua posição sobre a preservação dos santos:

> XIV. A doutrina do arrependimento está ligada ao Evangelho. Pois assim disse o Senhor no Evangelho: “Arrependimento e perdão de pecados seria pregado em meu nome a todas as nações” (Lc 24.47)… [45] Por arrependimento, entendemos (1) a recuperação de uma mente reta no pecador despertado pela Palavra do Evangelho e pelo Espírito Santo, e recebida por fé verdadeira, pela qual o pecador imediatamente reconhece a sua corrupção inata e todos os seus pecados acusados pela Palavra de Deus, e (2) se entristece por eles em seu coração, e não só lamenta e francamente os confessa perante Deus com um sentimento de vergonha, mas também (3) com indignação os abomina, e (4) agora zelosamente atenta em corrigir seus caminhos e constantemente se esforça por exercitar inocência e virtude, conscientemente, pelo resto de sua vida.

Dizer que o “arrependimento” está “ligad[o] ao Evangelho” significa que o evangelho não é pregado a menos que o arrependimento também o seja, e isto também significa que se uma pessoa não se arrepende verdadeiramente, ela não recebeu o evangelho. Conversão envolve arrependimento e “fé *verdadeira*” e “a recuperação de uma mente reta”. Ou seja, conversões envolvem mais do que uma mera profissão de fé; envolvem uma crença e transformação interior real.

Qualquer pessoa tem a capacidade física de dizer que crê no evangelho, mas a menos que haja arrependimento verdadeiro, fé verdadeira e transformação verdadeira, não há conversão verdadeira e a pessoa não é uma crente verdadeira. Assim, quando essa pessoa “cai”, ela não está caindo de uma fé verdadeira, pois ela nunca a teve em primeiro lugar; ela está apenas mudando de uma versão de existência pecaminosa para outra.

Mas o mesmo Deus que concede arrependimento verdadeiro e fé verdadeira a um crente, ao conceder arrependimento contínuo e fé perseverante, também o preserva de uma forma que ele “constantemente se esforça por exercitar inocência e virtude… pelo resto de sua vida”.

> XVI. Mas esta fé é puro dom de Deus, que somente Deus em sua graça, segundo a sua medida, concede aos seus eleitos quando, a quem e quanto ele quer… O mesmo apóstolo considera que a fé é eficaz e ativa através do amor (Gl 5.6)… A mesma [fé] nos mantém no serviço que devemos a Deus e ao próximo, fortalece nossa paciência na adversidade, molda e manifesta uma verdadeira confissão, e numa palavra, produz bons frutos de toda espécie, e boas obras.

A preservação dos santos vem logicamente depois da regeneração e da conversão, embora elas estejam todas unidas no decreto eterno. Ora, no que se refere à conversão, a visão reformada é que a fé é um dom que Deus soberanamente concede aos seus escolhidos. Então, o capítulo XVI diz que esta fé não é uma fé impotente e sem vida, mas uma fé ativa e eficaz. Ela é viva, poderosa e é preservada pelo decreto e poder de Deus.

Portanto, uma vez concedida ao eleito, esta fé jamais morre, mas permanece e “produz bons frutos de toda espécie”. Ou seja, o crente persevera porque Deus preserva sua fé viva, e assim, ainda que às vezes vacile, jamais é permitido que ela se extinga por completo.

Os Cânones de Dort

Quando chegamos aos Cânones de Dort e à Confissão de Westminster, encontramos capítulos inteiros dedicados à preservação dos santos. Isto não surpreende, pois enquanto as três confissões anteriores foram produzidas durante a segunda metade do século XVI, estas duas obras-primas confessionais foram produzidas após a Remonstrante de 1610, isto é, a controvérsia com os cinco artigos do arminianismo.

Os Cânones de Dort (1618-19) foram escritos muitos anos depois da Remonstrante, mas ainda durante a primeira parte do século XVII; a Confissão de Westminster foi finalizada várias décadas mais tarde, em 1647. Claro, Dort foi designado para contra-atacar o arminianismo, e após a Remonstrante seria naturalmente esperado que um documento distintamente reformado como a Confissão de Westminster fosse afirmar ousadamente a preservação dos santos.

Dort não só dedica o quinto capítulo da Doutrina para abordar a preservação dos santos, como também faz afirmações explícitas e importantes sobre o ponto em vários outros lugares no documento. Vamos citar aqui alguns exemplos:

> I. Artigo 7. Em outras palavras, ele decidiu dar-lhes verdadeira fé em Cristo, justificá-los, santificá-los, e finalmente, tendo-os guardado poderosamente na comunhão de seu Filho, glorificá-los.

Este artigo aponta pelo menos dois pontos importantes para a preservação dos santos. Primeiro, ele afirma que santificação, preservação e glorificação não são doutrinas isoladas, mas produtos necessários da eleição divina. Isso porque na eleição, Deus não decide apenas converter, mas realmente *salvar* aqueles que ele escolheu. Isso implica, necessariamente, preservação e glorificação.

Segundo, Dort reconhece que a ênfase bíblica está na graça e no poder soberano de Deus, e na sua imutável fidelidade a seu próprio decreto e promessa, da conversão à glorificação. A ênfase nunca está na decisão e na resposta do homem, já que estas também são determinadas pela vontade e poder de Deus. É claro que os escolhidos devem crer para serem salvos, mas é Deus quem “decidiu dar-lhes verdadeira fé em Cristo”. E é claro que eles devem perseverar até o fim, mas é Deus quem decide “guard[á-los]

poderosamente na comunhão de seu Filho".

> I. Artigo 11. Assim como Deus é supremamente sábio, imutável, onisciente e todo-poderoso, sua eleição não pode nem ser suspensa, nem ser alterada, revogada ou anulada; nem seus eleitos podem ser rejeitados, nem seu número pode ser reduzido.

Embora o artigo ainda esteja abordando a eleição divina, para apresentar esta doutrina bíblica com precisão, Dort considera necessário indicar que os escolhidos consistem de um *número* imutável — o decreto para sua salvação é preciso e não pode ser alterado de forma alguma. Portanto, todos aqueles que Deus escolheu serão convertidos e perseveram até o fim. Dort coloca a verdade dessa doutrina sobre a própria natureza de Deus. Porque Deus é quem ele é, a eleição divina deve ser individual e imutável, e todos os escolhidos serão de fato convertidos, justificados, santificados e glorificados.

> II. Artigo 8. Pois este foi o soberano conselho, a vontade graciosa e o propósito de Deus o Pai, que a eficácia vivificante e salvífica da preciosíssima morte de seu Filho fosse estendida a todos os seus eleitos, para que somente a eles desse a justificação pela fé, trazendo-os assim infalivelmente à salvação… que ele fielmente os preservaria até o final; e que ele finalmente os fizesse comparecer à sua própria presença, um povo glorioso, sem mácula ou ruga.

Nós já mencionamos que a expiação particular e eficaz de Cristo necessariamente implica a preservação dos santos, pois foi para isso que Cristo morreu e pagou — a salvação completa e final (não apenas a conversão) de todos os escolhidos. E assim, o que o Filho pretende fazer, certamente cumprirá, que é trazer seus escolhidos "infalivelmente à salvação".

O quinto capítulo é muito longo para reproduzir aqui — ele explica e afirma em detalhes a doutrina reformada da preservação dos santos, e faz então negações elaboradas aos erros correspondentes no arminianismo. Vamos examinar apenas alguns dos seus artigos:

> V. Artigo 3. Por causa desses remanescentes de pecado habitando neles, e também por causa das tentações do mundo e de Satanás, aqueles que são convertidos não poderiam perseverar nesta graça se fossem deixados aos seus próprios meios. Mas Deus é fiel, fortalecendo-os misericordiosamente

na graça uma vez lhes outorgada, poderosamente preservando-os nessa graça até o fim.

V. Artigo 6. Pois Deus, que é rico em misericórdia, de acordo com o seu imutável propósito de eleição, não retira seu Espírito Santo dos seus por completo, mesmo quando eles caem gravemente. Nem tão pouco lhes permite cair a ponto de que recaiam da graça da adoção e do estado de justificação, ou cometam o pecado que leva à morte (o pecado contra o Espírito Santo) e lança-os, totalmente abandonados por ele, à perdição eterna.

V. Artigo 7. Pois, em primeiro lugar, em tal queda, Deus preserva nesses santos sua imperecível semente da qual são nascidos de novo, a fim de que esta não pereça nem seja lançada fora. Em segundo lugar, pela sua Palavra e Espírito ele certamente e efetivamente os renova para arrependimento, de modo que eles se afligem de coração com uma tristeza para com Deus pelos pecados que têm cometido; procuram, e obtêm por meio da fé e com um coração contrito, perdão no sangue do Mediador; experimentam novamente a graça de um Deus reconciliado; pela fé adoram suas misericórdias; e de agora em diante eles se empenham mais diligentemente pela sua salvação com temor e tremor.

V. Artigo 8. Portanto, não é por seus próprios méritos ou força, mas pela imerecida misericórdia de Deus que eles não caem totalmente da fé e da graça, nem permanecem caídos ou se perdem definitivamente. Quanto a eles, isto não só facilmente poderia acontecer, como indubitavelmente aconteceria; mas com Deus não é possível isto acontecer, pois seu plano não pode ser mudado, sua promessa não pode falhar, o chamado de acordo com o seu propósito não pode ser revogado, os méritos de Cristo, bem como sua intercessão e preservação não podem ser anulados, nem o selar do Espírito pode ser invalidado ou aniquilado.

V. Artigo 14. E assim como agradou a Deus iniciar essa obra da graça em nós pela proclamação do evangelho, ele preserva, continua e completa sua obra pelo ouvir e ler do evangelho, pelo meditar nele, pelas suas exortações, ameaças e promessas, e também pelo uso dos sacramentos.

O artigo 7 lembra-nos de que a regeneração espiritual é permanente, porque nela Deus nos transmite uma vida espiritual indestrutível. Dort repete este ponto por uma perspectiva negativa em V. Rejeição de Erros 8. Dizer que a regeneração é reversível é interpretar mal a própria definição bíblica de

regeneração, distorcendo a visão que a pessoa tem de toda a soteriologia.

No entanto, mesmo alguns crentes reformados estão confusos sobre esse ponto. Eles corretamente afirmam que os santos perseveram porque receberam vida espiritual indestrutível na regeneração, mas eles não consideram por que essa vida se perpetua. Por causa dessa negligência, alguns quase falam como se afirmassem o ensino que embora a salvação seja obtida pela graça, ela é mantida por obras, que perseverar na salvação significa mantê-la por bom comportamento.

Dort corrige esse equívoco ao fazer um esclarecimento importante. Os crentes não são capazes, após a conversão, de perseverar por si mesmos ou por sua própria vontade e poder. De fato, “aqueles que são convertidos não poderiam perseverar nesta graça se fossem deixados aos seus próprios meios”. Antes, eles perseveram porque Deus está “fortalecendo-os misericordiosamente” e “poderosamente preservando-os”. Ou seja, a nova vida espiritual do crente é indestrutível porque Deus a torna indestrutível.

Isto significa que se um crente não persevera, não é por causa dele, no sentido de que se o crente depender de sua própria vontade e poder, seu fracasso será certo. Isto é, se a perseverança dependesse dos crentes, ninguém perseveraria. Antes, a perseverança depende da preservação de Deus, e a única forma de um crente não perseverar é Deus não preservá-lo, e a única forma de Deus não preservar um escolhido na fé e na santidade é ele mudar seu decreto eterno, o que é impossível por definição.

O artigo 8 menciona a intercessão de Cristo pelos eleitos, que é parte do seu ministério como Mediador. Como Cristo é sempre fiel em realizar sua obra como intercessor, e como Deus sempre o ouve, esta intercessão “não pode ser anulad[a]”. Então, esse artigo também se refere ao selar do Espírito. Falaremos um pouco mais sobre isso numa seção posterior sobre o suporte bíblico para a preservação dos santos. Por enquanto, diremos apenas que o selar do Espírito garante a salvação do eleito.

Como as demais confissões reformadas, Dort tem o cuidado de observar que essa doutrina da preservação dos santos não nega que um crente continua a enfrentar tentações e dificuldades nesta vida. Reconhece de fato que alguns crentes podem até mesmo “ca[ir] gravemente”; contudo, “de acordo com o seu imutável propósito de eleição”, Deus jamais permitirá que seus eleitos

venham a “cair a ponto de que recaiam da graça da adoção e do estado de justificação”.

Finalmente, o artigo 14 levanta algo que nós ainda não discutimos, a saber, alguns dos meios que Deus usa para preservar seu povo. Assim como Deus convoca o eleito à conversão através da pregação do evangelho, “ele preserva, continua e completa sua obra pelo ouvir e ler do evangelho, pelo meditar nele, pelas suas exortações, ameaças e promessas, e também pelo uso dos sacramentos”. O povo de Deus, portanto, seria sábio se fizesse uso deliberado e frequente destes meios de graça.

A Confissão de Westminster

A Confissão de Westminster dedica o capítulo XVII à perseverança dos santos. Na comparação com as confissões anteriores, não há nada de totalmente novo aqui, mas o capítulo deve ser admirado pela forma clara e concisa com que resume muitos dos pontos importantes já discutidos acima. Ela registra assim:

> 1. Os que Deus aceitou em seu Filho amado, que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado da graça nem total, nem finalmente; mas com toda certeza hão de perseverar nesse estado até o fim e serão eternamente salvos. [46]
>
> 2. Esta perseverança dos santos não depende do livre-arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai, [47] da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo, [48] da permanência do Espírito e da semente de Deus neles, [49] da natureza do pacto da graça; [50] de todas estas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade. [51]
>
> 3. Eles [os santos], porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção neles restante e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em graves pecados e por algum tempo continuar neles; [52] e assim incorrerem no desagrado de Deus, [53] entristecerem o seu Santo Espírito [54] e, de algum modo, venham a ser privados das suas graças e confortos; [55] tenham os corações endurecidos [56] e as suas consciências feridas; [57] prejudiquem e escandalizem os outros, [58] e atraiam sobre si juízos temporais. [59]

Tendo já discutido as outras confissões, acredito que nenhuma explicação elaborada é necessária. A seção 1 afirma a posição reformada

sobre a perseverança dos santos. A seção 2 resume algumas das razões teológicas para tal afirmação — o decreto imutável de Deus na eleição, a expiação limitada eficaz e o ministério sacerdotal intercessório de Cristo, a habitação e influência do Espírito, a semente indestrutível da vida espiritual transmitida na regeneração e o pacto da graça. A seção 3 serve para evitar as típicas acusações falsas e mal-entendidos, reconhecendo que até mesmo os verdadeiros convertidos podem às vezes cair em pecados graves, mas, todavia, são preservados pela vontade e poder de Deus de uma apostasia total e final.

O Catecismo Maior

Naturalmente, o Catecismo Maior concorda inteiramente com a Confissão de Westminster na preservação dos santos, tanto na sua linguagem como na sua essência:

> P. 79. Não poderão os crentes verdadeiros cair do estado de graça, em razão das suas imperfeições e das muitas tentações e pecados que os surpreendem?
> R. Os crentes verdadeiros, em razão do amor imutável de Deus (Jr 31.3; Jo 13.1) e do seu decreto e pacto de lhes dar a perseverança (1 Co 1.8; Hb 13.20,21; Is 54.10), da união inseparável entre eles e Cristo (1 Co 12.27; Rm 8.35-39), da contínua intercessão de Cristo por eles (Hb 7.25; Lc 22.32), do Espírito e da semente de Deus que habitam neles (1 Jo 2.27), nunca poderão total e finalmente cair do estado de graça, mas são conservados pelo poder de Deus, mediante a fé para a salvação (Jr 32.40; Jo 10.28).

O Catecismo enfatiza aqui a perseverança dos "crentes *verdadeiros*". Em outras palavras, alguns são crentes falsos e não perseverarão na fé, nunca tendo sequer começado na fé, em primeiro lugar. Por outro lado, os crentes verdadeiros são aqueles que Deus verdadeiramente converteu, e estes "nunca poderão total e finalmente cair do estado de graça, mas são conservados *pelo poder de Deus, mediante a fé* para a salvação".

A expressão "pelo poder de Deus, mediante a fé" é excelente e precisa. Ela afirma que é o poder de Deus que preserva os santos, ao sustentar a fé concedida a eles na conversão, em primeiro lugar.

O Breve Catecismo

O Breve Catecismo também é coerente com o resto dos Símbolos de Westminster:

> P. 36. Quais são as bênçãos que nesta vida acompanham a justificação, a adoção e a santificação ou delas procedem?
> R. As bênçãos que nesta vida acompanham a justificação, a adoção e a santificação ou delas procedem são: certeza do amor de Deus, paz de consciência, alegria no Espírito Santo (Rm 5.1-5; 14.17), aumento de graça (Cl 1.10,11; Pv 4.18; Ef 3.16-18; 2 Pe 3.18) e perseverança nela até o fim (Jr 32.40; 1 Jo 2.19,27; Ap 14.12; 1 Pe 1.5; 1 Jo 5.13).

Aqui o Catecismo enfatiza o fato que a preservação é uma das bênçãos que seguem da justificação, adoção e santificação. Em outras palavras, a preservação não é apenas uma mera possibilidade produzida pela justificação, adoção e santificação, mas é uma consequência necessária, inerentemente incluída nessas coisas.

EXPOSIÇÕES BÍBLICAS

A soteriologia bíblica não começa, é claro, com a preservação dos santos, mas com a eleição divina. Por sua vez, uma soteriologia verdadeiramente bíblica está fundada numa visão bíblica adequada de teologia, ou na natureza de Deus. A Escritura declara que Deus é aquele que opera todas as coisas pelo conselho de sua própria vontade, e de acordo com todo o seu beneplácito. Isto se torna o fator controlador numa soteriologia verdadeiramente bíblica, e qualquer concepção teológica que contradiz isto deve ser imediatamente julgada como falsa.

Como ilustram as confissões reformadas, a preservação dos santos não é uma doutrina isolada, mas segue de outras doutrinas bíblicas sobre a salvação. Se eu disser a você que tomei a decisão de alcançar a linha de chegada numa corrida, presume-se que eu cruzarei a distância entre a linha de partida e a linha de chegada, e que também saltarei qualquer obstáculo no caminho. A preservação dos santos não é, portanto, uma doutrina isolada, e negá-la significaria contradizer não só essa doutrina específica, mas também todo o padrão de soteriologia bíblica.

Assim, antes mesmo de examinar as passagens bíblicas que fundamentam diretamente a preservação dos santos, já estamos seguros de que ela é realmente um ensino bíblico, pois é a implicação necessária de

outras doutrinas bíblicas. Todo o padrão de soteriologia bíblica requer isso.

Dito isto, há inúmeras passagens bíblicas diretamente relevantes para a doutrina. Vamos listar algumas delas nesta seção. Para que esse artigo não se torne demasiado longo, não podemos tomar tempo para examinar cada passagem; contudo, situaremos várias delas em seções bem definidas. Isso fará com que a relevância e o significado de cada passagem sejam discernidos com mais facilidade. Além disso, para ajudar no entendimento, também vamos destacar as palavras relevantes na maioria das passagens.

Eleição

A doutrina bíblica da eleição ensina que Deus escolheu um número definido e imutável de indivíduos para a salvação. O outro lado da eleição é a reprovação, em que Deus escolheu um número definido e imutável de indivíduos (todos os não escolhidos para a salvação) para a condenação.

Assim como a reprovação é um decreto eterno que predetermina o destino final dos réprobos, e não apenas sua condição espiritual por um período incerto, a eleição é um decreto eterno que predetermina o destino final dos eleitos. Não é um decreto de simplesmente converter certos indivíduos, mas um decreto de salvá-los real, completa e finalmente. Portanto, se um indivíduo eleito pudesse ser verdadeiramente convertido e então caísse, isso significaria que o decreto eterno de eleição falhou, o que é algo impossível.

> **Romanos 8.28-39.** Sabemos que Deus age em todas as coisas para o bem daqueles que o amam, dos que foram chamados de acordo com o seu propósito. Pois aqueles que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, também chamou; aos que chamou, também justificou; *aos que justificou*, *também glorificou*.
>
> Que diremos, pois, diante dessas coisas? Se Deus é por nós, quem será contra nós? Aquele que não poupou seu próprio Filho, mas o entregou por todos nós, como não nos dará juntamente com ele, e de graça, todas as coisas? Quem fará alguma acusação contra os escolhidos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem os condenará? Foi Cristo Jesus que morreu; e mais, que ressuscitou e está à direita de Deus, e também intercede por nós.

Quem nos separará do amor de Cristo? Será tribulação, ou angústia, ou perseguição, ou fome, ou nudez, ou perigo, ou espada? Como está escrito: “Por amor de ti enfrentamos a morte todos os dias; somos considerados como ovelhas destinadas ao matadouro”.

Mas, em todas estas coisas somos mais que vencedores, por meio daquele que nos amou. Pois estou convencido de que nem morte nem vida, nem anjos nem demônios nem o presente nem o futuro, nem quaisquer poderes, nem altura nem profundidade, *nem qualquer outra coisa na criação será capaz de nos separar do amor de Deus* que está em Cristo Jesus, nosso Senhor.

Efésios 1.11-12. Nele fomos também escolhidos tendo sido predestinados conforme o plano daquele que faz todas as coisas segundo o propósito da sua vontade, a fim de que nós, os que primeiro esperamos em Cristo, sejamos para o louvor da sua glória.

Redenção

A obra expiatória de Cristo é uma aquisição real e completa de todos os indivíduos que a expiação se designa a redimir. A expiação não torna a salvação dos eleitos só uma mera possibilidade, mas assegura a real salvação deles. Isto significa que a expiação *garante* a salvação completa e final de todos aqueles por quem Cristo morreu. Como nem todos serão salvos, sabemos que Cristo não morreu por todos, mas somente por aqueles que Deus escolheu na eternidade; portanto, os réprobos são condenados com justiça. Todavia, não há condenação para o eleito, por quem Cristo morreu. A implicação para a preservação dos santos é óbvia.

O ministério de Cristo como Mediador não termina com sua morte e ressurreição, mas ele vive eternamente para ser o nosso Sumo Sacerdote, intercedendo por nós junto ao Pai e preservando a nossa fé nele. Visto que Cristo nunca irá falhar em seu ministério como Mediador, os verdadeiros crentes jamais irão fracassar, verdadeira e finalmente, em sua fé.

João 6.35-40. Então Jesus declarou: “Eu sou o pão da vida. Aquele que vem a mim nunca terá fome; aquele que crê em mim nunca terá sede. Mas, como eu lhes disse, vocês me viram, mas ainda não creem. Todo aquele que o Pai me der virá a mim, e quem vier a mim *eu jamais rejeitarei*. Pois desci dos céus, não para fazer a minha vontade, mas para fazer a vontade

daquele que me enviou. E esta é a vontade daquele que me enviou: que *eu não perca nenhum dos que ele me deu*, mas os ressuscite no último dia. Porque a vontade de meu Pai é que todo aquele que olhar para o Filho e nele crer tenha a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia".

João 10.25-30. Jesus respondeu: "Eu já lhes disse, mas vocês não creem. As obras que eu realizo em nome de meu Pai falam por mim, mas vocês não creem, porque não são minhas ovelhas. As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna, e elas jamais perecerão; *ninguém as poderá arrancar da minha mão*. Meu Pai, que as deu para mim, é maior do que todos; *ninguém as pode arrancar da mão de meu Pai*. Eu e o Pai somos um".

Hebreus 7.25-28. Portanto, ele é capaz de *salvar definitivamente* aqueles que, por meio dele, aproximam-se de Deus, pois *vive sempre para interceder por eles*. É de um sumo sacerdote como este que precisávamos: santo, inculpável, puro, separado dos pecadores, exaltado acima dos céus. Ao contrário dos outros sumos sacerdotes, ele não tem necessidade de oferecer sacrifícios dia após dia, primeiro por seus próprios pecados e, depois, pelos pecados do povo. E ele o fez *uma vez por todas* quando a si mesmo se ofereceu. Pois a Lei constitui sumos sacerdotes a homens que têm fraquezas; mas o juramento, que veio depois da Lei, constitui o Filho perfeito para sempre.

Hebreus 10.10,14. Pelo cumprimento dessa vontade *fomos santificados*, por meio do sacrifício do corpo de Jesus Cristo, oferecido *uma vez por todas*… porque, por meio de um único sacrifício, *ele aperfeiçoou para sempre os que estão sendo santificados*.

Hebreus 12.2. Tendo os olhos fitos em Jesus, *autor* e *consumador* da nossa fé. Ele, pela alegria que lhe fora proposta, suportou a cruz, desprezando a vergonha, e assentou-se à direita do trono de Deus.

Regeneração

Na regeneração, Deus transmite vida espiritual indestrutível aos eleitos, transformando as disposições e a própria natureza de seus corações. Como essa vida espiritual é indestrutível, isto significa que a regeneração é irreversível. Portanto, uma vez regenerada, a pessoa não pode, verdadeira e finalmente, afastar-se de Deus ou condenar Cristo. Isto significa que todos

aqueles que são regenerados também devem perseverar. Qualquer doutrina que nega isto contradiz o próprio significado da regeneração.

1 Pedro 1.23. Vocês foram regenerados, *não de uma semente perecível, mas imperecível,* por meio da palavra de Deus, viva e permanente.

1 João 2.18-19. Filhinhos, esta é a última hora e, assim como vocês ouviram que o anticristo está vindo, já agora muitos anticristos têm surgido. Por isso sabemos que esta é a última hora. Eles saíram do nosso meio, mas na realidade não eram dos nossos, *pois, se fossem dos nossos, teriam permanecido conosco; o fato de terem saído mostra que nenhum deles era dos nossos*.

1 João 3.6-9. Todo aquele que nele permanece não está no pecado Todo aquele que está no pecado não o viu nem o conheceu. Filhinhos, não deixem que ninguém os engane. Aquele que pratica a justiça é justo, assim como ele é justo. Aquele que pratica o pecado é do Diabo, porque o Diabo vem pecando desde o princípio. Para isso o Filho de Deus se manifestou: para destruir as obras do Diabo. Todo aquele que é nascido de Deus não pratica o pecado, porque *a semente de Deus permanece nele*; ele não pode estar no pecado porque é nascido de Deus.

2 João 1.9. Todo aquele que não permanece no ensino de Cristo, mas vai além dele, não tem Deus; quem permanece no ensino tem o Pai e também o Filho.

Certificação

Assim como na eleição de Deus e na expiação de Cristo, o ensino bíblico do selar do Espírito também implica a preservação dos santos. A Escritura declara que na conversão o Espírito Santo é colocado no crente como um selo. Este selo não é uma mera decoração, mas uma garantia que o crente alcançará seu destino designado, a glorificação em Cristo.

2 Coríntios 1.21-22. Ora, é *Deus que faz que nós e vocês permaneçamos firmes em Cristo*. Ele nos ungiu, pôs seu *selo de propriedade* em nós, e seu Espírito em nossos corações como um penhor, *garantindo* o que está por vir (NIV).

Efésios 1.13-14. E vocês também foram incluídos em Cristo quando ouviram a palavra da verdade, o evangelho da sua salvação. Tendo crido,

vocês foram marcados nele com um selo, o Espírito Santo prometido, que é um penhor *garantindo* a nossa herança *até a redenção* daqueles que são possessão de Deus — para o louvor da sua glória (NIV).

Efésios 4.30. Não entristeçam o Espírito Santo de Deus, com o qual vocês foram selados *para o dia da redenção*.

Santificação

No seu soberano e eterno decreto, Deus não preordenou apenas a conversão dos seus eleitos, mas também sua justificação, adoção e santificação. Assim como os eleitos foram preordenados à conversão, sendo-lhes então facultada a fé em Cristo, eles foram preordenados à santificação, e então feitos santos pelo Espírito Santo. Na realidade, Deus predeterminou as próprias boas obras em que os eleitos deveriam andar, sendo a causa e o poder subjacentes tanto *da vontade* como *da realização* dessas boas obras dos eleitos. Portanto, os eleitos foram tão certamente preordenados à santificação como foram escolhidos para a conversão. Isto significa que uma apostasia verdadeira e final é algo impossível.

Jeremias 32.40. Farei com eles uma aliança permanente: Jamais deixarei de fazer o bem a eles, e *farei com que me temam de coração, para que jamais se desviem de mim.*

Filipenses 1.4-6. Em todas as minhas orações em favor de vocês, sempre oro com alegria por causa da cooperação que vocês têm dado ao evangelho, desde o primeiro dia até agora. Estou convencido de que *aquele que começou boa obra em vocês vai completá-la* até o dia de Cristo Jesus.

1 Tessalonicenses 5.23-24. *Que o próprio Deus*, o Deus da paz, *os santifique* inteiramente. Que todo o espírito, a alma e o corpo de vocês *sejam preservados irrepreensíveis* na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo. Aquele que os chama é fiel, e *fará isso* (NIV).

2 Tessalonicenses 2.13-17. Mas nós devemos sempre dar graças a Deus por vocês, irmãos amados pelo Senhor, porque *desde o princípio Deus os escolheu* para serem *salvos mediante a obra santificadora* do Espírito e a fé na verdade. Ele os chamou para isso por meio de nosso evangelho, a fim de tomarem posse da glória de nosso Senhor Jesus Cristo. Portanto, irmãos, permaneçam firmes e apeguem-se às tradições que lhes foram ensinadas, quer de viva voz, quer por carta nossa. Que o próprio Senhor Jesus Cristo e Deus nosso Pai, que nos amou e nos deu eterna consolação e boa esperança

pela graça, deem ânimo ao coração de vocês e *os fortaleçam para fazerem sempre o bem, tanto em atos como em palavras*.

Hebreus 13.20-21. O Deus da paz, que pelo sangue da aliança eterna trouxe de volta dentre os mortos o nosso Senhor Jesus, o grande Pastor das ovelhas, *os aperfeiçoe em todo o bem para fazerem a vontade dele*, e *opere em nós o que lhe é agradável*, mediante Jesus Cristo, a quem seja a glória para todo o sempre. Amém.

1 Pedro 1:3-5. Bendito seja o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo! Conforme a sua grande misericórdia, ele nos regenerou para uma esperança viva, por meio da ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos, para uma herança que jamais poderá perecer, macular-se ou perder o seu valor. Herança guardada nos céus para vocês que, *mediante a fé, são protegidos pelo poder de Deus até chegar a salvação* prestes a ser revelada no último tempo.

Outras Passagens

A seguir aparecem mais passagens bíblicas relacionadas com a preservação dos santos. Algumas delas têm relevância mais direta ao assunto do que outras, mas todas sustentam a doutrina. Tendo lido as seções prévias, você deve ser prontamente capaz de ver a relevância e aplicação delas. Contudo, se não souber como algumas delas se relacionam com a doutrina, ou se tiver interesse por informação adicional sobre alguma passagem específica, você deve consultar os comentários reformados padrões para auxílio.

Salmos 17.8-9. Protege-me como à menina dos teus olhos; esconde-me à sombra das tuas asas, dos ímpios que me atacam com violência, dos inimigos mortais que me cercam.

Salmos 37.23-24,28-29. O SENHOR firma os passos de um homem, quando a conduta deste o agrada; ainda que tropece, não cairá, pois o SENHOR o toma pela mão… Pois o SENHOR ama quem pratica a justiça, e não abandonará os seus fiéis. Para sempre serão protegidos, mas a descendência dos ímpios será eliminada; os justos herdarão a terra e nela habitarão para sempre.

Salmos 73.1-2,23. Certamente Deus é bom para Israel, para os puros de coração. Quanto a mim, os meus pés quase tropeçaram; por pouco não escorreguei… Contudo, sempre estou contigo; tomas a minha mão direita e

me susténs.

Salmos 121.3,7-8. Ele não permitirá que você tropece; o seu protetor se manterá alerta… O SENHOR o protegerá de todo o mal, protegerá a sua vida. O SENHOR protegerá a sua saída e a sua chegada, desde agora e para sempre.

2 Samuel 23.5-7. "A minha dinastia está de bem com Deus. Ele fez uma aliança eterna comigo, firmada e garantida em todos os aspectos. Certamente me fará prosperar em tudo e me concederá tudo quanto eu desejo. Mas os perversos serão lançados fora como espinhos, que não se ajuntam com as mãos; quem quer tocá-los usa uma ferramenta ou o cabo de madeira da lança. Os espinhos serão totalmente queimados onde estiverem."

Isaías 54.10. "Embora os montes sejam sacudidos e as colinas sejam removidas, ainda assim a minha fidelidade para com você não será abalada, nem será removida a minha aliança de paz", diz o SENHOR, que tem compaixão de você.

Jeremias 31.3. O SENHOR lhe apareceu no passado, dizendo: "Eu a amei com amor eterno; com amor leal a atraí".

Mateus 18.12-14. "O que acham vocês? Se alguém possui cem ovelhas, e uma delas se perde, não deixará as noventa e nove nos montes, indo procurar a que se perdeu? E se conseguir encontrá-la, garanto-lhes que ele ficará mais contente com aquela ovelha do que com as noventa e nove que não se perderam. Da mesma forma, o Pai de vocês, que está nos céus, não quer que nenhum destes pequeninos se perca".

Mateus 24.24. Pois aparecerão falsos cristos e falsos profetas que realizarão grandes sinais e maravilhas para, se possível, enganar até os eleitos.

Lucas 22.31-32. "Simão, Simão, Satanás pediu vocês para peneirá-los como trigo. Mas *eu orei por você, para que a sua fé não desfaleça*. E quando você se converter, fortaleça os seus irmãos."

João 14.16-17. E eu pedirei ao Pai, e ele lhes dará outro Conselheiro *para estar com vocês para sempre,* o Espírito da verdade. O mundo não pode recebê-lo, porque não o vê nem o conhece. Mas vocês o conhecem, pois ele vive com vocês e estará em vocês.

João 17.9-12,20. *Eu rogo por eles. Não estou rogando pelo mundo, mas*

por aqueles que me deste, pois são teus. Tudo o que tenho é teu, e tudo o que tens é meu. E eu tenho sido glorificado por meio deles. Não ficarei mais no mundo, mas eles ainda estão no mundo, e eu vou para ti. Pai santo, protege-os em teu nome, o nome que me deste, para que sejam um, assim como somos um. Enquanto estava com eles, eu os protegi e os guardei no nome que me deste. *Nenhum deles se perdeu, a não ser aquele que estava destinado à perdição* para que se cumprisse a Escritura… *Minha oração não é apenas por eles. Rogo também por aqueles que crerão em mim, por meio da mensagem deles*.

Romanos 5.9-10. Como agora fomos justificados por seu sangue, muito mais ainda, por meio dele, seremos salvos da ira de Deus! Se quando éramos inimigos de Deus fomos reconciliados com ele mediante a morte de seu Filho, quanto mais agora, tendo sido reconciliados, seremos salvos por sua vida!

Romanos 11.7. Que dizer então? Israel não conseguiu aquilo que tanto buscava, mas os eleitos o obtiveram. Os demais foram endurecidos.

Romanos 14.4. Quem é você para julgar o servo alheio? É para o seu senhor que ele está em pé ou cai. E ficará em pé, pois o Senhor é capaz de o sustentar.

Romanos 16.25-27. Ora, àquele que tem poder para confirmá-los pelo meu evangelho e pela proclamação de Jesus Cristo, de acordo com a revelação do mistério oculto nos tempos passados, mas agora revelado e dado a conhecer pelas Escrituras proféticas por ordem do Deus eterno, para que todas as nações venham a crer nele e a obedecer-lhe; sim, ao único Deus sábio seja dada glória para todo o sempre, por meio de Jesus Cristo. Amém.

1 Coríntios 1.8-9. Ele os manterá firmes até o fim, de modo que vocês serão irrepreensíveis no dia de nosso Senhor Jesus Cristo. Fiel é Deus, o qual os chamou à comunhão com seu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor.

1 Coríntios 3.14-15. Se o que alguém construiu permanecer, esse receberá recompensa. Se o que alguém construiu se queimar, esse sofrerá prejuízo; contudo, será salvo como alguém que escapa através do fogo.

1 Coríntios 10.13. Não sobreveio a vocês tentação que não fosse comum aos homens. E Deus é fiel; ele não permitirá que vocês sejam tentados além do que podem suportar. Mas, quando forem tentados, ele mesmo lhes

providenciará um escape, para que o possam suportar.

2 Coríntios 9.8. E Deus é poderoso para fazer que lhes seja acrescentada toda a graça, para que em todas as coisas, em todo o tempo, tendo tudo o que é necessário, vocês transbordem em toda boa obra.

Efésios 5.25-27. Maridos, ame cada um a sua mulher, assim como Cristo amou a igreja e entregou-se por ela para santificá-la, tendo-a purificado pelo lavar da água mediante a palavra, e para apresentá-la a si mesmo como igreja gloriosa, sem mancha nem ruga ou coisa semelhante, mas santa e inculpável.

2 Tessalonicenses 3.2-5. Orem também para que sejamos libertos dos homens perversos e maus, pois a fé não é de todos. Mas o Senhor é fiel; ele os fortalecerá e os guardará do Maligno. Confiamos no Senhor que vocês estão fazendo e continuarão a fazer as coisas que lhes ordenamos. O Senhor conduza o coração de vocês ao amor de Deus e à perseverança de Cristo.

2 Timóteo 1.12. Por essa causa também sofro, mas não me envergonho, porque sei em quem tenho crido e estou bem certo de que ele é poderoso para guardar o que lhe confiei até aquele dia.

2 Timóteo 2.18-19. Estes se desviaram da verdade, dizendo que a ressurreição já aconteceu, e assim a alguns pervertem a fé. Entretanto, o firme fundamento de Deus permanece inabalável e selado com esta inscrição: “O Senhor conhece quem lhe pertence” e “afaste-se da iniquidade todo aquele que confessa o nome do Senhor”.

2 Timóteo 4.18. O Senhor me livrará de toda obra maligna e me levará a salvo para o seu Reino celestial. A ele seja a glória para todo o sempre. Amém.

Hebreus 9.12-15. Não por meio de sangue de bodes e novilhos, mas pelo seu próprio sangue, ele entrou no Santo dos Santos, de uma vez por todas, e obteve eterna redenção. Ora, se o sangue de bodes e touros e as cinzas de uma novilha espalhadas sobre os que estão cerimonialmente impuros os santificam, de forma que se tornam exteriormente puros, quanto mais o sangue de Cristo, que pelo Espírito eterno se ofereceu de forma imaculada a Deus, purificará a nossa consciência de atos que levam à morte para que sirvamos ao Deus vivo! Por essa razão, Cristo é o mediador de uma nova aliança para que os que são chamados recebam a promessa da herança

eterna, visto que ele morreu como resgate pelas transgressões cometidas sob a primeira aliança.

1 Pedro 1.8-9. Mesmo não o tendo visto, vocês o amam; e apesar de não o verem agora, creem nele e exultam com alegria indizível e gloriosa, pois vocês estão alcançando o alvo da sua fé, a salvação das suas almas.

2 Pedro 1.10-11. Portanto, irmãos, empenhem-se ainda mais para consolidar o chamado e a eleição de vocês, pois se agirem dessa forma, jamais tropeçarão, e assim vocês estarão ricamente providos quando entrarem no Reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

1 João 2.24-25. Quanto a vocês, cuidem para que aquilo que ouviram desde o princípio permaneça em vocês. Se o que ouviram desde o princípio permanecer em vocês, vocês também permanecerão no Filho e no Pai. E esta é a promessa que ele nos fez: a vida eterna.

1 João 2.27. Quanto a vocês, *a unção que receberam dele permanece em vocês*, e não precisam que alguém os ensine; mas, como a unção dele recebida, que é verdadeira e não falsa, os ensina acerca de todas as coisas, permaneçam nele como ele os ensinou.

1 João 5.3-4. Porque nisto consiste o amor a Deus: em obedecer aos seus mandamentos. E os seus mandamentos não são pesados. O que é nascido de Deus vence o mundo; e esta é a vitória que vence o mundo: a nossa fé.

1 João 5.11-13. E este é o testemunho: Deus nos deu a vida eterna, e essa vida está em seu Filho. Quem tem o Filho, tem a vida; quem não tem o Filho de Deus, não tem a vida. Escrevi-lhes estas coisas, a vocês que creem no nome do Filho de Deus, para que vocês saibam que têm a vida eterna.

1 João 5.20. Sabemos também que o Filho de Deus veio e nos deu entendimento, para que conheçamos aquele que é o Verdadeiro. E nós estamos naquele que é o Verdadeiro, em seu Filho Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna.

Judas 1,24-25. Judas, servo de Jesus Cristo e irmão de Tiago, aos que foram chamados, amados por Deus Pai e guardados por Jesus Cristo… Àquele que é poderoso para impedi-los de cair e para apresentá-los diante da sua glória sem mácula e com grande alegria, ao único Deus, nosso Salvador, sejam glória, majestade, poder e autoridade, mediante Jesus Cristo, nosso Senhor, antes de todos os tempos, agora e para todo o sempre! Amém.

OBJEÇÕES ARMINIANAS

Há vários tipos de objeção à doutrina bíblica da preservação dos santos. Resumiremos aqui as objeções teológicas, bíblicas e éticas. Elas não partem somente de arminianos, mas também de católicos. Embora todas as objeções a seguir já tenham sido respondidas de alguma forma nas seções anteriores, faremos aqui uma análise breve, mas direta, para remover mal-entendidos remanescentes sobre a doutrina.

Teológicas

Uma objeção teológica ou filosófica à preservação dos santos é que ela mina o "livre-arbítrio" humano. A doutrina implica que o crente nunca é "livre" para decidir desfazer a sua fé e salvação.

A isso respondemos que a objeção está totalmente correta em que o crente nunca é livre para decidir desfazer a sua fé e salvação. Mas trata-se de uma objeção inútil, a menos que o homem tenha de fato essa liberdade do controle de Deus. No estudo da soteriologia bíblica, estabelecemos do início ao fim que não existe algo como livre-arbítrio humano, no sentido de que o homem nunca está livre de Deus, e que Deus sempre possui e exerce completamente um controle sobre a vontade do homem.

Isso não significa que a vontade do homem nunca está envolvida. Conversão, santificação e outros aspectos da salvação do homem envolvem amiúde a sua vontade. A questão é se a sua vontade é alguma vez livre do controle constante, absoluto e preciso de Deus. Afirmamos que é biblicamente falso e metafisicamente impossível o homem ser livre de Deus em algum sentido. Assim, a objeção do livre-arbítrio não pode realmente se aplicar ao cristianismo da Escritura e da Reforma, pois eles rejeitam o livre-arbítrio desde o início e em cada aspecto da salvação, incluindo santificação e preservação.

Evidentemente, as objeções relacionadas ao "livre-arbítrio" humano não surgem apenas quando discutimos a preservação dos santos, mas também quando discutimos qualquer outro item na soteriologia bíblica. No entanto, como o livre-arbítrio é antibíblico e falso, isto significa que aqueles que afirmam o livre-arbítrio estão equivocados em cada item na soteriologia, e de fato é isso o que percebemos entre os arminianos e católicos.

Ademais, como Deus transforma permanentemente a natureza e a disposição do eleito na regeneração, o crente verdadeiro nunca vai querer desfazer a sua fé e salvação.

Bíblicas

Há certo número de passagens bíblicas que ordenam os cristãos a buscarem a justiça e se afastarem da maldade. Algumas delas são tão fortes na expressão e contêm advertências tão ameaçadoras que algumas pessoas as interpretam mal dizendo que é possível um crente verdadeiro perder sua salvação. Por exemplo, Hebreus 6.4-6 diz o seguinte:

> Ora, para aqueles que uma vez foram iluminados, provaram o dom celestial, tornaram-se participantes do Espírito Santo, experimentaram a bondade da palavra de Deus e os poderes da era que há de vir, e caíram, é impossível que sejam reconduzidos ao arrependimento; pois para si mesmos estão crucificando de novo o Filho de Deus, sujeitando-o à desonra pública.

Em primeiro lugar, qualquer que seja o significado da passagem, ela não diz que os eleitos renunciarão de fato à sua fé. Vamos assumir que a passagem esteja realmente dizendo que se uma pessoa cair da fé após alcançar certo estágio de desenvolvimento espiritual, ela de fato perderá a sua salvação. Isto não desafia a doutrina da preservação — na verdade, podemos sinceramente concordar com isso. Se o eleito renuncia sincera e permanentemente a Cristo, ele perde a sua salvação. Contudo, já lemos vários versículos dizendo que isso nunca vai acontecer, que o crente verdadeiro nunca vai renunciar sincera e permanentemente a Cristo, e a passagem acima não diz nada para contrariar isso. João diz que esses que se desviam da fé nunca estiveram verdadeiramente com a fé.

Em segundo lugar, vários versículos adiante o autor afirma explicitamente que o que esta passagem descreve não acontecer aos seus leitores: “Amados, mesmo falando dessa forma, estamos convictos de coisas melhores em relação a vocês, coisas próprias da salvação” (Hebreus 6.9). Parafraseando, ele diz: “Apesar de falarmos dessa maneira, estou certo de que, quanto à salvação, isso não acontecerá a vocês”.

Em terceiro lugar, devemos lembrar que Deus usa vários meios para

realizar os seus fins. Por exemplo, embora ele tenha imutavelmente determinado a identidade daqueles que seriam salvos, ele não salva estas pessoas sem usar meios. Antes, ele salva os eleitos por meio da pregação do evangelho e por meio da fé em Cristo que ele coloca dentro deles. Deus usa vários meios para realizar os seus fins, e escolhe e controla tanto os meios como os fins.

Assim, só porque somos informados que os eleitos vão perseverar na fé, isto não significa que Deus não os adverte contra a apostasia. De fato, essas advertências bíblicas das consequências de renunciar à fé cristã são um dos meios pelos quais Deus impedirá a apostasia dos seus eleitos. Os réprobos vão ignorar essas advertências, mas os eleitos vão atendê-las (João 10.27), e continuar assim desenvolvendo sua santificação "com temor e tremor" (Filipenses 2.12). Sobre as palavras de Deus, o Salmo 19.11 diz: "Por elas o teu servo é advertido; há grande recompensa em obedecer-lhes".

Éticas

Uma das objeções mais comuns à preservação dos santos afirma que se é verdade que o crente não pode perder sua salvação, isso é uma licença implícita para pecar. O cristão pode pecar o quanto quiser e mesmo assim permanecerá seguro em Cristo. Porém, o verdadeiro cristão não deseja viver em pecado, embora possa ocasionalmente tropeçar. O verdadeiro crente detesta o pecado e ama a justiça. Quem peca livremente não é cristão de fato.

A doutrina da preservação não diz que qualquer pessoa que fizer uma profissão de fé em Cristo estará salva e nunca se perderá, visto que a sua profissão pode ser falsa. Em vez disso, a doutrina ensina que os *verdadeiros* cristãos nunca se perderão. Eles nunca se afastarão permanentemente de Cristo, embora alguns possam até mesmo cair profundamente no pecado por um tempo.

O verdadeiro cristão é alguém que dá verdadeiro assentimento ao evangelho, com sua "fé sincera" (1 Timóteo 1.5) se evidenciando por uma transformação duradoura dos pensamentos, das palavras e do comportamento, em conformidade com as exigências da Escritura. João diz que quem foi regenerado "não pode continuar pecando" (1 João 3.9, NIV). Por outro lado, a pessoa que faz uma profissão de Cristo a partir de um falso

assentimento ao evangelho pode permanecer “pouco tempo. Quando surge alguma tribulação ou perseguição por causa da palavra, logo a abandona.” (Mateus 13.21).

CONCLUSÃO

Embora cada uma das seções anteriores possa ser desenvolvida, o que se disse é suficiente para nos dar um resumo fiel da doutrina reformada da preservação dos santos, e concluímos então que a doutrina é de fato idêntica ao que a Escritura ensina sobre o assunto. Ela é biblicamente precisa e teologicamente consistente.

Esta doutrina nos ensina que os verdadeiros crentes nunca serão perdidos; eles nunca, verdadeira e finalmente, abandonarão a fé. Isto porque Deus soberanamente preordenou a completa salvação deles antes da fundação do mundo e poderosamente preserva-os após a sua conversão. Após a regeneração, o Espírito de Deus continua a operar dentro deles, poderosamente fazendo com que lutem por verdadeiro conhecimento e santidade.

No entanto, isso não significa que os eleitos se mantêm perfeitamente obedientes e sem pecado ao longo da sua caminhada espiritual; pelo contrário, eles podem eventualmente cair até mesmo em pecados sérios. Contudo, o decreto eterno e imutável de Deus, a expiação e intercessão de Cristo e a operação do Espírito nos crentes garante que eles nunca finalmente se desviarão.

Quanto aos réprobos, embora alguns deles possam professar a fé por um tempo, sua profissão é falsa e hipócrita. Deus nunca os preordenou à salvação, mas para serem destruídos. Em vez de enviar seu Espírito para poderosamente operar em seus corações, ele os endurece por um espírito de desobediência. Evidentemente, isso significa que não há neles vida ou poder espiritual que os faça perseverar na fé verdadeira, de modo que eles facilmente se desviam da falsa profissão pela qual afirmam abraçar o evangelho.

A doutrina reformada da preservação dos santos — isto é, a doutrina bíblica — fornece ao verdadeiro povo de Deus uma fonte sólida e infalível de conforto e segurança. Ela o adverte contra as profissões falsas e os autoenganos, e permite-lhe abordar de forma bíblica e realista sua

pecaminosidade e imperfeições remanescentes.

Isso nos leva ao tópico relacionado da segurança. A doutrina bíblica da preservação dos santos fornece um fundamento legítimo para a segurança da salvação. É uma segurança baseada na verdade, fortalecendo suas mentes contra dúvidas opressivas no relacionamento com Cristo. Todavia, uma discussão detalhada sobre este tópico, bem como de outros tópicos relacionados (como membresia e disciplina na igreja), terá de esperar outra oportunidade.

18. Ofertas Voluntárias e Liberdade Humana

Em oposição a declarações como “Em nenhum lugar a Bíblia diz que o homem tem livre-arbítrio”, algumas pessoas dizem que a Bíblia menciona “ofertas voluntárias” [1] em vários lugares, e então a partir desta observação elas defendem que a Bíblia ensina o livre-arbítrio ou que o homem tem livre-arbítrio (Na NIV, veja: Êx 35.29, 36.3; Lv 7.16, 22.18, 21, 23, 23.38; Nm 15.3, 29.39; Dt 12.6, 17, 16.10; 2 Cr 31.14; Ed 1:4, 6, 2.68, 3.5, 7.16, 8.28; Sl 54.6; Ez 46.12; Am 4.5). [2]

Esta é uma das mais estranhas objeções à negação do livre-arbítrio, e embora eu a conheça há vários anos, jamais lhe dei uma resposta escrita. Isso porque a objeção é tão descabida que eu sinto vergonha de até mesmo mencioná-la, e levá-la a sério o bastante para escrever a seu respeito. Entretanto, ocasionalmente sou perguntado por cristãos que não sabem a melhor forma de responder a objeção, e acabo lhes respondendo em particular. E como fui perguntado sobre isso pelo menos duas vezes nos últimos meses, suponho que o número de pessoas com dificuldade nessa questão seja maior do que eu pensava, e por esta razão decidi compartilhar a minha resposta aqui.

A objeção está relacionada à expressão comum da língua inglesa [*freewill*], mas acaba aqui a similaridade entre o tópico (da soberania divina e responsabilidade humana) e os versículos usualmente citados. O termo nem sempre é vertido como “ofertas voluntárias”; em lugares onde a NIV e a NASB oferecem uma tradução como essa, a KJV eventualmente diz “ofertas livres”, “ofertas espontâneas” e “ofertas de boa vontade”.

A liberdade é relativa — você é livre de *algo*. Dizemos que o homem não tem livre-arbítrio porque ao discutir soberania divina e responsabilidade humana, estamos discutindo a relação metafísica entre Deus e o homem. Sendo mais específico, a questão é a extensão e o modo como Deus exerce controle sobre os pensamentos e as ações do homem. Assim, neste contexto, quando perguntamos se o homem tem livre-arbítrio, estamos perguntando se o homem é livre *de Deus* ou *do controle de Deus* em algum sentido. Como o ensino bíblico é que Deus exerce controle *constante* e *abrangente* sobre todos os pensamentos e ações do homem, a conclusão necessária é que o homem

não tem livre-arbítrio. Ele tem liberdade zero em relação a Deus.

Visto que Deus é o ponto de referência absoluto, dizer que o homem não tem liberdade em relação a Deus é também dizer que o homem não tem liberdade no sentido absoluto. Se o homem tem liberdade num sentido relativo, ou liberdade em relação a outros entes e coisas que não são Deus (pessoas, objetos e forças, etc.), isto é outro assunto e não precisa ser necessariamente considerado na discussão sobre soberania divina e liberdade humana. Todavia, por questão de exaustividade, podemos afirmar que o homem tem certa liberdade em relação a outras criaturas. Nenhum ser humano pode me controlar de uma forma ou numa extensão que esteja sequer perto do controle absoluto de Deus sobre os meus pensamentos e as minhas ações. Mas isso não significa que eu tenho "livre-arbítrio", pois, mais uma vez, em nosso contexto estamos falando sobre a nossa relação com Deus, e não com as outras criaturas.

É neste ponto que o calvinismo popular confunde a questão. Ele afirma liberdade relativa de outras criaturas e de forças externas, e então relaciona isso com a nossa responsabilidade absoluta perante Deus. A verdade é que se responsabilidade pressupõe liberdade, nossa responsabilidade absoluta perante Deus deve pressupor uma liberdade absoluta de Deus. Mas então, se a nossa liberdade de Deus é absoluta, por que somos responsáveis perante ele? A verdade, porém, é que responsabilidade não pressupõe liberdade; mais do que isso, responsabilidade pressupõe o oposto de liberdade. Somos responsáveis perante Deus precisamente porque não somos livres de Deus. Eu suponho que esta confusão é também uma das razões por que alguns calvinistas não conseguem discernir o sofisma inerente à objeção que trato aqui. Eles não percebem que liberdade é um termo relativo, que nós não somos livres em relação a Deus e que os versículos citados por nossos oponentes se referem a uma liberdade que não é relativa a Deus, mas a outra coisa.

A "oferta voluntária" é "livre" [3] porque a Lei não a requer, como acontece com as outras ofertas regulares e ocasionais; por isso a liberdade é relativa à Lei, e a liberdade relacionada a esta oferta existe apenas nesse sentido. As pessoas são "livres" por uma perspectiva *legal* ou *cerimonial* para dar ou não a oferta. Esses versículos não tratam da perspectiva *metafísica*, e assim não podem nem provar nem refutar a liberdade humana metafísica.

Mas quando nos referimos ao “livre-arbítrio” no contexto da soberania divina e liberdade humana, estamos falando de sermos ou não livres *de Deus* — e isto *é* sobre metafísica. Estamos falando de Deus ter ou não controle completo sobre os pensamentos, as ações e as circunstâncias do homem — Deus tem esse controle, e por isso o homem não tem livre-arbítrio, nenhuma liberdade em relação a Deus. Num caso estamos falando da relação do homem (de obrigação moral) com a Lei, e no outro, da relação do homem (de causa e efeito) com Deus. Trata-se apenas de ser o mesmo termo em inglês, e mesmo assim não sempre nas versões inglesas, mas são de fato dois pontos distintos de discussão.

Há passagens que ensinam a mesma liberdade relativa, mas sem usar o termo. Eis um exemplo: “Guardando-a não lhe pertencia? E, vendida, não estava em seu poder? Por que formaste este desígnio em teu coração? Não mentiste aos homens, mas a Deus” (Atos 5.4, KJV). Quando Pedro diz que a propriedade “lhe pertencia” e que o dinheiro estava “em seu poder”, ele se refere ao direito de propriedade em relação ao *próprio Pedro* e *aos demais cristãos* — isto é, Ananias não tinha de vender a propriedade ou dar o dinheiro *a eles*. Mas essa liberdade ou direito relativo não tem nada a ver com determinismo divino — são dois assuntos distintos. Pedro não está dizendo que Ananias tinha direito sobre a propriedade ou dinheiro em relação *a Deus*, mas apenas que ele tinha direito, ou liberdade se você preferir, de reter a propriedade ou dinheiro de *outras pessoas* de uma perspectiva legal ou moral, e não metafísica. Certamente, Pedro não está dizendo que Ananias poderia ter retido a propriedade ou dinheiro *de Deus* num sentido metafísico! Mas é de metafísica que nós estamos falando quando discutimos determinismo divino.

Outro versículo eventualmente citado é Filemom 1.14. Na versão NTLH, ele diz: “Porém não vou fazer nada sem a aprovação de você, para que o favor que eu lhe estou pedindo não seja feito por obrigação, mas por sua livre vontade”. [4] Aha! Paulo diz que Filemom tem livre-arbítrio (livre vontade)! Mas esse versículo é ainda mais obviamente irrelevante do que os outros, pois os envolvidos estão explicitamente mencionados. Paulo diz que “Eu” (Paulo) não vou fazer nada sem a “sua” (Filemom) aprovação. Ele não queria que Filemom agisse por “obrigação”, mas esta obrigação é em relação a Paulo, logo, também ao assim chamado “livre-arbítrio”. A liberdade é em relação a Paulo. O versículo refere-se ao relacionamento *social* entre duas

criaturas, *Paulo* e Filemom, mas não diz nada sobre o relacionamento *metafísico* entre *Deus* e Filemom.

O calvinismo popular falha em fazer uma ruptura clara com o pensamento antibíblico dos nossos oponentes nessa questão de liberdade humana. Por essa razão, é incapaz de demonstrar a diferença com clareza e evitar confusão. Ele ensina que a soberania divina e a liberdade humana são "compatíveis" porque o homem age sempre de acordo com o seu desejo mais forte, que ele nunca é forçado por Deus ou outra pessoa a pensar ou agir contra a sua vontade. Mas se, como ensina a Escritura, o controle de Deus sobre o homem é tão imediato e exaustivo a ponto de Deus controlar diretamente a vontade e o desejo do homem, o homem não é livre de Deus, ainda que a sua vontade nunca seja forçada contra o seu desejo. O homem nunca é forçado, mas não por ser livre, e sim por ser tão *não livre*, tão absolutamente controlado por Deus, que até mesmo a sua vontade e desejo são controlados por Deus, de modo que nada resta para Deus forçar.

Mas tudo isso eu já disse antes, e assim terminarei apenas com a minha doxologia usual: Deus é soberano e o homem não é livre. Bendito seja o nome do Senhor.

19. Mais do que um Oleiro

> “Se Deus determina tudo o que fazemos, de modo que não somos livres dele em nenhum sentido, não somos mais que robôs e fantoches.”

Esta é uma das objeções mais comuns ao ensino da soberania divina. O calvinismo popular responde atribuindo ao homem algum tipo de liberdade ou poder de “autodeterminação”, alegando que de certa forma isso é “compatível” com o controle de Deus sobre todas as coisas. Alguns calvinistas (p. ex., A. A. Hodge, R. L. Dabney, etc.) respondem a objeção de um modo que soa perigosamente próximo do teísmo aberto. Eles dizem que como Deus conhece as disposições de suas criaturas, é capaz de “controlar” suas decisões e ações manipulando as circunstâncias ao seu redor, “induzindo” as criaturas a pensar e agir “livremente” de uma forma que está em concordância com os planos de Deus.

Mas muitos desses calvinistas também percebem que na verdade essa explicação do controle de Deus sobre as decisões e ações do homem é logicamente incompatível com a crença que eles professam na soberania de Deus. Então, após algumas explicações e evasivas iniciais, eles finalmente têm de chamá-la de “paradoxo” e “mistério”. Mas pouparíamos muito do nosso tempo se eles reconhecessem a autocontradição desde o início e já então chamassem ela de “paradoxo” e “mistério”. Então todos poderiam ir mais cedo para casa.

Como eu rejeito o compatibilismo e a liberdade humana em *qualquer* sentido em relação a Deus, segue-se que também minha resposta à objeção é diferente. Afirmo que Deus é soberano e o homem *não* é livre. Esta posição fornece a única resposta bíblica e racional, e acontece de ser também a resposta mais simples e ousada ao desafio. E como eu já expliquei e defendi exaustivamente o ensino bíblico da soberania divina em outros lugares, [5] não repetirei tudo aqui. O que segue será uma aplicação à objeção acima do que já escrevi sobre soberania divina.

Começamos notando que a objeção é incompleta. Ela não especifica o que há exatamente nos robôs e fantoches que os faz relevantes. Por que somos como robôs e fantoches se Deus de fato determina todos os nossos pensamentos e ações? Quais são as semelhanças? Assim, a declaração nem

mesmo se põe como uma objeção real, pois deixa de mostrar por que seria um problema sermos robôs e fantoches. Se nós somos robôs e fantoches, isto significa que o cristianismo é falso? A objeção não explica. Se nós somos robôs e fantoches, isto mina a responsabilidade moral? A objeção não prova ou sequer menciona isso.

Não devemos permitir que os nossos oponentes escapem fazendo objeções preguiçosas e simplórias. Eles assumem que entendem das questões e que suas objeções são irrespondíveis. Ao defender a fé, uma das coisas que devemos fazer é mostrar que os nossos oponentes não são nem de perto tão inteligentes e cuidadosos quanto pensam ser, e que em vez de desafiar os ensinos das Escrituras, eles deveriam se humilhar diante da sabedoria de Deus.

O apologista competente deve ser capaz de mostrar que nenhuma objeção à revelação bíblica sequer faz sentido. Depois de mostrar que o oponente não consegue lançar um desafio que demande resposta, pois o próprio desafio é ininteligível e o oponente nunca sabe o que realmente está perguntando, o apologista pode abordar o assunto de uma posição de conhecimento e autoridade. [6] Ou seja, nós não respondemos objeções porque nossas crenças são tão aparentemente problemáticas que precisamos desajeitadamente apagar incêndios aqui e ali, mas primeiro humilhamos os rebeldes espirituais mostrando que eles falam tolice até mesmo em seus protestos, e então anunciamos a esses inimigos derrotados o que Deus lhes fala por toda a Escritura — arrependam-se e creiam na verdade.

É sempre possível neutralizar qualquer objeção ao cristianismo antes mesmo de começarmos a respondê-la. Tendo já mostrado que a objeção é descuidada e incompleta, vamos agora lidar com ela, mas não porque a objeção logicamente nos obrigue a isso, pois ela já foi neutralizada.

Primeiro, o fato de que Deus controla todos os nossos pensamentos e ações não nos faz robôs e fantoches, porque mesmo quando completamente controlados por Deus, seres humanos são muito diferentes de robôs e fantoches. Seres humanos têm mente — eles raciocinam, tomam decisões e expressam emoções. De fato, como nossas identidades são preservadas mesmo quando saímos dos nossos corpos, é mais preciso dizer que seres humanos *são* mentes que vivem em corpos. [7] Robôs e fantoches não são mentes, mas objetos totalmente físicos. Eles não têm pensamentos que podem

ser controlados, mas somente partes e propriedades físicas para serem manipuladas.

Alguns dos nossos pensamentos são ocasiões para eventos fisiológicos. Não há relação inerente e necessária entre mente e corpo; é Deus quem diretamente controla e *usualmente* correlaciona os dois. Contudo, ainda somos diferentes de robôs e fantoches, pois eles não têm pensamentos. Seus movimentos físicos não são ocasionados por seus próprios pensamentos, pois eles não os têm, mas pelos pensamentos daqueles que usam suas mãos e instrumentos para controlá-los. E, de fato, é Deus quem diretamente controla todas as coisas — a mente humana, o relacionamento entre a mente humana e o corpo humano, o próprio corpo humano, o relacionamento entre o corpo humano e os instrumentos, os robôs e os fantoches. Isto é, na ocasião em que Deus diretamente age sobre um (por exemplo, quando faz a mente humana decidir mover um dedo), ele também diretamente age sobre o outro (neste caso, fazendo o dedo se mover). [8]

Recorde que a objeção não explica por que é um problema seres humanos serem robôs e fantoches, e essa é uma razão de ela falhar antes mesmo de a respondermos. Assim, apontamos as diferenças que seres humanos têm de robôs e fantoches não porque a objeção nos obrigue a isso, mas porque estamos tratando do assunto a despeito da objeção. As diferenças são evidentes, e assim, conquanto sejam totalmente controlados por Deus, seres humanos são diferentes de robôs e fantoches.

Segundo, ainda que às vezes de forma implícita, a objeção falsamente faz da liberdade humana a base para a responsabilidade moral. As suposições são: (1) É necessário afirmar que os seres humanos são moralmente responsáveis; (2) Responsabilidade moral pressupõe liberdade humana; e (3) Robôs e fantoches não são livres. Dada essas suposições, o opositor *corretamente* raciocina que se Deus é *absolutamente* soberano, os seres humanos *não* são livres. Então ele iguala os seres humanos, que não são livres, a robôs e fantoches, que também não são livres. Isto por sua vez significa que se Deus controla todas as coisas, os seres humanos não são moralmente responsáveis; mas como é necessário afirmar que os seres humanos são moralmente responsáveis, isto significa que nós não podemos afirmar que Deus controla todas as coisas.

Prescindiremos primeiro do problema menos importante nesse

raciocínio, a analogia desnecessária de humanos sendo controlados como robôs e fantoches. Nós poderíamos pular este passo e a objeção permaneceria intacta; na verdade, ela ficaria mais clara sem a analogia. Em outras palavras, seria mais simples apenas dizer: “Se Deus controla todas as coisas, os seres humanos não são livres. Mas como responsabilidade moral pressupõe liberdade humana, isto necessariamente significa que se Deus controla todas as coisas, os seres humanos não são moralmente responsáveis. Mas como é necessário afirmar que os seres humanos são moralmente responsáveis, nós então devemos negar que Deus controla todas as coisas”.

O raciocínio em si é sólido, de forma que a conclusão estaria correta *se* todas as suposições fossem verdadeiras. Contudo, nem todas as suposições estão corretas e, portanto, a objeção desmorona. O erro fatal é assumir que responsabilidade moral pressupõe liberdade humana. Esta premissa é explicitamente contestada pelas Escrituras, e na história da teologia e filosofia jamais foi justificada. Ela está tão enraizada na maioria dos pensadores que quando eles se aborrecem por ter de mencioná-la ou considerar formas possíveis de justificá-la, amiúde dizem apenas que ela é intuitivamente conhecida, e então seguem adiante.

Mas como tenho repetidamente afirmado em outro lugar, a suposição é falsa. Por definição, “responsabilidade” refere-se a prestar contas. Em outras palavras, ser moralmente *responsável* significa moralmente *prestar contas* a uma pessoa ou padrão. O fato de esta pessoa ser livre ou não é irrelevante à discussão. O único fato relevante é se quem tem autoridade sobre a pessoa decidiu *obrigá-la a prestar contas* ou não. Como Deus governa toda a humanidade e decidiu julgar todos os homens, isto significa que todas as pessoas são moralmente responsáveis *independentemente* de serem livres ou não. A liberdade humana não tem ponto de acesso lógico nem mesmo para entrar na discussão. [9] Ademais, a única razão para afirmar que os seres humanos são moralmente responsáveis é precisamente esta, antes de tudo — que Deus decidiu julgar toda a humanidade.

Com a mesma facilidade Deus poderia considerar robôs e fantoches responsáveis, não no sentido que eles poderiam entender suas ações, mas que Deus poderia recompensá-los ou puni-los se assim desejasse. Jesus amaldiçoou uma figueira por não dar frutos. A árvore não era livre, nem mesmo tinha consciência, mas foi punida, e Jesus estava plenamente

justificado em fazê-lo. Claro, a árvore e a maldição eram simbólicas, mas o simbólico (aquilo que é aparente, está na superfície) não pode contradizer o que está sendo simbolizado, ou uma coisa não seria realmente simbólica de outra. O fato é que, qualquer que seja o significado mais profundo em vista, a árvore não deu frutos e por este motivo Jesus a amaldiçoou. Da mesma forma, se assim quisesse, Deus poderia destruir um robô por mau funcionamento, e como Deus é o único padrão de moralidade, ele seria justo por definição ao fazer isso. Ele certamente não precisa de nossa permissão, não precisa satisfazer as nossas falsas suposições.

Em outras palavras, os seres humanos são moralmente responsáveis pela razão precisamente oposta daquela assumida pela objeção — somos responsáveis porque Deus é soberano e nós *não* somos livres.

Terceiro, ao contrário do que pretende, a objeção usa uma analogia que atribui liberdade *demais* aos seres humanos em relação a Deus. O opositor espera que o cristão explique em que sentido seres humanos são *mais* livres do que robôs e fantoches, ou como seres humanos podem ter liberdade genuína e robôs e fantoches não. Aqueles que afirmam o calvinismo popular também tentarão afirmar a soberania total de Deus ao mesmo tempo. [10] Isso convém à expectativa do opositor — expõe o fato que a posição desses calvinistas é realmente incoerente e paradoxal, e é afirmada de maneira forçada, algo que até teólogos calvinistas proeminentes reconhecem. [11]

No entanto, se queremos deixar de lado as habituais suposições antibíblicas e irracionais, confrontaremos a objeção afirmando o exato oposto. A objeção é improcedente não porque sua analogia nega liberdade ao homem, mas porque ela concede *muito pouco* controle a Deus. [12] Certamente, Deus tem controle *infinitamente maior* sobre nós do que nós sobre robôs e fantoches.

No caso de robôs e fantoches, só podemos rearranjar e combinar materiais preexistentes para formar objetos com funções e propósitos que são limitados por seus materiais, por nossa inteligência e criatividade, e então por nossa capacidade de manter e manipulá-los.

Não é assim com Deus. Quer estejamos falando de robôs, fantoches ou seres humanos, é Deus quem cria, sustenta e controla os próprios materiais de que eles são feitos. É Deus quem concebeu as funções e os propósitos deles, e

mesmo então não se limita a isso, mas pode mudá-los a qualquer hora, se assim desejar. Ele pode criar do nada (Gênesis 1.1), transformar água em vinho (João 2.9), transformar pedras em seres humanos (Mateus 3.9) e seres humanos em sal (Gênesis 19.26). Ele poderia fazer qualquer objeto funcionar de uma forma que estivesse aparentemente além de seu propósito original, como fazer uma jumenta falar (Números 22.28, 30; 2 Pedro 2.16) e pedras clamarem e louvarem a ele (Lucas 19.40).

À luz do testemunho das Escrituras, é um insulto abominável à majestade e ao poder de Deus afirmar que o seu controle sobre nós não é maior que o controle que nós temos sobre robôs e fantoches, ou que nós temos mais liberdade em relação a Deus do que robôs e fantoches têm em relação a nós. [13] É claro que os seres humanos são maiores que os robôs e fantoches, como já reconhecemos. Mas Deus é *infinitamente* maior que os seres humanos.

Isso nos leva a uma discussão sobre uma objeção relacionada à soberania divina. Contudo, agora a objeção não se baseia numa analogia extrabíblica, mas num ataque direto às Escrituras. A passagem está em Romanos 9, e é suficiente citar apenas os versículos 18-21 (NIV):

> 18 Portanto Deus tem misericórdia de quem ele quer, e endurece a quem ele quer. 19 Algum de vocês me dirá: "Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?". 20 Mas quem é você, ó homem, para retrucar a Deus? "Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou: 'Por que me fizeste assim?'". 21 Não tem o oleiro o direito de fazer da mesma massa de barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso?

Paulo se refere a uma objeção ao controle total e direto de Deus dos corações humanos, incluindo seu poder de causar diretamente fé e incredulidade neles. A objeção assume que se Deus não pode ser resistido, os seres humanos não devem ser responsabilizados. Em outras palavras, como muitos não cristãos, arminianos e calvinistas inconsistentes, a objeção adota a suposição antibíblica que responsabilidade pressupõe liberdade. Já tratamos dessa premissa falsa.

Esta outra objeção que eu tenho em mente, relacionada a aquela sobre robôs e fantoches, ataca a analogia no versículo 21. Eu me deparei com ela em obras de teólogos liberais que rejeitam a inspiração e inerrância das

Escrituras, e também em conversas com vários cristãos professos. Isto é, eles se identificam com a objeção à soberania divina no versículo 19 e consideram a resposta de Paulo no versículo 21 falaciosa. Paulo escreve: “Não tem o oleiro o direito de fazer da mesma massa de barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso?” (NIV). [14] Contra isso eles exclamam: “Mas certamente nós somos mais do que barro e vaso!”.

Em outras palavras, eles afirmam que a resposta de Paulo falha porque a sua analogia é falsa. Ele compara os seres humanos a barro e vaso, mas seres humanos são mais do que barro e vaso e, portanto, a analogia não pode explicar como seres humanos devem prestar contas a um Deus absolutamente soberano, um Deus que pode agir diretamente sobre a mente para causar tanto o bem como o mal. O desafio é dirigido não apenas ao calvinismo, mas à própria Escritura. Em resposta, vamos oferecer os seguintes pontos.

Primeiro, o ataque ao versículo 21 negligencia o ponto que Paulo está afirmando. Ele não afirma que os seres humanos são exatamente como barro e vaso, em todos os sentidos, mas está lembrando a seus leitores o relacionamento entre criatura e Criador. No versículo 20, Paulo diz que *a criatura* não tem qualquer direito de “retrucar”, e no versículo 21, que *o Criador* tem todo o direito de fazer o que quiser com a criatura. A verdade do ponto de Paulo não depende de os seres humanos serem exatamente como barro e vaso, mas de Deus ser o Criador e os seres humanos serem as criaturas. Como Deus é de fato o Criador e os seres humanos são de fato as criaturas, o ponto de Paulo no versículo 18 permanece.

Segundo, e isto se relaciona ao primeiro ponto, embora pudesse apontar que a objeção assume falsamente que responsabilidade pressupõe liberdade, Paulo não faz isso explicitamente aqui. Contudo, ele alcança o mesmo efeito ao responder a objeção pela perspectiva dos direitos divinos *versus* direitos humanos. A objeção segue: “Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?”. Paulo responde: “Deus tem o direito de fazer o que quiser com você, ou fazer qualquer coisa de você, e então ainda obrigá-lo a prestar contas (veja o v. 22). Mas você não tem o direito de retrucar”. Evidentemente essa resposta é contrária ao calvinismo popular, que tende a dizer: “Deus tem o direito de mostrar misericórdia a quem ele quiser, mas ele meramente ignora os réprobos, que condenam a si mesmos”. Em vez disso, a resposta de Paulo é que a criatura não tem o direito de retrucar, e que Deus

tem o direito de *fazer* alguns como objetos de misericórdia e outros como objetos de ira.

Terceiro, talvez cegada por uma indignação humanista pelo fato de o homem ser reduzido a barro e vaso, a objeção esqueceu-se de Deus. Fora da analogia, é verdade que seres humanos são mais do que barro e vaso, mas então Deus é mais do que um oleiro!

Ora, uma analogia é uma analogia, e para ter sucesso ela precisa apenas desenvolver o seu ponto com precisão. A Escritura é perfeita, e a analogia inspirada de Paulo é perfeita para a sua finalidade. Ela ilustra que o oleiro divino tem o direito de moldar o barro humano em qualquer tipo de vaso e para qualquer propósito que ele escolhe, e a criatura não tem o direito de protestar contra o Criador.

Mas uma analogia continua sendo uma analogia — ela não tem a intenção de representar cada aspecto dos objetos que ilustra. Ao chamar atenção para isso, a objeção procura proteger a liberdade humana. Contudo, não podemos relaxar a analogia para um objeto sem fazer o mesmo para os demais objetos da analogia; do contrário haveria uma tremenda distorção no relacionamento entre esses objetos. Assim, se devemos nos desprender da analogia para considerar a verdadeira natureza do homem, Deus também deve ser desprendido da analogia para podermos considerar sua verdadeira majestade e poder.

Contrariamente à expectativa dos oponentes, uma vez que relaxamos a analogia, a situação se torna ainda menos favorável aos nossos oponentes. Ao invés de preservar alguma liberdade humana, a soberania plena de Deus é exposta e todas as limitações que a analogia impõe sobre o “oleiro” são agora dissipadas. E pela mesma razão que já mencionamos ao discutir sobre robôs e fantoches, Deus tem *muito mais* controle sobre nós do que um oleiro humano tem sobre o barro e o vaso. Ao se desprender da analogia, a objeção se move para reivindicar liberdade ao homem, mas em vez disso, destrói todos os vestígios de liberdade humana e desvela por completo a soberania de Deus, um poder criador e governador infinitamente maior do que qualquer poder que um oleiro humano pode exercer sobre massas de barro.

Quanto à responsabilidade moral, já tratamos do assunto. A verdade é que responsabilidade moral pressupõe soberania e julgamento divino, e não

liberdade humana; e quanto mais soberano Deus for, mais certo será o julgamento. Quanto mais controle Deus tiver sobre todas as coisas, mais responsabilidade moral será estabelecida. Como a soberania divina é absoluta, o julgamento divino é, portanto, certo — porque Deus é soberano, *haverá* um julgamento. Deus é soberano e o homem não é livre. Bendito seja o nome do Senhor. Sem hesitação ou qualificação, podemos ousadamente proclamar: “Nosso Deus reina!”.

20. Jeremias 32.35

Ontem eu vi isto de um fórum cristão:

Ora, se você está tão convencido de que o Santíssimo Deus está em último caso por trás de todo o pecado e mal, queira explicar por que ele inequivocamente declara o exato oposto sobre a idolatria em Jeremias 32.35: “E eles edificaram os altos de Baal, que estão no Vale do Filho de Hinom, para fazerem seus filhos e suas filhas passar pelo fogo a Moloque; o que não lhes ordenei, nem veio à minha mente que eles fizessem essa abominação, para fazerem pecar a Judá” (NIV).

Deus está claramente afirmando que isso não é obra sua. Se não passou pela sua mente que eles oferecessem seus filhos a ídolos, como você pode dizer que ele de fato decretou isso antes da criação do mundo?

O que você tem a dizer sobre a sua afirmação?

Isso é um abuso ingênuo e irresponsável das Escrituras, e nunca passou pela minha mente que fosse usado contra a doutrina bíblica da soberania de Deus sobre todas as coisas, isto é, a doutrina que Deus é Deus. É um bom exemplo de uma pessoa que é ignorante em teologia e se recusa a reconhecer o contexto do versículo — não só os versículos ao redor, mas as palavras em torno da expressão no próprio versículo — ela distorce uma passagem bíblica para provar um ponto antibíblico.

Em resposta, primeiro reafirmamos a distinção bíblica entre decreto divino e preceito divino. Como eu expliquei e defendi isso em outro lugar, vou oferecer apenas um resumo aqui. Decreto divino é o que Deus decidiu causar. Preceito divino, por outro lado, não tem nada a ver com causação. É a definição de Deus do que é verdade e justiça. É sua definição da obrigação moral do homem. E muitas vezes isso vem na forma de um mandamento.

O versículo diz que Deus nunca lhes ordenou sacrificar seus filhos a Moloque. Isto fornece o contexto para entender a expressão que vem logo a seguir. A ideia que “isso nunca passou pela minha mente” equivale a “eu nunca ordenei”. Ela enfatiza o quanto essa prática tinha sido removida dos mandamentos de Deus. O versículo é completamente irrelevante sobre Deus decretar ou causar o mal. Este ensino é afirmado em muitas outras passagens bíblicas, mas não é afirmado ou negado aqui.

Algumas traduções reconhecem isso e vertem adequadamente o

versículo. Por exemplo, a NLT registra: “Eles edificaram altares pagãos a Baal no vale do filho de Hinom, e ali sacrificam seus filhos e filhas a Moloque. Nunca ordenei essa prática horrível; *nunca sequer passou pela minha mente ordenar* uma coisa assim. Que mal incrível, fazendo pecar a Judá em tão grande medida!”. O versículo não diz que “nunca passou pela minha mente” causar o mal, mas ordenar o mal. De fato, se Deus ordenasse isso como obrigação moral deles, seria algo justo a fazer.

Eu respondi essa objeção à doutrina bíblica, mas esta pessoa é deixada com um problema sério.

Para sua objeção fazer sentido, a pessoa deve insistir que o versículo se aplica ao decreto de Deus, ou a sua determinação de causar. Para ela, então, o versículo significaria ou que nunca passou pela mente de Deus que *eles realizariam* uma coisa assim, ou que nunca passou pela mente de Deus que *ele causaria* uma coisa assim.

Contudo, se o versículo é interpretado no sentido de nunca ter passado pela mente de Deus que *eles fariam* uma coisa assim, isso equivale a uma negação do conhecimento prévio de Deus. Ora, a minha posição é que o conhecimento prévio de Deus e a preordenação de Deus são dois lados da mesma moeda. Ele conhece todas as coisas porque causa todas as coisas, e ele conhece a si mesmo, e por isso ele conhece tudo o que poderia causar. Mas mesmo se eu fosse adotar a ideia falsa que conhecimento prévio é mera presciência ou conhecimento passivo de eventos futuros, este conceito de conhecimento prévio ainda seria negado por essa interpretação do versículo.

Então, se o versículo é interpretado no sentido de nunca ter passado pela mente de Deus que *ele causaria* uma coisa assim, isso também equivale a uma negação do conhecimento prévio de Deus, com a blasfêmia adicional que Deus nem mesmo conhece a si mesmo, pois significaria que ele não poderia conceber todas as opções possíveis — que ele é incapaz de pensar hipoteticamente. Mas claramente, causar mal é algo concebível para ele (ele pode entender o conceito), pois de acordo com essa interpretação, ele interage com a ideia neste versículo. Esta interpretação deveria alarmar os crentes e suscitar grande suspeita contra quem defende isso como uma refutação da doutrina que Deus causa todas as coisas, incluindo o mal.

Parece que essa pessoa de fato assume a segunda interpretação, pois ela escreve: “Deus está claramente afirmando que *isso não é obra sua*”. Portanto, a pessoa não só falha em atingir o seu objetivo de refutar a doutrina da

soberania de Deus, como também, espiritualmente falando, colocou-se numa posição muitíssimo perigosa. Como o seu uso do versículo equivale a um ataque à natureza de Deus, inclusive à sua onisciência, isso coloca em dúvida a sua profissão de fé. Não se trata apenas de um argumento em que ela vence ou perde, mas de uma distorção pecaminosa da Escritura de que ela deve se arrepender, para que não enfrente o desprazer de Deus por sua irreverência e blasfêmia.

1 No seu sermão *A Defense of Calvinism*.
2 Uma discussão importante sobre o assunto é encontrada no último capítulo do livro *Religion, Reason, and Revelation* (Trinity Foundation), de Gordon Clark, e no capítulo dez do livro *A Soberania Banida* (Cultura Cristã), de R. K. McGregor Wright. Em ampla medida, McGregor toma partido dos *insights* de Clark. Seu livro é um excelente antídoto para o arminianismo e calvinismo inconsistente.
3 Em *Religion, Reason, and Revelation*.
4 Veja por exemplo *Teologia Sistemática*, *Questões Últimas*, *Apologética no Diálogo*, *Oração e Revelação*, *O Ministério da Palavra*, *Renovando a Mente*, *A Luz das Nossas Mentes* e *Sobre o Bem e o Mal*, alguns já publicados pela Editora Monergismo. Estas e muitas outras obras encontram-se também disponíveis para acesso online e gratuito no portal de teologia reformada *Monergismo.com*.
1 Entre outras modificações, acrescentei em alguns artigos números às declarações das pessoas para que você possa reconhecer mais facilmente as respostas correspondentes.
1 Veja Hodge, Dabney, Shedd, etc.
2 Mas como tenho repetidamente declarado, não existe qualquer conexão estabelecida entre liberdade e culpabilidade.
3 “Quando alguém for tentado, jamais deverá dizer: ‘Estou sendo tentado por Deus’. Pois Deus não pode ser tentado pelo mal, e a ninguém tenta. Cada um, porém, é tentado pelo próprio mau desejo, sendo por este arrastado e seduzido” (Tiago 1.13-14).
4 “Toda boa dádiva e todo dom perfeito vêm do alto, descendo do Pai das luzes, que não muda como sombras inconstantes.”
5 O presente artigo foi originalmente apresentado após uma discussão sobre Isaías 45.7, que diz: “Eu formo a luz e crio as trevas, promovo a paz e causo a desgraça; eu, o SENHOR, faço todas essas coisas”.
6 Ou “prosperidade”, na NIV. [N. do T.]
7 Algumas pessoas fazem uma distinção entre mal natural e mal moral, mas a Bíblia diz que ambos são causados por Deus. Veja o meu artigo “O problema do mal”.
8 Trata-se, é claro, apenas de uma analogia; na verdade o controle de Deus sobre nós é *muito maior* do que o de um oleiro sobre o seu barro, já que o oleiro não criou o barro e seu controle sobre o barro é apenas limitado — ele não pode, por exemplo, transformar barro em ouro —, mas Deus criou o próprio material com que trabalha, e tem controle absoluto sobre ele.
9 Assim, Paulo afirma que os réprobos são *feitos* réprobos *por Deus*, que eles não têm direito a reclamar.
1 O que segue é uma correspondência editada. Esta mensagem, vinda de um pastor, fornece o contexto para a minha análise de 1 Coríntios 14.33, passagem também usada às vezes para apoiar a ideia que Deus não pode ser o autor do pecado ou do mal.
1 Veja Martinho Lutero, *O Cativeiro da Vontade*, e Vincent Cheung, *Comentário sobre Efésios*.
1 Embora pudessem igualmente reconhecer que é Deus quem determina esse desejo, eles poderiam, ao contrário de mim, negar que Deus sempre causa ativa e diretamente os nossos desejos, sejam eles bons ou maus.
2 *As Institutas*, Edição Clássica, vol. 3, pg. 372, Ed. Cultura Cristã, 1985.
3 Numerei os parágrafos para que você possa localizar mais facilmente os comentários

correspondentes.
4 Sharon M. Kaye e Paul Thomson, *On Augustine*, (Wadsworth, 2001), p. 25-26.
5 Isso torna todos os tipos de “problema do mal” e de “autor do pecado” objeções inaplicáveis.
6 Isso torna a liberdade humana irrelevante para a discussão.
1 Por “determinismo” nos referimos somente ao determinismo teísta, teológico ou divino, e não ao determinismo naturalista ou científico, sendo o último a posição afirmada por grande parte dos ateus. Estamos considerando o controle que *Deus* exerce sobre a sua criação, e não a relação entre ações humanas e causas *naturais* antecedentes (como fatores genéticos e ambientais). É claro, quando se trata das assim chamadas causas naturais, afirmo que é Deus quem direta e ativamente controla *tanto* essas causas naturais *como* as reações dos objetos sobre os quais estas causas naturais supostamente atuam. Em outras palavras, minha posição é que todas as causas naturais são “causas” somente num sentido relativo.
2 Aqui estão dois exemplos: (1) “Mas gostaria de saber qual é o seu ponto de vista sobre o fatalismo. Fatalismo e determinismo são a mesma coisa?”; (2) “Gostaria de saber como você distinguiria determinismo duro de fatalismo. Pergunto isso porque me parece que a maioria dos calvinistas que defende o determinismo suave se esforça para evitar a acusação de fatalismo”.

3 Esse parece ser também o caso de dicionários de português. [N. do R.]
4Alan Cairns, *Dictionary of Theological Terms*, p. 186.
5 Ibid., p. 176.
6 Do que as pessoas me acusarão agora? Não posso ser acusado de ensinar fatalismo, pois estou dizendo que fatalismo é muito fraco! Mas os caluniadores pensarão em algo.
7 Veja A. A. Hodge, *Outlines of Theology*.
8 De outro modo eles não me acusariam de ensinar panteísmo quando eu afirmo que Deus controla direta e totalmente todas as coisas.
9 Eu afirmo com a Escritura que o oleiro tem controle direto e total sobre o barro, mas eles dizem que isso é panteísmo. Isso implica em *eles crerem* que o oleiro pode ter controle direto e total sobre o barro *somente se* o oleiro *for* o barro; e se *não for* o barro, o oleiro não tem controle direto e total sobre o barro. Como é de fato verdade que o oleiro (Deus) *não é* o barro (a criação e as criaturas), o resultado é que *pela crença deles* Deus não tem controle direto e total sobre a criação e as criaturas.
1 Esses termos nem sempre são usados com consistência ou precisão, e por isso compreendem um conjunto restrito de significados. Também é verdade que nem todos os que negam a “oferta sincera” creem exatamente nas mesmas coisas. Logo, pessoas que afirmam a “oferta sincera” poderiam se ver concordando comigo em certos pontos, enquanto outras que afirmam a “oferta sincera” poderiam discordar destes mesmos pontos. Da mesma forma, nem tudo o que eu afirmo sobre ou contra a “oferta sincera” se aplica por igual a todos os que afirmam tal ensino. Ademais, aqueles que afirmam a “oferta sincera” são muitas vezes inconsistentes em sua linguagem. Por exemplo, alguém poderia condenar os que negam a “oferta sincera” e então discorrer sobre o assunto como se ele se referisse a uma “ordem”, como se oferta e ordem fossem a mesma coisa, quando de fato não são a mesma coisa. Essas inconsistências tornam mais difícil uma discussão precisa sobre o assunto. Outro motivo para confusão é que as pessoas que afirmam a “oferta sincera” fazem muitas vezes suposições injustificadas sobre aquelas que negam tal ensino. Por exemplo, alguns dos que afirmam a “oferta sincera” assumem que aqueles que a negam estariam necessariamente se opondo à pregação do evangelho a todos os homens sem distinção. Mas isso não é verdade — aqueles que negam a “oferta sincera” ainda poderiam pregar o evangelho a todos os homens sem distinção; apenas fariam isso por uma razão diferente e com base num entendimento diferente da situação. Assim, a melhor maneira de tirar proveito de nossa breve discussão é considerar as crenças reais com que estou lidando em minhas afirmações ou negações, e não necessariamente a forma como o termo é usado num caso específico ou por uma pessoa específica. Por exemplo, é possível que você afirme a “oferta sincera”, mas entenda que não estou tratando o assunto da mesma forma que você. Em casos assim é melhor você considerar as próprias crenças a que estou me referindo em vez de julgar se as considera ou não uma parte necessária daquilo que quem

afirma a “oferta sincera” deve crer.

2 A Escritura ensina que Deus decreta o que ele deseja — isto é, sua “boa vontade” — e o que ele deseja, ele decreta e torna certo. Dabney tenta preservar a “oferta sincera” afirmando que existem motivos complexos em Deus, e que assim, ainda que, por uma perspectiva, Deus pudesse genuinamente desejar a salvação dos não eleitos, outro motivo ou razão mais forte em Deus poderia sobrepujar esse desejo, e essa seria a razão para ele não ter escolhido salvar os não eleitos. Parece a Dabney que essa explicação preserva tanto sua crença na eleição divina de apenas alguns para salvação, como, num sentido, o desejo genuíno de Deus de salvar todas as pessoas. Contudo, mesmo se aceitarmos o que Dabney fala sobre os motivos complexos em Deus no tocante ao decreto divino de apenas alguns para salvação e, então, no tocante à pregação do evangelho, o motivo mais forte para selecionar apenas alguns para salvação *já* sobrepujou o desejo genuíno de salvar todas as pessoas (assumindo que de fato exista tal desejo); de modo que nem mais o decreto divino, nem mais a pregação do evangelho expressam ou permitem qualquer desejo em Deus de salvar todas as pessoas. Em outras palavras, ainda que os *motivos* de Deus sejam complexos, o *decreto* e a *pregação* não o são; mas é precisamente do decreto e da pregação que nós estamos falando. Portanto, ainda que Dabney esteja certo sobre os motivos complexos em Deus, isto é irrelevante para a presente discussão.

3 Veja David Engelsma, *Hyper-Calvinism and the Call of the Gospel* e *Common Grace Revisited* para mais sobre este assunto.

1 A. A. Hodge, *Outlines of Theology* (The Banner of Truth Trust, edição de 1999), p. 240.

2 Acrescentei “racionalmente” porque é este o sentido referido por Hodge.

3 E se uma coisa é “inconcebível”, você não pode nem mesmo considerar ela em sua mente (você não pode “concebê-la”); mas como então, “forçado” ou não, você pode crer nela? Você não pode nem mesmo pensar nela.

4 Você pode encontrar minhas explicações e argumentos para tudo o que foi mencionado no artigo em minhas obras *Teologia Sistemática*, *Questões Últimas* e *Comentário sobre Efésios*, e nos artigos “O Problema do Mal”, “Argumentando por Intuição” e “A Oferta Sincera do Evangelho”.

5 Hodge, p. 160.

6 Ibid., p. 203.

7 Ibid., p. 210.

8 Ibid.

9 Ibid., p. 211.

10 Ibid.

11 Veja Vincent Cheung, “O Problema do Mal” e *Comentário sobre Efésios*. Veja também Martinho Lutero, *O Cativeiro da Vontade*.

12 Hodge, p. 227.

13 Ibid., p. 228.

14 Mais uma vez, a Escritura ensina a responsabilidade e não a liberdade humana; e responsabilidade não pressupõe liberdade.

15 Hodge, p. 229.

16 Ibid., p. 261.

17 Ibid., p. 261-262.

18 Ibid., p. 291.

1 Qualquer condição que pareça se correlacionar com a reprovação de uma pessoa por Deus foi, em primeiro lugar, soberanamente decretada por Deus para fazer parte desta pessoa. Uma pessoa é escolhida para o inferno não por (ou com base em qualquer condição determinada pelo) seu próprio “livre”-arbítrio (que de fato não existe), mas pela vontade soberana de Deus; vontade essa que também soberanamente decreta e ativamente fornece todas as condições que o próprio Deus considera apropriadas e necessárias, como o pecado e a incredulidade.

2 Encontramos uma analogia na existência/criação do mal. Embora o mal seja mau (o mal não é bom),

como o mal existe apenas porque Deus ativa e soberanamente (e não passiva ou permissivamente) o decretou, resulta que é bom que exista o mal. Em outras palavras, o mal é mau (o mal não é bom), mas o decreto de Deus é bom — o decreto que o mal deveria existir pela vontade e poder ativo de Deus. Colocando isso de forma simples: o mal é mau, e não bom, mas Deus não fez nada de errado ao decretar o mal; ele fez algo certo e bom ao decretar o mal. Assim também, Deus fez algo certo e bom ao criar o inferno e ao predeterminar de forma soberana, ativa e incondicional a condenação dos réprobos.

3 É certo e apropriado considerar e discutir o assunto com temor e tremor, conhecendo a severidade e o poder de Deus; mas é errado e pecaminoso considerar e discutir o assunto de uma forma que mesmo remotamente implique desaprovação ou repulsa pelo inferno, como que dizendo que Deus agiu errado ao criá-lo. Desaprovar ou ter repulsa pelo inferno não é sinal de compaixão bíblica, mas de uma rebelião pecaminosa que deseja o bem-estar e conforto humano mesmo à parte da fé e da santidade, e à parte da dependência da graça de Deus.

4 Tenho em mente a assim chamada "oferta sincera" do evangelho.

1 Gregory E. Ganssle, *Thinking About God* (InterVarsity Press, 2004).

2 Ibid., p. 136-137, ênfase adicionada.

3 Já escrevi sobre todas elas em meus livros e artigos. As obras relevantes incluem: *Teologia Sistemática*, *Questões Últimas*, *Confrontações Pressuposicionais*, *Apologética no Diálogo*, *Comentário sobre Efésios*, *O Sermão do Monte*, "O Problema do Mal" e "Idiotas Profissionais".

4 Por que sou áspero com esse tipo de pensamento? Porque é uma forma irracional de pensamento frequentemente usada para declarar posições heréticas como o livre-arbítrio libertariano.

5 Veja Gordon Clark, *Predestination*.

6 Veja Martinho Lutero, *O Cativeiro da Vontade*.

7 Ganssle, p. 137.

8 Antes de escrever as críticas que seguem, verifiquei cuidadosamente seu livro mais uma vez, dando especial atenção ao capítulo onde aparecem as declarações. Ganssle tenta fornecer mais detalhes e argumentos nas páginas anteriores. Contudo, nada do que ele diz pode servir para afastar as críticas abaixo. O leitor que quiser confirmar isso pode verificar as páginas 129-137 do seu livro.

9 Estou ciente de que ele tenta definir (ou elucidar) a expressão na página 135, mas sua explicação falha em esclarecer o conceito. Na mesma página ele reconhece: "Ora, 'dependismo' não é um conceito muito preciso".

10 Veja *Teologia Sistemática*, *Questões Últimas*, *Comentário sobre Efésios* e "O Problema do Mal". Veja também *Predestination* e *Deus e o Mal (Editora Monergismo)* de Gordon Clark.

11 No original, "*reason*-able", salientando a raiz da palavra, "reason" (razão). [N. do R.]

12 Isto é, se algo "depende" de Deus, não "depende" de nós.

13 Isto é, se algo "depende" de nós, não "depende" de Deus. E como Ganssle alega que algumas ou muitas coisas são "dependentes" de nós, segue-se que algumas ou muitas coisas não são "dependentes" de Deus. Portanto, a menos que o "determinismo" seja absoluto e abrangente, é apenas outra palavra para uma "dependência" similar a nossa, mesmo que seja maior em grau ou mais frequente na ocorrência.

14 Não há ponto de acesso lógico para a liberdade humana na discussão; ela precisa ser introduzida à força, arbitrariamente.

15 Recorde que Ganssle falha em justificar esta declaração, e não a aceitamos. Mas é o que ele alega.

16 Novamente, negamos isso; mas é o que Ganssle alega sem justificação.

17 *Ganssle, p. 137*.

18 Ibid., p. 131.

19 Concordo com ele no sentido de eu afirmar que se uma ação é completamente determinada por Deus, quem realiza a ação em nenhum sentido é livre de Deus. Assim, determinismo divino e liberdade humana são mutuamente exclusivos. Esses que alegam que as duas coisas são na verdade compatíveis, invariavelmente definem determinismo de uma forma que Deus não determina de fato *todas as coisas*,

não se tratando assim do determinismo ao qual me refiro; ou esquecem que estamos considerando aqui um tipo de liberdade que é em relação a Deus (ser livre *de Deus*), em cujo caso a liberdade considerada é irrelevante.

1 Às vezes o argumento inclui o fato de os cristãos afirmarem que Deus é também onisciente (conhece tudo) — se Deus conhece todas as coisas, ele sabe como destruir o mal.

2 A doutrina do "livre-arbítrio" é antibíblica e herética, e algumas pessoas a seguem inclusive até o seu próximo passo lógico, dizendo que se o homem fosse verdadeiramente livre, Deus realmente não poderia saber com certeza o que o homem faria, negando assim a onisciência de Deus. Mas mesmo então, Deus saberia que era possível o livre-arbítrio produzir mal extremo e horrendo, e o mesmo problema permanece.

3 Satanás é uma criatura, logo não tem livre-arbítrio. Todas as suas ações e decisões são controladas por Deus.

4 Claro, diferentes pessoas podem apresentar diferentes formulações do problema do mal, mas a minha refutação se aplica a todas elas.

5 A *falácia do espantalho* é um argumento que parte de uma representação enganosa da posição do oponente; cria-se uma posição que seja fácil de refutar e em seguida atribui-se ela ao adversário. [N. do R.]

6 Para mais informações consulte, por favor, meus escritos sobre apologética e ética.

7 Por exemplo, o não cristão jamais pode justificar uma definição de assassinato que inclua o extermínio de humanos, mas exclua o extermínio de bactérias. Claro, certos defensores de direitos dos animais consideram assassinato matar animais, mas não bactérias; contudo, eles jamais podem justificar a inclusão dos animais ou a exclusão das bactérias.

8 O argumento se tornará em último caso um amplo debate pressuposicional. Para mais informação sobre isso, consulte o meu livro *Confrontações Pressuposicionais*.

9 Algumas pessoas usam termos diferentes para fazer esta mesma distinção.

10 Sobre este ponto, até mesmo alguns filósofos profissionais se rebaixam a um apelo à opinião popular. Ou seja, eles afirmam que "todo mundo sabe" que certas coisas são más e que certas coisas são um mal gratuito. Em outro contexto, esses mesmos filósofos provavelmente amaldiçoariam o apelo à opinião popular para demonstrar uma premissa fundamental — que eles recorram aqui a essa tática me mostra que eles são estúpidos e estão desesperados. A resposta mais óbvia é que é falacioso pensar que uma coisa é verdade só porque muitas ou a maioria das pessoas pensa que é verdade.

Alguns filósofos argumentam que se a maioria das pessoas acha que há mal gratuito, o ônus da prova recai sobre o cristão, e ele deve mostrar que não há mal gratuito. Embora eu discorde que o ônus da prova recaia sobre mim só porque eu contradigo a opinião popular, se for este o caso, já mostrei que qualquer mal que Deus decreta é justificado por definição; assim, o ônus da prova volta para o não cristão, que deve refutar este ponto particular ou o cristianismo como um todo, de modo que o foco do debate muda para o debate pressuposicional (veja o meu livro *Confrontações Pressuposicionais*).

Demais a mais, mesmo que o apelo à opinião popular seja legítimo (apesar de eu negar isso), eu exijo uma prova que é de fato a opinião popular que há mal gratuito. Como o não cristão pode demonstrar esta alegação? Mesmo que ele possa fazer um levantamento empírico global, eu já refutei o empirismo em outro lugar. Em adição, eu exijo uma justificativa para ele precisar limitar seu levantamento somente à presente geração. Se não pode fazer isso, ele precisa também mostrar que desde a origem da humanidade tem sido a opinião popular que há mal gratuito. Também precisa provar que essa continuará sendo a opinião popular em todas as gerações futuras. Se ele não consegue fazer isso, eu não tenho nenhuma razão para aceitar sua alegação de que "todo mundo sabe" que há mal, ou mal gratuito. Ele acha que "todo mundo sabe", mas ele não sabe que "todo mundo sabe"; trata-se de sua opinião singular sobre a opinião popular.

1 Fp 3.7.

2 Fp 1.6; 2 Co 3.5.

3 Ef 1.6.

4 Ef 2.10; Fp 2.13; Jo 15.5; Rm 8.9.
5 Rm 8.16.
6 Rm 7.24; 8.22.
7 Rm 6.12.
8 2 Tm 2.26.
9 Jo 15.5.
10 Rm 14.8; 1 Ts 5.9,10.
11 1 Co 6.19,20.
12 1 Co 3.23; Tt 2.14.
13 1 Pe 1.18,19; 1 Jo 1.7; 1 Jo 2.2,12.
14 Jo 8.34-36; Hb 2.14,15; 1 Jo 3.8.
15 Jo 6.39; Jo 10.27-30; 2 Ts 3.3; 1 Pe 1.5.
16 Mt 10.29,30; Lc 21.18.
17 Rm 8.28.
18 Rm 8.16; 2 Co 1.22; 2 Co 5.5; Ef 1.13,14.
19 Rm 8.14; 1 Jo 3.3.
20 Sl 45.7; Is 61.1; Lc 4.18; At 10.38; Hb 1.9.
21 Dt 18.15; Is 55.4; Mt 11.27; Jo 1.18; Jo 15.15; At 3.22.
22 Sl 110.4; Hb 7.21; Hb 9.12,14,28; Hb 10.12,14.
23 Rm 8.34; Hb 7.25; Hb 9.24; 1 Jo 2.1.
24 Sl 2.6; Zc 9.9; Mt 21.5; Mt 28.18; Lc 1.33; Jo 10.28; Ap 12.10,11.
25 Rm 8.34; 1 Jo 2.1.
26 Jo 14.2,3; Jo 17.24; Ef 2.6.
27 Jo 14.16; Jo 16.7; At 2.33; 2 Co 1.22; 2 Co 5.5.
28 Fp 3.20; Cl 3.1.
29 Is 59.21; 1 Co 11.26.
30 Gn 26.4; Is 49.6; Rm 10.12,13; Ap 5.9.
31 Jo 10.11; Ef 4.11-13; Ef 5.25,26.
32 Is 59.21; Rm 1.16; Rm 10.14-17; Ef 5.26.
33 Sl 129.4,5; Mt 16.18; Jo 10.16,28.
34 Jo 17.21; At 2.42; Ef 4.3-6; 1 Tm 3.15.
35 Sl 111.1; At 20.28; Hb 12.22,23.
36 Rm 8.29,30; Ef 1.10-14; 1 Pe 2.9.
37 Sl 23.6; Jo 10.28; Rm 8.35-39; 1 Co 1.8,9; 1 Pe 1.5; 1 Jo 2.19.
38 Rm 8.10; 1 Jo 3.14,19-21.
39 Sl 103.3,10,12; Jr 31.34; Mq 7.19; 2 Co 5.19.
40 Rm 7.23-25.
41 2 Co 5.21; 1 Jo 1.7; 1 Jo 2.1,2.
42 Jo 3.18; Jo 5.24.
43 Mt 7.18; Jo 15.5.
44 1 Co 6.9,10; Ef 5.5,6; 1 Jo 3.14,15.
45 Algumas versões da Confissão trazem erroneamente Lc 24.27. [N. do T.]
46 Fp 1.6; Jo 10.28,29; 1 Pe 1.5,9; Jr 32.40; 1 Jo 3.9.
47 2 Tm 2.19; Jr 31.3; Ef 1.4,5; Jo 13.1; Rm 8.35-39.
48 Hb 10.10,14; Jo 17.11,24; Hb 7.25; Hb 9.12-15; Lc 22.32.
49 Jo 14.16,17; 1 Jo 2.29; 1 Jo 3.9.
50 Jr 32.40; Hb 8.10-12.
51 2 Ts 3.3; 1 Jo 2.19; Jo 10.28; 1 Ts 5.23,24; Hb 6.17-20.
52 Mt 26.70,72,74; 2 Sm 12.9,13.
53 Is 64.7,9; 2 Sm 11.27.

54 Ef 4.30.
55 Sl 51.8,10,12; Ap 2.4.
56 Mc 6.52; Sl 95.8.
57 Sl 32.3,4; Sl 51.8.
58 2 Sm 12.14; Ez 16.54.
59 2 Sm 12.10; Sl 89.31,32.
1 A questão é suscitada, no caso, pelo adjetivo inglês *freewill* (que tanto pode significar "livre-arbítrio", como "voluntário" e "espontâneo") da expressão *freewill offerings*, podendo ser traduzida como "ofertas voluntárias ou espontâneas" ou "ofertas provenientes do livre-arbítrio". Nas versões bíblicas em português esse mal-entendido inexiste. [N. do T.]
2 Esta lista não é válida para a NVI. Veja a nota anterior. [N. do T.]
3 Respectivamente *freewill offering* e *free*, no original. [N. do T.]
4 Na versão inglesa NASB se lê: "… mas sem o seu consentimento eu não quis fazer nada, para que o seu benefício não fosse como que por compulsão, e sim do seu livre-arbítrio". Nas versões em português encontramos: "Mas nada quis fazer sem o teu parecer, para que o teu benefício não fosse como por força, mas voluntário" (RC). "Nada, porém, quis fazer sem o teu consentimento, para que a tua bondade não venha a ser como que por obrigação, mas de livre vontade" (RA). [N. do T.]
5 Veja Vincent Cheung, *Teologia Sistemática*, *Comentário sobre Efésios*, *O Autor do Pecado* e *Questões Últimas*.
6 Veja Vincent Cheung, *Questões Últimas*, *Confrontações Pressuposicionais* e *Apologética no Diálogo*.
7 Pedro refere-se ao corpo como um "tabernáculo" que poderia ser "deixado" (2 Pedro 1.13-14; também 2 Coríntios 5.4). Veja também "O Festival Ching Ming" em Vincent Cheung, *Doutrina e Obediência*.
8 Para uma explicação da metafísica assumida aqui, veja Vincent Cheung, *Questões Últimas* e *Cativo à Razão*.
9 Tenho discutido esse assunto ampla e repetidamente em meus demais escritos. Veja Vincent Cheung, *Teologia Sistemática*, *Comentário sobre Efésios* e *O Autor do Pecado*.
10 Até mesmo "total" (ou termos equivalentes) se tornou algo relativo para alguns dos que defendem o calvinismo popular. Eles afirmariam a soberania "total" de Deus contra quem os desafiasse, mas então dariam meia volta e me desafiariam por afirmar a soberania "total" de Deus e sua aplicação à metafísica, epistemologia e soteriologia. Eles (esses "calvinistas") inclusive começariam suas objeções dizendo: "Mas se Deus controla todas as coisas…", mostrando que de fato não creem que Deus controla todas as coisas (veja, por exemplo, a seção I de "Breves Respostas a Diversas Críticas", em Vincent Cheung, *Cativo à Razão*). A verdade é que eles não creem na soberania *total* de Deus — eles simplesmente creem numa versão mais forte da soberania defeituosa de Deus que os arminianos.
11 Veja "Forçados a Crer" em Vincent Cheung, *O Autor do Pecado*, onde eu uso A. A. Hodge como exemplo desse calvinismo incoerente. Ele escreve: "Embora a criação absoluta de um novo ser a partir do nada nos seja reconhecidamente inconcebível, isso de forma alguma é mais inconcebível do que a relação da presciência infinita de Deus, a sua preordenação ou seu governo providencial, com a livre agência dos homens; e nem mais inconcebível do que muitas outras verdades em que nós somos todos *forçados a crer*". Eu respondo: "As doutrinas bíblicas somente serão inconcebíveis se forem avaliadas por alguma premissa ou padrão irracional. O que nós precisamos fazer é deixar de lado essas suposições e princípios falsos que não fazem parte da cosmovisão bíblica, em primeiro lugar. Mas se você assume princípios e suposições de duas cosmovisões contraditórias e tenta reuni-los num só elemento, terminará de fato com algo inconcebível. Só não chame isto de cristianismo ou calvinismo".
12 Veja "Determinismo, Fatalismo e Panteísmo" em Vincent Cheung, *O Autor do Pecado*, onde eu respondo à acusação que a minha posição sobre soberania divina equivale a fatalismo, observando que o fatalismo é de fato *mais fraco* que o determinismo bíblico que eu afirmo — ele atribui a Deus *muito pouco* controle sobre sua criação.

13 Como a discussão seguinte de Romanos 9 implica, é bom usar uma analogia para ilustrar o controle de Deus sobre a sua criação num sentido relativo, mas nenhuma analogia pode representar de forma absoluta o controle infinito de Deus sobre ela. O erro, portanto, não está em se usar uma analogia para ilustrar o controle de Deus, mas em afirmar ou implicar que a analogia representa *plenamente* o poder de Deus.

14 Como nota marginal, Paulo *não* diz: “Deus faz os vasos nobres a partir dos vasos desonrosos”, ou “Deus *faz* os vasos nobres e *permite* que os vasos desonrosos façam a si mesmos”, ou “Deus *faz* do barro alguns para vasos nobres e *ignora* o resto dos vasos desonrosos preexistentes”. Não, ao contrário, Paulo diz: “Deus *faz* os vasos nobres *e* os vasos desonrosos da *mesma* massa de barro”. Assim, essa passagem fornece suporte definitivo à reprovação ativa incondicional e ao supralapsarianismo. Não ajuda considerar o “barro” como já sendo pecaminoso, pois Paulo diz que Deus *faz* os vasos desonrosos a partir desse barro. Paulo não usa termos passivos como “permitir” ou “ignorar”. Os réprobos não fazem a si mesmos. É Deus quem os faz, e os faz *como réprobos*.